



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 10

I Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 30 de Janeiro de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos)

Período de Informação Parlamentar:

Após a leitura da correspondência, entrou-se de imediato na Agenda da Reunião.

Agenda da Reunião

1. e 2. Petições – “Alunos Surdos”, apresentadas pelas Sras. Nélia Raposo e Maria Suzete Botelho Medeiros Oliveira;

- Usaram da palavra os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*) e Rui Ramos (*PSD*).

3. Requerimento de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Medidas de Apoio aos Alunos Surdos” apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, na pessoa da Sra. Deputada Nélia Amaral (*PS*).

- Usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- O Requerimento foi aprovado por unanimidade.

4. Projecto de Resolução – “Medidas de Apoio aos Alunos Surdos” apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, na pessoa da Sra. Deputada Nélia Amaral (*PS*).

- Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Ramos (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

- O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

5. Perguntas ao Governo Regional com resposta oral;

- Usaram da palavra para perguntas ao Governo os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Cascalho (*BE*), José do Rego (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Francisco César (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*), António Ventura (*PSD*), Rui Ramos (*PSD*), Carla Bretão (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), tendo respondido às questões colocadas os seguintes Membros do Governo: Presidente do Governo (*Carlos César*), Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

6. Requerimento de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de, no uso do Direito de Acompanhamento do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, conferido pela Alínea d) do n.º 2 do Artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e pelo n.º 5 do Artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., proceder à Audição Anual do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.”, apresentado pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*).

- O Requerimento foi aprovado por unanimidade.

7. Projecto de Resolução – “Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de, no uso do Direito de Acompanhamento do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, conferido pela Alínea d) do n.º 2 do Artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e pelo n.º 5 do Artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., proceder à Audição Anual do

Director do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.”, apresentado pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge *(PS)*.

- Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima *(CDS/PP)*, Clélio Meneses *(PSD)*, Zuraida Soares *(BE)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Aníbal Pires *(PCP)* e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*.

- O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

8. Parecer Sobre Pedido de Autorização Para Depoimento na Qualidade de Arguido, do Deputado Carlos Alberto Medeiros Mendonça, nos Autos da Acção de Processo Comum Singular n.º 71/07.9 TANRD, a Correr no Tribunal do Nordeste;

- O Parecer foi aprovado por unanimidade.

9. Parecer Sobre Pedido de Autorização Para Depoimento na Qualidade de Testemunha, do Deputado António Maria Silva Gonçalves, nos Autos da Acção Sumária n.º 59/08.02 BEPD;

- O Parecer foi aprovado por unanimidade.

10. Eleição do Representante da Região no Conselho Nacional de Educação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, na pessoa do Sr. Deputado Helder Silva, tendo sido eleito, por maioria, o Dr. Vítor Rui Dores.

11. Eleição do Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP, S.A., apresentado pelo Sr. Deputado Helder Silva *(PS)*, tendo o Dr. José Lourenço sido eleito por maioria.

12. Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Janeiro, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António Silveira **Jorge**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência de Conselho de Ministros, **Projecto de Decreto-Lei que aprova o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio**. Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

Presidente: Muito obrigado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de dar as boas-vindas à Sra. Deputada Alzira Silva. O Sr. Secretário da Mesa já verificou que se não encontra em situação de incompatibilidade, a Mesa também é de opinião, porque reuniu, e embora não seja muito habitual haver uma substituição durante o período legislativo, foi a Mesa da opinião que, face ao facto de não haver qualquer diploma pendente de votação e face à omissão da lei, esta situação era possível.

Vamos entrar, então, na nossa Agenda de trabalhos, temos duas petições relacionadas com Alunos Surdos, uma cuja primeira subscritora é a Sra. Nélia Raposo, outra cuja primeira subscritora é a Sra. Maria Suzete Botelho Medeiros Oliveira.

Eu pedia à Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais para apresentar o respectivo Relatório.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

«Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais sobre as Petições “Alunos Surdos”

Introdução

No passado dia 21 de Novembro de 2008 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “Alunos surdos” assinada pela Sr.^a D^a Nélia Raposo.

Posteriormente, no dia 24 de Novembro do mesmo ano, deu entrada idêntica petição assinada pela Sr.^a D^a Maria Suzete Botelho Medeiros Oliveira.

As petições relatam a situação de dois alunos surdos das escolas Básica Integrada Canto da Maia e Secundária Domingos Rebelo, respectivamente, denunciando a falta de recursos evidenciada por qualquer uma das escolas para prestar o apoio a que os alunos têm direito quer por via da legislação em vigor quer mesmo por imperativo constitucional.

As peticionárias reportam-se concretamente ao Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro e à Lei 21/2008, de 12 de Maio assim como à Portaria Regional 71/2008, de 12 de Agosto e em particular ao articulado referente ao apoio aos alunos surdos para reivindicar que as escolas sejam dotadas dos recursos previstos na lei, nomeadamente de intérprete de língua gestual.

As referidas petições foram submetidas à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores datado de 3 de Dezembro de 2008, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até dia 3 de Fevereiro de 2009.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

As petições em apreciação enquadram-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Lei Constitucional n.º 1/2004, de 12 de Agosto, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de acção popular” estabelece, no n.º 1 que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar,

individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, dispõe que “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais ... organizarão esquemas adequados de recepção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez a Lei 2/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

Capítulo III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade das petições com os requisitos definidos para o exercício do direito de petição no âmbito do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, admiti-las tendo identificado a signatária de cada petição assim como o respectivo domicílio.

No exercício da competência de apreciação das petições pela comissão prevista no Artigo 191.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, igualmente por unanimidade, proceder à audição das signatárias, da Associação de Surdos da Ilha de São Miguel bem como da Secretária Regional da Educação e Formação.

2. Audição das peticionárias

A audição realizou-se no dia 17 de Dezembro de 2008, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

As peticionárias solicitaram serem ouvidas em conjunto. Assim, procederam a uma apresentação dos seus objectivos, seguindo-se um período para esclarecimentos.

As peticionárias centraram a sua apresentação na análise da situação vivenciada pelos seus filhos e colegas nas escolas Básica Integrada Canto da Maia e Secundária Domingos Rebelo. Neste contexto referem que o trabalho desenvolvido no âmbito da unidade de educação especial é proveitoso mas que, contrariamente, as situações de integração nas respectivas turmas de referência não têm sido bem sucedidas. É opinião das peticionárias que tal facto fica a dever-se à falta de recursos humanos destinados a apoiar essa integração, nomeadamente à falta de intérprete de língua gestual.

Mais informam que, dos contactos já estabelecidos com os órgãos executivos de ambas as escolas, tomaram conhecimento da existência de uma intérprete de língua gestual na ilha de São Miguel que actualmente se encontra a trabalhar num café, enquanto as referidas escolas aguardam autorização para procederem à sua contratação.

Finda a apresentação seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Paulo Estêvão, Rui Ramos e Nélia Amaral.

O Deputado Paulo Estêvão apelou a que seja efectuado um levantamento das necessidades de cada escola assim como uma melhor planificação no sentido de preparar a transição destas crianças de uma escola para outra.

O Deputado Rui Ramos manifestou a sua sensibilidade para com este tipo de problemáticas e salientou a importância de serem tomadas medidas para que tais situações não voltem a acontecer.

A Deputada Nélia Amaral louvou a iniciativa das duas mães na defesa dos direitos dos seus filhos. De seguida questionou as mães sobre as medidas do âmbito da educação especial ou dos apoios educativos previstas para os seus filhos, quais as que estão a ser implementadas e quais as que estão em falta. Quis ainda saber qual a opinião das mães sobre a possibilidade de serem criadas “escolas de referência” nas quais fossem agrupados os recursos existentes numa perspectiva de melhor os rentabilizar, sendo certo que tal tomada de decisão poderia implicar que um aluno surdo tenha de ser deslocado para uma escola fora da sua área de residência.

As mães manifestaram o seu acordo com a possível criação de escolas de referência, mas não dispunham da informação solicitada sobre as medidas do âmbito da educação especial previstas para os alunos. Assim a Deputada Nélia Amaral solicitou que, salvaguardada a privacidade dos alunos em causa, a Comissão pudesse ter acesso aos Planos Educativos Individuais e Programas Educativos Individuais de cada aluno. As mães anuíram ao pedido comprometendo-se a entregar os documentos em causa na Delegação da Assembleia, em Ponta Delgada.

3. Audição da Associação de Surdos da Ilha de São Miguel

A Associação de Surdos declinou o convite para ser ouvida em audição pela Comissão de Assuntos Sociais tendo optado por enviar um parecer escrito, que se anexa ao presente relatório.

4. Audição da Secretária Regional da Educação e Formação

A Secretária Regional da Educação e Formação foi ouvida, no dia 19 de Janeiro, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo.

A Secretária Regional apresentou o recenseamento da população com deficiência auditiva em idade escolar. De acordo com os dados apresentados existem na região

37 alunos com deficiência auditiva, sendo que 27 são de São Miguel. Em São Miguel, estes alunos encontram-se distribuídos pelas escolas Básica Integrada Canto da Maia, Básica Integrada de Arrifes, Secundária Domingos Rebelo, Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, Básica Integrada de Rabo de Peixe, Básica e Secundária da Povoação e Básica Integrada de Água de Pau. Para além de São Miguel existem 7 alunos com deficiência auditiva na ilha Terceira, 2 no Pico e 1 no Faial.

No que se refere aos recursos humanos disponíveis a Secretária Regional informou que o sistema educativo regional dispõe de 150 técnicos superiores de educação especial no ensino básico, sendo que 130 estão afectos ao ensino pré-escolar e ao primeiro ciclo, e os restantes 20 nos 2.º e 3.º ciclos.

Mais informou ainda que todos os pedidos de escolas para contratação de intérpretes de língua gestual e terapeutas da fala estão autorizados pela Direcção Regional da Educação.

Perante as petições que alegam insuficiência de apoios aos alunos surdos a Secretária Regional afirma que essa falta de recursos nas escolas se fica a dever à falta de recursos humanos com a especialização pretendida, no mercado regional.

Assim informa que o Governo pretende tomar algumas medidas a curto prazo que visem colmatar as lacunas que se têm feito sentir, nomeadamente:

- Criação de escolas de referência para apoio a alunos surdos;
- Adopção do programa curricular de Língua Gestual Portuguesa, com carácter obrigatório;
- Recurso ao ensino mediatizado on-line da Língua Gestual Portuguesa como resposta para as ilhas onde não seja viável a criação de escola de referência em virtude do número reduzido de alunos com deficiência auditiva;
- Investir na formação de recursos humanos especializados em articulação com as entidades formadoras, nomeadamente com a Universidade dos Açores, eventualmente com recurso às tecnologias da informação.

A finalizar a Secretária Regional procedeu à análise da situação dos dois alunos referenciados nas petições. O aluno que frequenta a Escola Secundária Domingos Rebelo é apoiado por uma docente especializada do núcleo de educação especial uma vez que a escola não dispõe de intérprete de língua gestual. O aluno que frequenta a

Escola Básica Integrada Canto da Maia é apoiado no âmbito do núcleo de educação especial por uma docente especializada e por uma mediadora de língua gestual, está integrado nas disciplinas de educação visual e tecnológica, educação física e tecnologias da informação e da comunicação. É apoiado em 3 dos 4 tempos de educação visual e tecnológica pelo mediador de língua gestual, não necessita de apoio em educação física e não é apoiado na disciplina de tecnologias da informação e da comunicação por falta do intérprete de língua gestual.

Finda a apreciação das petições seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Zuraída Soares, Paulo Estêvão, Aníbal Pires, Nélia Amaral, Cláudio Almeida e José Manuel Bolieiro.

A Deputada Zuraída Soares questionou a Secretária Regional sobre as escolas de referência a criar, nomeadamente se serão criadas escolas de referência para o ensino básico e para o secundário e como será efectuado o transporte dos alunos para estas escolas.

No que se refere à adopção do programa curricular de língua gestual portuguesa quis saber se o mesmo será obrigatório para todos os alunos ou apenas para os alunos surdos.

Questionou ainda a Secretária Regional sobre a forma como esta pensa colmatar a falta de intérpretes de língua gestual. A finalizar quis saber se as soluções apresentadas pela Secretária Regional “são certezas ou apenas possibilidades” e que medidas podem ser tomadas de imediato uma vez que as soluções apresentadas só serão viáveis para o próximo ano lectivo.

A Secretária Regional da Educação e Formação informou que vai procurar que nas escolas de referência haja formação em língua gestual portuguesa disponível a todos os alunos. Assume o compromisso de serem criadas as escolas de referência para o ensino básico e para o secundário sem, no entanto, assumir qualquer compromisso quanto ao número de escolas de referência a criar nem quanto à sua localização.

No que se reporta à carência de intérpretes de língua gestual informou que os concursos serão lançados no mercado regional e nacional, alargando assim a base de recrutamento.

O Deputado Paulo Estêvão teceu algumas considerações sobre a criação das escolas de referência afirmando que se trata de uma medida que merece o seu total apoio, no entanto alerta para o facto de se tratar “de uma alteração enorme do ponto de vista da escola inclusiva”. Alertou igualmente para as dificuldades que se fazem sentir na utilização das tecnologias da informação e da comunicação em algumas das nossas ilhas.

A finalizar a sua intervenção questionou a Secretária sobre a entrada em vigor dos apoios aos alunos alvo das petições nomeadamente se tinham sido implementados antes ou depois do surgimento das petições.

Em resposta a Secretária Regional explicou que o conceito de escola inclusiva não é posto em causa com a criação das escolas de referência uma vez que o que se pretende é rentabilizar e potenciar os recursos existentes mantendo os alunos numa escola regular.

No que se refere aos apoios disponibilizados aos alunos referidos nas petições informou que os horários foram elaborados no início do ano lectivo.

O Deputado Aníbal Pires considerou inaceitável o facto destes alunos não encontrarem a resposta de que necessitam nas suas escolas, factor que os vêm prejudicando há muito tempo.

A Secretária Regional clarificou que ambos os alunos são apoiados por técnicos com especialização, sendo certo que carecem de um intérprete de língua gestual.

A Deputada Nélia Amaral teceu algumas considerações sobre a escola inclusiva salientando que as escolas de referência para apoio a alunos com deficiência auditiva são uma forma de potenciar essa inclusão ao proporcionar aos alunos surdos um contexto em que possam fazer a aprendizagem da sua primeira língua e uma comunidade linguística onde possam desenvolver essa aprendizagem. Congratulou-se pelo facto de haver agora uma orientação clara no sentido de tornar obrigatória a adopção do programa curricular de língua gestual portuguesa. Informa que a Associação de Surdos da Ilha de São Miguel contratou recentemente a intérprete de língua gestual portuguesa que aguardava contratação pelas escolas em causa, e que está disponível para protocolar com a educação no sentido de garantir o apoio de que estes alunos necessitam. A finalizar sugere ainda que no que se reporta ao pré-escolar

e ao primeiro ciclo do ensino básico sejam tomadas as medidas necessárias com vista a assegurar que os docentes que concorrem para as escolas de referência se disponibilizem para receber formação no âmbito da língua gestual.

O Deputado Cláudio Almeida questionou a Secretária Regional sobre a dificuldade das escolas em proceder à contratação da intérprete de língua gestual.

A Secretária Regional informou que todos os pedidos de contratação de intérpretes de língua gestual e de terapeutas da fala estão autorizados.

O Deputado Bolieiro solicitou que a Secretária Regional se pronunciasse sobre o prazo para celebração de protocolo com a Associação de Surdos e que clarificasse se a língua gestual portuguesa será ministrada em todas as escolas ou só nas escolas de referência.

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional reafirmou que será efectuado um contacto com a Associação de Surdos no sentido de operacionalizar a prestação de apoio aos alunos o mais rapidamente possível. Clarificou ainda que, no que concerne ao programa curricular de língua gestual portuguesa o objectivo do governo é o de dar cumprimento ao programa assegurando que todos os surdos têm acesso à aprendizagem da sua primeira língua.

A Deputada Nélia Amaral deixa a sugestão de se incentivar junto das escolas de referência a partilha de experiências e de recursos afirmando que será certamente mais fácil conseguir contratar um técnico superior se se oferecer um horário completo mesmo que para isso seja necessário proceder à articulação entre duas ou mais escolas.

Capítulo IV

Parecer

Finda a apreciação das petições e o processo de audições, considerando o conteúdo das audições efectuadas e tendo em conta as pretensões dos peticionários a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou emitir o seguinte parecer:

1. Tendo por base o conteúdo da audição efectuada à Secretária Regional da Educação e Formação é possível concluir que a pretensão das peticionárias será contemplada a curto prazo através de um protocolo com a Associação de Surdos da Ilha de São Miguel;
2. Ainda com base na mesma audição conclui ser intenção do Governo introduzir alterações significativas no âmbito do apoio a prestar aos alunos com deficiência auditiva devendo a Comissão de Assuntos Sociais acompanhar a implementação das medidas anunciadas;
3. Atendendo à relevância social da matéria em causa, a Comissão propõe que as petições, Objecto do presente relatório, sejam apreciadas, conjuntamente, em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis;
4. O presente relatório deve ser enviado ao primeiro subscritor de cada uma das petições nele apreciadas.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

21 de Janeiro de 2009.

A Relatora, Nélia Amaral.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Cláudia Cardoso.»

Permitam, Sr. Presidente, a terminar esta apresentação, que faça uma breve referência e em particular para louvar a iniciativa de duas mães que, no exercício do seu direito de cidadania trouxeram esta temática à apreciação da Assembleia, um reconhecimento que julgo ser partilhado pelos diferentes Grupos e Representações Parlamentares que participaram no trabalho da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As famílias com pessoas portadoras de deficiência vivem, pela sua própria circunstância, em condições mais difíceis e bem mais complexas do que as restantes famílias açorianas.

As duas Petições subscritas, cada uma, por uma mãe expressam, na verdade, a realidade de muitas famílias e de muitos alunos, que se vêem perante dificuldades acrescidas às quais a sociedade não pode, de modo algum, ser insensível.

De acordo com o modelo de sociedade que todos defendemos, atento à complexidade e às dificuldades dos mais frágeis, é dever de solidariedade tudo fazer para minimizar todos os aspectos que dificultem a real e plena integração das pessoas e dos cidadãos portadores de deficiência.

Sabemos muito bem que não temos, ao nosso dispor, recursos financeiros ilimitados ou capazes de disponibilizar a cada aluno todos os meios que seria de desejar. Todavia, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com as possibilidades ao nosso dispor temos o dever de tudo fazer no sentido de otimizar os meios para que, assim, se possa responder de uma forma mais célere e mais adequada às dificuldades circunstanciais sentidas por estas famílias.

Porque não queremos que mais nenhuma mãe açoriana tenha necessidade de dizer que está a ser negado o direito ao desenvolvimento da verdadeira autonomia dos filhos portadores de deficiência, saudamos a reacção da Sra. Secretária da Educação e Formação às referidas Petições, no sentido de criar escolas de referência, dotando-as dos meios humanos e materiais suficientes para lidar com estas e outras problemáticas que, diga-se em abono da verdade, todos queremos de algum modo resolver.

Estaremos, no entanto, vigilantes e atentos à sua concretização e às necessidades destas pessoas e, por isso, também sugerimos que se faça um diagnóstico geral e actual da deficiência na Região, para assim dar resposta àquilo que, por imperativo ético e moral, deve merecer toda a nossa solidariedade e todo o nosso empenho.

Disse.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

Vozes de deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas uma breve nota para, por um lado e talvez um bocadinho em contraponto àquilo que o Deputado Rui Ramos dizia, voltar a saudar o exercício de cidadania destas duas mães e apelar a todas as mães que sintam necessidade de o fazer, que o façam. É essa também a nossa tarefa nesta casa, de fazer essa análise e de dar essa resposta com a dignidade que merece.

Em segundo lugar, para fazer uma segunda análise que se prende também já um pouco com o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Julgamos pertinente que, a partir da análise feita de duas situações individuais, seja possível fazer uma apreciação, seja possível fazer uma avaliação mais alargada da população com deficiência auditiva que temos hoje nas nossas escolas. Foi esse o trabalho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desenvolveu a partir destas duas Petições, é este o trabalho que estará em discussão seguidamente.

Não podemos, contudo, deixar de salientar a evolução que se tem verificado na Região Autónoma dos Açores ao nível dos apoios às pessoas com deficiência. Orgulho-me de referir nesta casa o percurso que foi feito, desde situações de segregação, situações de exclusão e situações de integração parcial, àquilo que hoje defendemos de uma escola e de uma sociedade verdadeiramente inclusivas. Traremos daqui a pouco o nosso contributo para que essa escola seja cada vez mais inclusiva e aqui estaremos para voltar a fazê-lo, sempre que tal se prove necessário.

Presidente: Muito obrigado. Não sei se há mais inscrições.

Sra. Secretária, pelo que eu vejo no artigo 192, n.º 2, o Governo não pode intervir nesta parte. Não sei se há mais inscrições.

Não havendo, passamos para o ponto seguinte, Requerimento de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Medidas de Apoio aos Alunos Surdos”.

Para apresentar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente, para fundamentar o pedido de urgência, repetindo de alguma forma aquilo que há bocadinho disse.

Esta temática foi alvo de apreciação na Comissão de Assuntos Sociais, na sequência da apreciação das Petições, decorre de uma tentativa de ter uma abordagem mais global e mais generalizada à problemática dos alunos surdos partindo da análise de duas situações pontuais e individuais.

Portanto, parece-nos que não haverá necessidade de voltar a ser analisado em Comissão, uma vez que a Comissão já teve oportunidade de se debruçar sobre esta matéria.

Presidente: Não sei se mais alguém se quer pronunciar?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para dizer que não temos nada a opor a que esta questão seja discutida e que se lhe tenha dado este carácter. Queria, no entanto, lamentar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não o tivesse feito, digamos, de uma outra forma, porque houve tempo suficiente para isso. A verdade é que, ao longo deste período legislativo já aconteceram várias situações de pedidos de urgência e de dispensa de exame em comissão e parece-nos que isso não é, pelo menos no nosso entender, um procedimento normal, independentemente das questões tratadas.

Neste caso penso que, digamos, a abordagem poderia ter sido feita de uma outra forma, dando e dotando todos os Deputados de uma outra visão sobre esta questão.

É apenas uma nota, sem querer interferir no funcionamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para que ponham alguma ordem nisso.

Bom dia.

Presidente: A Sra. Deputada Nélia Amaral pede a palavra para?

Deputada Nélia Amaral (PS): Para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Aníbal Pires, no âmbito da interpelação...

Presidente: Não pode, Sra. Deputada. Só pode intervir uma vez. Para prestar esclarecimentos, não pode, de acordo com o artigo 146, n.º 1 do Regimento.

O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Para esclarecer o Sr. Deputado Aníbal Pires, na sequência da declaração que acabou de fazer.

Presidente: O que eu disse para a Sra. Deputada Nélia Amaral serve também para si, pertencem ao mesmo Grupo Parlamentar, apenas uma pessoa pode falar a respeito da urgência, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Gostaria de dizer que, da parte do PPM, não temos qualquer oposição a fazer em relação à entrada deste Projecto de Resolução, que é um projecto muito generalista e completamente inócuo. Como diz o nosso povo, “*bem não faz e mal também não*”.

Presidente: Não sei se há mais inscrições, não havendo vamos passar à votação do Processo de Urgência.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, passamos de imediato à respectiva substância, “**Medidas de Apoio aos Alunos Surdos**”. Dava a palavra presumo que à Sra. Deputada Nélia Amaral, para apresentar o diploma.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tal como havia sido anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, nos dias 19 e 20 na delegação da Assembleia na cidade de Angra do Heroísmo, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam hoje um Projecto de Resolução intitulado “Medidas de Apoio aos Alunos Surdos”.

Na última década assistiu-se, na Região Autónoma dos Açores, a alterações significativas nos modelos conceptuais, assim como nas práticas de apoio à população portadora de deficiência. A inclusão e o direito à participação, elementos fundamentais à dignidade humana e ao exercício dos direitos humanos, são, efectivamente, conquistas recentes. Foi necessário fazer um longo percurso, da exclusão à segregação e posteriormente à integração, para assumirmos as pessoas

portadoras de deficiência como cidadãos de pleno direito. Não se trata já de defender direitos especiais para pessoas diferentes, trata-se sim de garantir a todos, independentemente das suas diferenças, o rigoroso respeito dos mesmos direitos.

A inclusão assenta precisamente neste princípio: no reconhecimento e na aceitação da diferença, sem prejuízo de direitos. É neste contexto, na defesa deste princípio e na procura da sua efectiva operacionalização, em particular em contexto educativo, que se enquadra o Projecto de Resolução que hoje me cumpre apresentar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este Projecto de Resolução, convicto de que se mantêm actuais as recomendações emanadas da Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, que ficou conhecida como Declaração de Salamanca, na qual se afirma que, e passo a citar: “todas as crianças possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”. Na mesma Declaração, propõe-se que, e cito novamente: “aqueles com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deverá acomodá-los dentro duma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades”. Apela-se, ainda, a que os governos adoptem o princípio da educação inclusiva, em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares e defende-se que, volto a citar: “as escolas inclusivas constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva”.

São estes os princípios e as orientações que têm norteado a inclusão das crianças portadoras de deficiência no sistema educativo regional ao longo da última década. Um percurso feito de sucessos e de dificuldades, de um aumento significativo da qualidade, diversidade e quantidade dos apoios disponíveis, mas também de constantes e novos desafios porque nesta, como noutras matérias, nunca tudo está feito.

Cumpre-nos hoje apontar novas alternativas.

Assim, reafirmando o nosso compromisso com a defesa de uma escola inclusiva, reconhecendo a evolução que se tem vindo a verificar na nossa Região, quer em termos conceptuais e de conhecimento sobre a matéria, quer em termos de definição de novos modelos de intervenção;

Considerando ainda que, de acordo com os princípios da universalidade, da adequação e da inclusão, consideradas na já referida Declaração de Salamanca, “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais (inseridos no sistema regular de ensino) têm direito ao reconhecimento da sua singularidade e à oferta de respostas educativas adequadas, incluindo medidas e recursos educativos especiais”;

Tendo por base o imperativo constitucional que reconhece a “Língua Gestual Portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de oportunidades”;

Na defesa duma escola inclusiva que visa proporcionar condições de aprendizagem em igualdade de oportunidades para crianças e jovens portadores de deficiência, dentro do sistema de ensino regular;

Considerando que a inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência tem sido uma preocupação central dos governos do Partido Socialista e que, desde a extinção do Centro de Educação Especial dos Açores a comunidade educativa se tem vindo a organizar para integrar estes alunos;

Reconhecendo que a comunidade de surdos ainda não dispõe, na Região Autónoma dos Açores, de todas as condições para a concretização dos princípios que norteiam uma escola inclusiva e que concretizam uma verdadeira igualdade de oportunidades;

Tendo presentes os dados que integram o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, referentes às Petições “Alunos Surdos” que acabámos de votar nesta Assembleia, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de acordo com as normas estatutárias e regimentais aplicáveis, propõem que seja aprovado o seguinte Projecto de Resolução:

Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que desencadeie os mecanismos necessários de forma a:

N.º 1: Promover uma articulação mais eficaz entre os serviços da Saúde, da Educação e da Solidariedade Social, no sentido de agilizar o diagnóstico e a intervenção precoces, assim como, numa fase posterior, garantir o encaminhamento eficaz dos jovens na sua transição da escola para a vida activa, com vista a potenciar a inclusão em contexto educativo, profissional e social;

N.º 2: Criar condições para o desenvolvimento da Língua Gestual Portuguesa em ambiente educativo, dotando as unidades orgânicas dos recursos humanos e materiais adequados, e garantir que, ao nível do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, os docentes titulares das turmas com crianças surdas tenham formação em Língua Gestual Portuguesa;

N.º 3: Estabelecer mecanismos de coordenação e articulação entre as entidades que apoiam a comunidade surda, no sentido de potenciar a partilha de práticas pedagógicas, de materiais didácticos e de outros recursos;

N.º 4: Incentivar uma maior oferta de formação específica na área das necessidades educativas especiais, nas suas diferentes vertentes e, em particular no que concerne aos problemas da comunicação, desenvolvendo esforços junto da Universidade dos Açores e dos Centros de Formação de Escolas;

E, n.º 5: Equacionar o recurso às tecnologias da informação no apoio à comunicação, em particular em contexto educativo e de formação, proporcionando oportunidades de ensino e formação à distância, em articulação com o ensino presencial, alargando a oferta de oportunidades de formação específica e assegurando uma resposta adequada a todas as crianças, independentemente do local onde residam.

Fazemo-lo, convictos de que o facto de uma criança falar com as mãos ou ouvir com os olhos não pode ser tido como um factor preditivo do seu sucesso educativo e, muito menos, como inibidor de direitos.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

Presidente: Inscrições? Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que a coragem evidenciada por duas mães açorianas expôs a fragilidade no nosso sistema público do princípio da escola inclusiva que, penso, é partilhado por todos e a ausência ou a, digamos, escassez de recursos humanos qualificados para fazer face a estas situações. Assim, gerou-se uma situação que tem, basicamente, duas vertentes: uma reactiva e uma preventiva. Não vou usar o termo reactivo com a conotação negativa que lhe tem sido dada nos últimos dias. Reactiva porque urgente e ainda bem que assim foi.

Portanto, em termos reactivos, para fazer face às duas situações referidas nas Petições, a questão das escolas de referência numa primeira fase parece-nos acertada, até porque é difícil espalhar meios, então vamos congregá-los nessas escolas de referência. Seria interessante também dar resposta aos alunos que terão de se deslocar para essas escolas de referência e, portanto, suportando os custos dessa deslocação.

Em termos preventivos, a Proposta de Resolução que o Grupo Parlamentar do PS aqui traz merece, também, a nossa anuência, porque fazemos uma análise muito semelhante, de que se deve proceder a um levantamento, além do que a Sra. Secretária apresentou na última reunião da Comissão dos alunos em situação escolar, também das crianças em idade pré-escolar para preparar o sistema atempadamente para a resposta a dar.

O investimento em formação para intérpretes de Língua Gestual Portuguesa merece a nossa concordância absoluta. Eu, aqui, gostaria de acrescentar uma nota, pensando que é uma excelente oportunidade para professores que, neste momento, estejam a contrato ou desempregados, incrementarem a sua empregabilidade e dotarem a Região de mais recursos humanos que tanta falta fazem neste sector.

Obrigado.

Presidente: Obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta história é fácil de contar. Temos duas mães que remeteram para a Assembleia esta Petição e que dizem: “Não é justo que uma criança a quem a Mãe Natureza já foi suficientemente cruel a retirar-lhe um bem precioso, esteja a trabalhar com limitações, por lhe faltar mais alguém para ajudar.” O mais caricato da situação, para não dizer vergonhoso, é o facto de esse ser o intérprete e...

Presidente: Sr. Deputado, nós conhecemos o texto, o Relatório e a Petição.

O Orador: Sr. Presidente, eu já tinha terminado, achei é que era ilustrativo da questão que estamos aqui a debater. O Sr. Presidente dê-me esta liberdade retórica.

Gostava de dizer também, depois, que o Projecto de Resolução do Partido Socialista diz o seguinte: “Em contraposição ao que as mães afirmam, considerando que a inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência tem sido uma preocupação

central” – repito – “tem sido uma preocupação central”, ora, o que esta situação demonstrou é que está muito longe de ser uma preocupação central do Governo Socialista. Quando muito, é uma preocupação periférica e, de certeza absoluta, é uma preocupação esquecida.

O que acontece e se demonstrou ao longo deste processo, é que a Direcção Regional da Educação não fazia ideia de quantos alunos surdos tínhamos na Região.

A Direcção Regional da Educação, – isso depois foi solicitado...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: ... às escolas, e existem ofícios a solicitar esses dados – em reacção a estas Petições, teve de saber o que é que se passava, porque antes não sabia nada sobre isto e não tinha preparado respostas a estas questões.

Portanto, foi fundamentalmente uma situação de desleixo, de anarquia e de falta de respostas o que se encontrou neste assunto.

O Partido Socialista a seguir, em vez de fazer uma coisa muito mais simples do que propor uma recomendação, o que fez, foi: bom, então, vamos responder a esta questão recomendando, articulando, criando condições, garantindo, estabelecendo mecanismos de formação, falando em formação específica.

Deputada Nélia Amaral (PS): Já percebemos.

O Orador: Ou seja, repetindo tudo o que já existe. Ou seja, o que já existe do ponto de vista legislativo e que, pura e simplesmente, é negligenciado e não é aplicado.

Querem que eu vos deixe uma recomendação em relação a este assunto? Façam. Não querem? Mas eu deixo à mesma: Façam o que está na lei. Não se recomendem coisas que já existem, não faz sentido nenhum.

Se querem responder a esta questão, façam, dêem resposta às crianças, dêem resposta a este tipo de situações, porque não faz sentido nenhum estarmos aqui a discutir questões que repetem recomendações, articulações, quando tudo isto é completamente inócuo.

Portanto, o que acontece é que estas Petições demonstraram o falhanço que é a educação especial na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: A Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir que nós temos, nos Açores, muito bons profissionais na área da educação especial.

A nossa intenção é investir na criação de escolas de referência, tendo em vista potenciar os recursos existentes, tanto recursos humanos como também a nível de recursos materiais, daí que é necessário agregar esses recursos, potenciando assim a capacidade de partilha dos próprios profissionais e, por outro lado, permitindo, neste caso das crianças com dificuldades auditivas, uma comunicação muito mais próxima e a criação de outro ambiente de comunicação entre as próprias crianças.

Nós queremos equipas de trabalho dispostas a investir na qualidade e na excelência, hoje estamos na era da qualidade, fala-se na qualidade a nível de turismo, na qualidade a nível da indústria e, na educação, será uma aposta forte desta legislatura.

Para além das escolas de referência, nós procuraremos criar um ensino mediatizado à distância, mediatizado no sentido de as crianças que estão isoladas em diferentes ilhas poderem ter um ensino da Língua Gestual próximo das suas necessidades.

As bolsas para formação nesta área serão outro dos investimentos a fazer, em articulação com instituições do ensino superior e, tendo em conta os recursos humanos já existentes, vamos procurar especializar esses recursos.

Portanto, vamos ter em atenção as crianças com necessidades educativas especiais, porque todas as crianças merecem a nossa atenção e estas são verdadeiramente especiais para nós.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saudamos a recomendação do Partido Socialista no sentido de dar resposta a estas questões, saudamos mais uma vez a constituição de escolas de referência no sentido de otimizar os meios humanos e materiais para dar resposta a essa problemática.

Todavia, e associando-me também a essas vossas preocupações, suponho que nós devemos fazer um diagnóstico mais alargado de toda a problemática da deficiência na Região, um diagnóstico mais actual precisamente para, depois, também podermos dar

resposta mais adequada a estas questões, uma vez que se trata, efectivamente, de um imperativo ético e se trata de um imperativo moral.

Para além disso, sugeria também aos Srs. Membros do Governo, nomeadamente à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, no sentido de promover também um diagnóstico de meios humanos e materiais nas escolas para, assim, se poder articular as necessidades regionais com os meios que temos ao nosso dispor e, eventualmente, poder completar essas escolas com novos meios que se ache, na altura, os necessários e suficientes e aquilo que a Região pode oferecer aos nossos jovens e alunos com necessidades educativas especiais.

Portanto, sugeria aqui e sublinhava aqui o facto de haver uma necessidade de se fazer um diagnóstico geral de todas as deficiências, no sentido de podermos promover uma resposta mais adequada e mais célere a estas problemáticas.

Muito obrigado.

Voz indistinta: *Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu gostava de lhe pedir um esclarecimento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no dia 20 de Janeiro, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais na cidade de Angra do Heroísmo anunciou que ia apresentar um Projecto de Resolução referente à situação dos alunos surdos na Região Autónoma dos Açores. Eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado Aníbal Pires quais foram os contributos que ele se disponibilizou a dar para esse Projecto de Resolução.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para que fique nos registos desta Assembleia, em sua opinião, na Região Autónoma dos Açores, que a intervenção precoce junto de crianças surdas seja mais precoce, que o ensino da Língua Gestual seja mais precoce junto destas crianças e das suas famílias, que à entrada do sistema regular de ensino lhes permita maior acesso às aprendizagens regulares, esta articulação que permite

também uma transição para a vida pós-escolar mais adequada às suas competências e uma melhor integração no mundo do trabalho, em sua opinião, é inócuo?

Para que fique ainda registado, criar as condições para o desenvolvimento da aprendizagem da Língua Gestual Portuguesa de uma criança que, por acaso, tenha nascido numa ilha onde não haja mais nenhuma criança surda, onde não tenha uma comunidade linguística onde possa fazer a aprendizagem e o desenvolvimento da sua língua, para si é inócuo?

Para que fique registado, promovermos uma maior oferta de formação, para que dotemos o nosso sistema educativo regional de mais recursos docentes, não-docentes, técnicos, com especialidade em problemas de comunicação, para si é inócuo?

Creio que não preciso de continuar a dar mais exemplos.

Mas gostaria que ficasse em acta e que toda esta Assembleia tomasse conhecimento...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Para que fique registado nos Diários das Sessões, agradeço a sua correcção, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, para que fique registado em Diário das Sessões, o que é que para o Deputado do Partido Popular Monárquico é inócuo em matéria de educação especial.

Voz indistinta. *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Registe-se, Sr. Presidente, que o Sr. Presidente deu à Sra. Deputada do Partido Socialista a oportunidade de reler, outra vez, o Projecto de Resolução e que aqui ao Deputado do Partido Popular Monárquico não foi permitido que lesse um pouco da Petição.

Bom, de qualquer das formas, eu quero dizer-lhe, Sra. Deputada Nélia Amaral, que a Sra. Deputada não descobriu o fogo. Estas questões, este tipo de medidas...

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor é que acha que o descobriu.

O Orador: Aliás, eu até vejo isto como uma crítica, a senhora agora chegou e descobriu o que o Partido Socialista...

O Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista levaram doze anos sem fazer estas medidas? Isto é uma crítica enorme que a senhora está a fazer ao Governo do Partido Socialista.

São todas questões absolutamente fundamentais e a senhora está-me a dizer que o sistema educativo do ponto de vista dos princípios, do ponto de vista daquilo que é a articulação e o seu funcionamento, no século XXI, em Portugal, depois de treze anos de Governo do Partido Socialista, não tem estas coisas previstas?

Foi a senhora que descobriu o fogo? Por amor de Deus.

De todas estas coisas, o que lhe digo é: deixe-se de propaganda e vamos fazer uma coisa, vamos aplicar o que está na lei, vamos dar respostas concretas, que é o que as pessoas querem, querem uma resposta concreta. Estas pessoas apresentaram situações concretas. Os senhores resolveram? Não resolveram. Não resolveram estas questões e elas continuam por resolver.

Os senhores com o que é que vêm? Vêm com retórica vazia, vêm sem respostas para as questões que as pessoas lhes colocaram.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor ou está mal informado ou está a ser incorrecto.

O Orador: É isso que as pessoas precisam de saber, é isso que as Peticionárias precisam de saber. Que a senhora, o Governo do Partido Socialista, não respondem, não resolvem os problemas concretos das pessoas e vêm para aqui com retórica e com propaganda. Foi isso.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, estava inscrito, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas para dizer o seguinte: é evidente que a Representação Parlamentar do PCP está perfeitamente disponível para, nesta como noutras matérias, prestar e dar todos os contributos sobre esta questão.

Agora, o que acontece é o seguinte: todos percebemos que a agenda deste Plenário foi permanentemente alterada e com pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão de vários diplomas.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): É regimental.

O Orador: Eu sei que é regimental, agora, é bom que vocês definam qual é a prática que querem ter.

Deputada Nélia Amaral (PS): E definimos.

O Orador: Não. E se vamos continuar assim, e como estamos numa de poupança de dinheiro, acabem com as Comissões. Poupem dinheiro, então, acabem com as Comissões.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Disse.

Presidente: Muito bem. A Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra para um esclarecimento.

(* Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor ou está mal informado ou está de má-fé. Porque a verdade é que a situação apresentada pelas duas Peticionárias está – já a semana passada estava – resolvida e, portanto, não é correcto da sua parte...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está não, senhora. Não é verdade.

A Oradora: ...vir a esta Assembleia dizer que não se deu resposta à situação apresentada pelas Peticionárias. O senhor desloque-se às escolas e vai verificar se está ou não resolvida.

Vozes de deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para responder à Sra. Deputada Nélia Amaral com compromisso de honra: a questão não está resolvida – a questão não está resolvida e conto apresentar, no início da

próxima semana, as provas em como a questão não está resolvida e de quem, aqui nesta câmara, disse a verdade!

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Ficamos à espera.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vou conceder um intervalo regimental de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 05 minutos.)

Presidente: Agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 25 minutos.)

Presidente: Não sei se temos quórum? Temos quórum.

Não sei se há mais inscrições para o debate na generalidade?

Não havendo, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte, que é: **Perguntas Oraís ao Governo Regional.**

Foi combinado na respectiva Conferência a organização desse período.

Teremos um tempo global de 3 horas.

Foram apresentados pelo Interrogante, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quatro objectos de perguntas sobre o tema global “Medidas de Combate à Crise Financeira Internacional” e foi, na Conferência de Líderes, indicado e estabelecido que:

Sobre o primeiro objecto o Partido Socialista faria 5 perguntas, o PSD 3, CDS/PP 2, BE, PPM e PCP, uma pergunta cada;

Sobre o segundo Objecto o PS faria 3 perguntas, o PSD 2, o CDS/PP, BE, PPM, e PCP 1 pergunta cada;

Sobre cada um dos terceiro e quarto objectos o PS faria 2 perguntas, PSD, CDS/PP, BE, PPM, PCP 1 pergunta cada.

Estas perguntas seriam feitas de acordo com o n.º 2 do artigo 181.º e à medida que fossem feitas, iam sendo intercaladas, tanto quanto possível respeitando o princípio da proporcionalidade.

Também à semelhança do que já ocorreu nesta casa em situações anteriores, haverá uma pergunta do interrogante, a resposta do Governo, a réplica do interrogante, resposta do Governo e, de cada Grupo Parlamentar, se assim o entender, pergunta e resposta do Governo.

Foi ainda entendido em Conferência de Líderes, no caso do interrogante e ao nível das respostas, que o Membro do Governo a responder não tem de ser necessariamente o mesmo que aquele que responde à réplica.

Relativamente ao primeiro objecto, que tem a ver com Medidas de Estímulo à Liquidez das Empresas, eu dava a palavra ao interrogante, o Partido Socialista.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista recorre, pela primeira vez, à figura regimental de perguntas com resposta oral dirigidas ao Governo Regional. Fazemo-lo porque consideramos que esta é uma matéria de enorme relevância, de enorme actualidade e de grande interesse para todos os açorianos.

O Grupo Parlamentar do PS está atento à realidade dos Açores e, por isso, decidiu avançar com esta sessão de perguntas ao Governo Regional, que tem um objectivo muito concreto: compreender melhor o que o Governo está a fazer para minimizar o impacto, na Região, desta crise financeira e económica internacional que nem os mais reputados economistas conseguiram prever e que está a atingir, sem piedade, países que todos nós julgávamos inabaláveis.

A nossa preocupação, como sempre, é que os açorianos estejam informados sobre o que o seu Governo está a fazer e, deste modo, se sintam tranquilos e confiantes relativamente à situação económica da nossa Região.

O Grupo Parlamentar está tranquilo, mas temos questões que pretendemos ver respondidas, não para nossa auto-satisfação mas para reforço do sentimento de

segurança das famílias e empresas dos Açores, condição essencial para conseguirmos ultrapassar estes momentos conturbados.

Assiste-se a cenários de estagnação e recessão nas principais economias europeias, nos Estados Unidos e em países emergentes e de falta de liquidez do sistema bancário e financeiro, sem paralelo desde a Segunda Grande Guerra.

Para o PS, o principal é que as pessoas não percam o emprego e que os nossos jovens que chegam ao mercado de trabalho tenham, também eles, emprego. Para isso, deve o Governo Regional continuar a fazer mais do que se está a fazer lá fora, com melhores linhas de crédito às empresas, com melhores medidas para ajudar as famílias na habitação e protegendo, protegendo sempre, as nossas empresas.

Foi assim que conseguimos que a crise chegasse mais tarde aos Açores e queremos também que daqui saia mais cedo. Sendo igualmente necessário aumentar o investimento público conforme, aliás, anunciado e mais apoios ao investimento privado.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer saber como vai evoluir, neste ano de incertezas, a liquidez das nossas empresas, o emprego dos açorianos e o rendimento disponível das famílias, assim como as intenções do Governo de aumentar a despesa pública de investimento.

Dirijo, por isso, uma primeira pergunta ao Governo Regional dos Açores: em que áreas prioritárias considera o Governo Regional que deve intervir para minimizar os impactos, na Região, desta crise internacional?

Muito obrigado.

Presidente: Tem o Governo cinco minutos para responder. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo, faça favor.

(*) Presidente do Governo (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Sem prejuízo da resposta que cada um dos Membros do Governo dará às perguntas que forem colocadas em razão da matéria, quero aproveitar esta primeira questão, de carácter mais geral, para reforçar a nossa perspectiva de contextualização deste debate e destas preocupações que ocorrem, hoje, nos nossos Açores.

Em circunstâncias normais, ou seja, semelhantes àquelas que teríamos no primeiro semestre do ano passado, nós estaríamos hoje, após as últimas eleições regionais, a iniciar um novo ciclo de medidas e de investimento público e a redefinir e a consolidar objectivos de desenvolvimento, a melhorar as qualificações e as competências dos açorianos, a ter iniciativas para promover o crescimento sustentado da nossa economia, a estimular a igualdade de oportunidades, a coesão social, a coesão territorial, a projectar de forma mais intensa a nossa Região no exterior e realizando, no sentido da convergência com os melhores indicadores. Eram esses e são esses os objectivos gerais que o Governo persegue.

A situação, porém, modificou-se e, sobretudo, houve uma alteração muito radical na envolvente externa, que já se manifestou por um período de alta de preços de matérias-primas e do dinheiro, pelas quebras subsequentes ao nível do consumo e as suas consequências na economia, pelo esgotamento dos orçamentos familiares, pela falta de liquidez da banca e de muitas empresas e pela estagnação do investimento.

Isto significa que nós temos uma agenda simultânea, aquela que decorre do nosso compromisso político e da execução do nosso modelo de desenvolvimento e, em simultâneo, uma agenda de aplicação imediata e de curto prazo, que tem a ver com a resolução de problemas fundamentais que se colocam, nos Açores, de protecção dos orçamentos das famílias, de protecção da actividade económica empresarial e de reforço da capitalização das empresas.

Mas, em boa verdade, os efeitos da crise financeira e económica internacional – e europeia e nacional – chegam aos Açores de forma mais ténue, e chegam essencialmente por um conjunto de razões, em que é justo destacar o nível de protecção superior que as famílias têm nos Açores, o nível de protecção superior que as empresas têm na nossa Região e, também, porque salvaguardamos as nossas finanças públicas, conseguimos, com essa política, disponibilizar e recriar capacidades para, a todo o tempo, acudir às dificuldades das empresas e das pessoas.

Hoje, os açorianos, ao fim de um ano, têm no seu bolso mais 260 milhões de euros do que os continentais. Basta pensarmos nos efeitos que concorrem para isso: efeitos de intensidades menores do IRS, do IRC, do IVA, de alguns impostos especiais, do preço inferior dos combustíveis, da aplicação da remuneração complementar, do

complemento de pensões, do apoio aos medicamentos para idosos, do salário mínimo e de muitas outras iniciativas. Basta pensarmos no que é o sistema de incentivos que estão disponíveis para as empresas ao nível dos diferentes sectores económicos. Na capacidade que a administração pública tem revelado de pagar, a tempo e horas, aos fornecedores, evitando descapitalizações intercalares das nossas empresas. Do sistema de apoio social de proximidade de que dispomos e da baixa taxa de desemprego.

Por esse conjunto de razões e outras, a crise nos Açores tem uma intensidade menor. Porque tomamos medidas, porque definimos uma agenda contra a crise, paralela à de acção estratégica do Governo e dos objectivos do nosso mandato, com medidas concretas, com um diagnóstico preciso, estou convencido que o Governo, em conjunto com todas as instituições políticas, sociais, empresariais e com a iniciativa dos cidadãos, vencerá estas situações de dificuldade que afectam ou ensombram o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento da nossa economia e a economia das nossas famílias.

Queremos que esta crise, que chega mais tarde aos Açores e com efeitos mais ténues, mercê das medidas que tomamos, mercê da confiança que queremos insuflar, também se vá mais cedo embora dos Açores.

Queremos vencer três batalhas:

Em primeiro lugar, ajudar as famílias no seu rendimento disponível e na realização plena do seu direito à habitação. Já definimos estratégias para esse efeito.

Em segundo lugar, ajudar as empresas no seu financiamento, no seu equilíbrio, na sua actividade e já tomámos medidas para o efeito, protocolando com a banca, como vai acontecer na próxima semana, por exemplo, linhas de crédito destinadas à actividade económica em geral e também ao sector agrícola.

Queremos, em terceiro lugar, manter os níveis de emprego e salvaguardar a confiança no futuro.

É uma grande prioridade do nosso tempo, uma prioridade que deve ocupar as nossas atenções em prejuízo de quezílias políticas, de questões completamente laterais aos interesses dos açorianos, que tantas vezes se discutem. A grande prioridade é centrarmos todos os nossos esforços, todas as nossas atenções na salvaguarda das

nossas empresas, na defesa do emprego, na defesa do orçamento das famílias, na capacidade e na prontidão com que acudimos às dificuldades de uns e de outros e é para isso que se deve suscitar o debate parlamentar.

O verdadeiro valor, a mais-valia da acção parlamentar, nestas circunstâncias em que vivemos hoje nos Açores é, exactamente, o contributo que o Parlamento pode dar para a melhoria das medidas que nós já anunciámos tomar para debelar esta situação circunstancial que vivemos e que não queremos que se prolongue por muito tempo, nem que tenha efeitos tão nefastos quanto os efeitos que vemos repercutirem-se pelo mundo fora.

Quero que os açorianos tenham a certeza que contam com o seu Governo para que esta situação não prejudique as nossas famílias nos Açores e afecte o menos possível a economia das nossas empresas.

Se estivéssemos à espera do contributo de alguns partidos da oposição, particularmente do PSD, não teríamos avançado em nenhuma medida.

Deputado António Marinho (PSD): A sessão de perguntas é ao PSD?

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo está no uso da palavra.

O Orador: Durante a campanha eleitoral, prometeram medidas, não as apresentaram, disseram que apresentariam medidas, quando discutíssemos o Programa do Governo, não o fizeram.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Aprovaram uma moção, em Congresso, e voltaram a não apresentar quaisquer medidas.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): *Muito bem!*

O Orador: Encerraram o seu Congresso e chegaram até agora e nada mais fizeram do que falar de medidas que o Governo já tinha aprovado e voltaram agora a dizer que apresentarão medidas, quando discutirmos o nosso Plano e Orientações de Médio Prazo, lá para os meses de Março e de Abril.

Se nós estivéssemos à espera das medidas do PSD, a crise, nos Acres, só teria um caminho, o do agravamento.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo.)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não apoiado!

O Orador: O PSD apenas sabe dizer que as medidas do Governo são insuficientes, mas não apresenta uma única medida original, nem um único projecto alternativo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo.)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero terminar dizendo o seguinte: nós tomamos medidas e voltemos a explicitá-las hoje, porque eu tenho muita confiança que: com as linhas de crédito que entretanto aprovámos para as empresas em geral e para o sector agrícola; com a antecipação de ajudas e de pagamentos; com as medidas que estamos a tomar no sentido do estímulo e do investimento na exportação e na renovação, por exemplo, da nossa frota de pesca; com uma intervenção programada que estamos, neste momento, a colocar em marcha no domínio da oferta e da procura no sector da habitação; com os programas de apoio ao emprego que também já aprovámos para estes efeitos, conjugados com o aumento do salário mínimo, com os aumentos da Função Pública acima da inflação; com os aumentos expressivos, também, dos funcionários das IPSS; com a remuneração complementar; com o complemento de pensão; com o abono de família; com a previsível descida de preços de alguns bens essenciais; com a não subida dos transportes colectivos de passageiros; com a estabilidade previsível do preço dos combustíveis a um nível inferior ao histórico anterior; com a diminuição do valor do preço do dinheiro, a diminuição das taxas de juro e dos encargos de empréstimos de famílias e das empresas...

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Presidente.

O Orador: ...com as alterações dos escalões do IRS, estou convencido que, com o conjunto de medidas que tomámos, com este enquadramento previsível que se irá acentuar este ano e com o aumento, em cerca de dez por cento, do investimento público, nós vamos conseguir.

Vamos conseguir proteger as nossas famílias, vamos conseguir salvar as nossas empresas e vamos conseguir manter os nossos empregos nos Açores. Vamos conseguir tudo isso, para continuar a desenvolver a nossa terra e a protegê-la no seu caminho de desenvolvimento.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo.)

Presidente: Sr. Deputado Helder Silva, tem três minutos para pedir esclarecimentos, caso assim queira.

Sobre o mesmo objecto, não sei se outro partido deseja pedir esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho,

(* Deputado António Marinho (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo final da sua intervenção, porque deu uma nota clara daquilo que se está a passar aqui hoje.

O direito de fazer perguntas ao Governo é, obviamente, inquestionável, é indubitável. Que tal fique claro, não retiramos nem um mínimo de direito de fazer perguntas ao Governo, também por parte do partido que suporta o Governo.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Ainda bem que esclarece!

O Orador: Fica, no entanto, claro, por aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, quando, numa sessão de perguntas ao Governo sobre as medidas que o Governo tem para combater a crise, entendeu falar que o PSD não tinha medidas e depois diz que vai apresentar medidas e não apresenta medidas...

Isto não é uma sessão de perguntas ao PSD, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Aqueles senhores querem-lhe fazer perguntas a si e, de acordo com o Regimento, é dada a possibilidade a todos os Grupos e Representações Parlamentares de, também, questionarem algumas coisas e, portanto, de terem a possibilidade de ficar esclarecidos sobre algumas matérias.

Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É dada a possibilidade dada ao Governo de esclarecer aquilo que diz que tem para combater a crise.

Colaboração da nossa parte? Com certeza. É isso que vamos tentar fazer, já no imediato.

Efectivamente do ponto de vista das medidas apresentadas até agora pelo Governo quer, numa primeira fase mais incipientes quer, numa segunda fase, um bocadinho mais aprofundadas, no essencial concordamos com elas, algumas consideramo-las suficientes outras nem tanto, haveremos de o dizer. Digamos que também são um bocado parcas do ponto de vista do combate à crise por parte das famílias, mas isso é uma questão em que falaremos mais à frente.

O que é que nós temos? O que é que nós, PSD, temos?

Temos um Comunicado do Conselho do Governo, não completamente esclarecedor e até, em certa medida, confuso em determinadas matérias, e uma medida já concretizada há dois dias, a alteração verificada no SIDER que, essa, conhecemos e demos os nossos contributos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Curiosamente, o Governo não quis os nossos contributos, embora dissesse que os compreendia a todos, mas não os quis.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Autismo.

O Orador: Portanto, aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer relativamente ao PSD, teve a resposta há dois dias e temos, portanto, muitas dúvidas. Temos algumas dúvidas relativamente àquilo que apresentaram no Comunicado do Conselho do Governo e queremos esclarecê-las, queremos conhecer essas medidas.

Não é seguramente numa sessão de perguntas ao Governo que isso é feito, seria em reuniões de trabalho, para aprofundar cada uma das medidas, porque são questões, essencialmente, técnicas, reuniões de trabalho muito aprofundadas e demoradas.

Eu cheguei a pensar, há dois dias, no final da tarde, quando recebi um *sms* a dizer “reunião do Grupo Parlamentar com o Governo às 22 horas no Hotel Faial”, eu pensei assim: “Eh, pá, espera aí, calma aí, que afinal de contas eles querem-nos

integrar e estão de boa-fé nisto, porque querem, efectivamente, que nós discutamos e que tenhamos uma reunião de trabalho produtiva para o fazer.”

Deputada Catarina Furtado (PS): Estou a ficar cada vez mais preocupada.

O Orador: Depois, aqui o Grupo Parlamentar do PS, fiquei um pouco equivocado...

Deputada Catarina Furtado (PS): Estou a ficar cada vez mais preocupada.

O Orador: Não se enerve, Sra. Deputada, não se enerve.

Afinal de contas tinha sido um lapso.

Deputada Catarina Furtado (PS): Foi baixinho, à falta de melhor!

O Orador: Cheguei a pensar isso mas, afinal, não era, efectivamente, nada disso que estava em jogo.

Eu pensava, inicialmente, que se estava a preparar uma peça de teatro, nessa altura pensei que poderia afinal de contas não ser assim, afinal disseram que aquilo foi um lapso dos serviços da Assembleia, que fizeram essa convocatória.

Era, efectivamente, uma peça de teatro, no caso era uma farsa, e é uma tentativa de estender uma passadeira vermelha ao Governo. Têm todo o direito de o fazer.

Não se trata, portanto, e agora ficou claro, muito mais, com a intervenção do Sr. Presidente do Governo, não se trata, efectivamente, de uma sessão de perguntas genuína.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não é uma sessão de perguntas genuína, ponhamos as questões dessa maneira.

Deputada Catarina Furtado (PS): Pois, para o senhor não é de certeza!

O Orador: Nós entendemos que, neste período de crise, em que deve haver uma união de esforços de toda a gente, porque o que está aqui em jogo é a vida dos açorianos, é a vida das famílias, é a vida das empresas açorianas, tudo isto não se compadece com politiquice mais ou menos barata.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, sejamos claros. Isto não é uma sessão de perguntas genuína.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um teatro!

O Orador: Não é uma sessão de trabalho, não é uma sessão destinada, como disse o Sr. Presidente do Governo, a receber os contributos por parte da oposição

relativamente às medidas, não é isso que os senhores querem. Querem dar palco. Com certeza.

Como nós entendemos que o que temos de fazer é dar o nosso contributo para a melhoria das condições, perante a crise, das famílias e das empresas e porque assim o entendemos, nós vamos fazer uma pergunta. Não vamos fazer uma pergunta genérica. Como temos inúmeras, mas inúmeras dúvidas, até porque o Comunicado é confuso e, por vezes, contraditório, eu vou dar um exemplo de uma pergunta, sobre a medida dois – nós só temos o Comunicado do Conselho do Governo e não o tivemos na reunião há dois dias – ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): No ensaio, no ensaio geral!

O Orador: ...que é a aprovação de uma linha de crédito para apoio à redução dos encargos financeiros bancários de empresas, que permitirá a reestruturação do seu endividamento até ao montante global de 100 milhões de euros. Certíssimo.

Pretende compensar as empresas pelo impacto negativo, nos seus custos, do aumento das taxas de juro entre Janeiro de 2006 e Outubro de 2008. Ora lá, logo aqui uma questão: afinal, já havia crise antes de Outubro de 2008.

Permite a reestruturação das condições contratuais decorrente da dívida bancária.

Através desta linha o Governo dos Açores assegura a bonificação de 50% da taxa de juro suportada pelas empresas através do *spread* até ao limite de 30% dos encargos financeiros suportados no período temporal onde se registou o aumento das taxas de juro de referência.

Claramente, o Governo vai suportar o quê? Uma dúvida: vai suportar o quê?

Vai suportar o *spread* relativamente ao novo crédito que vai ser contraído pela empresa a partir daí, para reestruturar a dívida existente? Qual o prazo?

Qual a compatibilidade de tudo isso, se é um novo crédito, para dizer que suporta até ao limite de 30% dos encargos financeiros suportados, no período temporal onde se registou o aumento das taxas de juro de referência.

O que é isto? Quer dizer: quando? De que tipo?

É uma dúvida, meramente técnica, porque isto que aqui está é perfeitamente incompreensível, contraditório e ninguém percebe nada do que aqui está.

Os senhores provavelmente saberão, porque terão sido esclarecidos há dois dias na reunião que tiveram com o Governo.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado Helder Silva (PS): O esclarecimento é desnecessário!

Presidente: Ao Governo, cinco minutos para resposta.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É pena que o Sr. Deputado António Marinho em cinco minutos tenha gasto menos de 30 segundos a fazer uma pergunta.

Deputado António Marinho (PSD): Mas o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Helder Silva não responderam!

O Orador: Gastou 4 minutos e meio a continuar o seu deserto de ideias e vazio de soluções sobre a crise, o que tem sido o apanágio e a referência do PSD neste processo.

Mas, aos 30 segundos que levou a falar, efectivamente, a questionar e a ter dúvidas sobre uma das medidas, vou também responder-lhe num curto espaço de tempo, porque considero e penso que a grande maioria dos Deputados consideram claríssimo e compreensível aquilo que está escrito no Comunicado do Conselho do Governo, mas para quem tem maiores dificuldades de compreensão vamos fazer um trabalho adicional de explicação.

E, nesse contexto, essa medida que visa a reestruturação do endividamento bancário das empresas tem dois objectivos claros.

O primeiro, compensar as empresas pelos custos financeiros acrescidos, decorrentes do período em que as taxas de juro subiram. E qual foi o período em que as taxas de juro subiram nos mercados internacionais? Bem, para efeitos de referência, entre 1 de Janeiro de 2006 e 31 de Outubro de 2008.

Durante este período, se as empresas mantiveram a sua estrutura de endividamento estável, o encargo decorrente desse aumento das taxas de juro teve como implicação

um aumento de 30% dos seus encargos financeiros. Ora, é precisamente este o montante em que o Governo quer apoiar as empresas.

Como é que faz esse apoio? Como é que disponibiliza esses recursos às empresas? Precisamente bonificando, daqui para o futuro, 50% do *spread* suportado, até ao limite de 3 pontos percentuais no *spread*, para evitar pressão de aumento do *spread* por parte dos bancos.

Conseguimos, com esta medida, dois grandes objectivos: compensar integralmente as empresas dos custos acrescidos que tiveram pelo aumento das taxas de juro e permitir e incentivar a reestruturação do seu endividamento, baixando os seus encargos financeiros e prolongando o prazo, permitindo a reestruturação até um limite de dez anos, do seu endividamento bancário, para reduzir as suas exigências perante a banca e dar um reforço de liquidez às empresas, ao mesmo tempo que reduzimos as taxas e os custos.

Isto para nós é simples, para o PSD não é, estamos aqui para explicar, por isso, mais uma razão para que esta sessão de perguntas tenha utilidade e seja bem-vinda, porque permitiu explicar-vos uma coisa que para nós era óbvia.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho não tem direito a réplica.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor, tem três minutos para formular a sua pergunta.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Vice-Presidente do Governo aqui há uns meses, há um mês e tal, que a crise até pode trazer novas oportunidades ou pode ser benéfica, não sei exactamente a expressão, para os açorianos e para os Açores, mas pelo menos uma coisa a crise já trouxe: foi, pela primeira vez, na história deste Grupo Parlamentar, desde 96, o poder-se fazer perguntas ao Governo.

A crise já teve o efeito de despertar a crise de letargia em que vivia o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que se sentiu na necessidade de fazer perguntas ao Governo e o Governo sentiu necessidade de explicar a crise aos açorianos porque ela, de facto, existe.

Sobre essas medidas de apoio à liquidez, concretamente a bonificação de juros, para aquisição de empréstimo para fundo de maneiio, para empréstimos com vista à consolidação de dívida, eu queria perguntar muito especificamente o seguinte:

O Governo Regional entende que estas medidas são úteis para as empresas que já estão sobre-endividadadas?

Não estará, com isto, a prolongar o problema e a crise, e a atirar para a frente aquilo que pode resolver agora?

É uma pergunta simples.

Se as empresas sobre-endividadadas, que já estão, e como algumas faliram e o Governo Regional pôs a mão, se não vai acontecer que, daqui a um ano ou dois, o Governo Regional esteja outra vez a usar a regionalização de empresas para resolver o assunto. Tão simplesmente isso, no meu tempo regimental.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Governo, para responder. Sr. Vice-Presidente, faça o favor.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa estratégia em relação ao apoio às empresas é clara.

Nós temos uma preocupação efectiva, que é generalizada no mundo inteiro que, tendo em conta a falta de liquidez das instituições financeiras, a nível internacional, as empresas têm objectivamente, a nível mundial, menos acesso ao crédito, crédito esse e financiamento esse que é motor e alavanca de desenvolvimento económico.

O que nós pretendemos com estas medidas, assumindo por um lado, avalizando uma componente desses financiamentos para facilitar o acesso ao crédito é repor a situação aos níveis mínimos que existiam antes dos bancos, a nível mundial, entrarem em dificuldades. É apenas isto que nós pretendemos fazer.

Ou seja, repor a estabilidade de funcionamento do sistema bancário, para que as empresas possam continuar a ter, nas instituições de crédito, uma alavanca ao seu desenvolvimento.

Evidentemente que as empresas que, no passado, tinham situações de não viabilidade não vão, com estas medidas, ter viabilidade.

Mas as empresas que, no passado, tinham viabilidade, com estas medidas vão continuar a ter viabilidade, vão manter os seus postos de trabalho e vamos, com elas, continuar a assegurar os níveis de emprego compatíveis com a situação que havia antes dos bancos, a nível mundial, entrarem em colapso.

É esse o nosso objectivo, é essa a nossa estratégia, e serão esses os resultados que vamos conseguir.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas notas prévias antes de contextualizar a pergunta que gostaria de dirigir ao Governo Regional.

Na intervenção inicial, o Sr. Presidente do Governo Regional referiu que nem os mais reputados especialistas e economistas previam a crise. Não me parece que assim seja, uma vez que os sinais da crise internacional eram por demais evidentes.

Uma outra nota.

Quero dizer o seguinte: eu tive a oportunidade, logo após a reunião com as câmaras do comércio dos Açores, de expressar publicamente que as medidas anunciadas pelo Governo Regional, no nosso entender eram, globalmente, positivas. Portanto, estou perfeitamente à-vontade para, agora, formular aqui algumas dúvidas.

Relativamente a uma das questões que o Sr. Vice-Presidente colocou, nomeadamente na bonificação ou no apoio às empresas, relativamente ao seu relacionamento com a banca, parece-me a mim que o caminho que é seguido apenas serve – aliás como toda a política económica anterior, nomeadamente ao nível da habitação – uma estratégia, que é a estratégia da finança e da banca.

Claro, Sr. Presidente, então o Sr. Presidente vai bonificar, vai dar dinheiro às empresas para elas suportarem a pressão da elevação do *spread* sobre as empresas. Isso vai quê? Vai perpetuar, exactamente, que os bancos continuem a aumentar o *spread* até aos limites em que o Governo Regional se dispõe a apoiar.

Presidente do Governo (Carlos César): Isso é sempre a mesma cassete.

O Orador: Sr. Presidente, pelo amor de Deus, cassette? O sistema analógico ainda é vosso. Nós, digamos, já ultrapassámos isso e, em termos tecnológicos, vamos um pedacinho mais avançados.

De qualquer forma, e passando estas notas prévias – nós já vamos no bolo-rei e vocês ainda estão na cassette – bem, há múltiplos factores que efectivamente contribuem para a debilidade do tecido empresarial da Região. São os do contexto, mas não são só os do contexto, são os das políticas que têm sido seguidas.

Pensamos que as políticas públicas para a economia devem promover efectivamente uma dinâmica de coexistência saudável entre diferentes sectores: o público, o privado, o cooperativo, e privilegiar o apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo. Na nossa opinião, deve ainda ser privilegiado o apoio às empresas familiares e potenciada a criação de empresas que valorizem os produtos artesanais e agrícolas regionais.

A competitividade da economia regional e a sua sustentabilidade devem afirmar-se pela qualidade e diferenciação dos produtos mais do que pela dimensão da produção. Há, no entanto, sectores de actividade que se afiguram, em nossa opinião, estratégicos e centrais para todo o tecido económico da Região e, aqui, o papel de investimento do Governo Regional deve ser fundamental para manter o seu dinamismo.

Nesse quadro, defendemos que deveria ser elaborada uma tipologia de intervenção na Região ao nível do capital social de um conjunto seleccionado de empresas, não de forma provisória nem apenas conjuntural, mas assumindo com coragem um papel interventor nos sectores estratégicos da economia regional, de forma a garantir sustentabilidade, articulação e estabilidade aos sectores produtivos regionais.

Assim, questiono: está o Governo Regional disponível para, de uma forma ponderada mas enérgica, intervir em empresas e sectores estratégicos da economia regional e, desta maneira, contribuir para a estabilidade da economia regional face à actual conjuntura? Se sim, quais?

Muito obrigado.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Já o fizemos!

Presidente: O Governo quer responder? O Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelas previsões, Sr. Deputado, que eu saiba, há seis meses em relação à situação actual só na Coreia do Norte e apenas devido à doença do querido líder, é que as previsões acertaram.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é cassette!

O Orador: De resto, não há mais nenhum outro país no mundo que tenha tido previsões, em relação à situação actual, há seis meses.

Mas, falando objectivamente do essencial das suas questões, em relação à matéria do *spread*, o Sr. Deputado com certeza não conhece as propostas, porque um dos aspectos fundamentais destas propostas é, precisamente, limitar e reduzir o *spread* que os bancos praticam às empresas em relação à actual conjuntura.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi isso que o Sr. Vice-Presidente disse!

O Orador: Ah, pois.

Ou seja, na medida de fundo de maneio, é estabelecido o limite máximo de *spread* que os bancos podem aplicar às empresas. Na linha de reestruturação de financiamento é definido que o *spread* suportado tem de ser pelo menos igual ou inferior àquele que era antes da crise financeira internacional. Portanto, também é um contributo, um indicador e uma baliza para o *spread*.

Para quem não percebe muito destas matérias...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Percebemos!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Todos percebemos!

O Orador: ...a taxa de juro é dividida em duas componentes, o indexante está a descer e o *spread* está a subir, pelas dificuldades de liquidez dos mercados internacionais; e, como a conjuntura inter-bancária está a fazer descer o indexante, nós queremos acompanhar a descida do indexante com a não-subida do *spread* para que, efectivamente, da conjugação, a taxa de juro seja menor e, com a bonificação que o Governo atribui, os encargos ainda sejam mais reduzidos.

Em relação à matéria das empresas, nós estamos a acompanhar, com todo o cuidado, com toda a profundidade, a situação de todas as empresas da Região e estamos a

trabalhar de uma forma muito objectiva para garantir e assegurar a manutenção dos postos de trabalho e a dinâmica económica da Região.

Presidente: As pessoas vão-se inscrevendo naturalmente e, portanto, não sei se estamos a respeitar muito o princípio da proporcionalidade, mas estamos a representar a vontade dos diversos grupos e a sua iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão,

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito das medidas de estímulo à liquidez das empresas, gostaria de questionar o Governo.

Contextualizando: A crise não chegou mais tarde, os senhores é que responderam mais tarde. A crise não acabará mais cedo, acabará mais tarde, porque os senhores não responderam mais cedo.

Mesmo assim, pretendo saber o seguinte:

Pretende o Governo diminuir a carga tributária das famílias da classe média? Se a vossa resposta for sim, gostaria de saber: quais os valores previstos?

Faço a pergunta porque considero que o que pode aumentar a liquidez das empresas é o aumento da capacidade de consumo das famílias. Além disso, tenho grandes dúvidas que se chegue ao objecto 3 destas perguntas e, nesse sentido, gostaria que me desse uma resposta muito objectiva à questão que acabei de lhe colocar.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Vice-Presidente, para responder, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não chegámos hoje à matéria da redução fiscal para as famílias e empresas açorianas, já lá estamos, desde que o PS assumiu responsabilidades governativas, temos uma vasta história, um vasto conjunto de redução fiscal nos Açores, não nos lembrámos disto agora. Essencialmente, não utilizámos momentos em que voltámos a ter maioria – como no passado – para reduzir os benefícios que tinham sido introduzidos numa Assembleia.

Portanto, a nossa história, a história e o património do Partido Socialista é o património da redução fiscal nos Açores, que permitiu, precisamente que, só em 2008, as famílias açorianas tivessem igualdade de circunstâncias com as mesmas famílias do mesmo nível de rendimento no continente, que pagaram menos, tendo apoios complementares num valor de 257 milhões de euros o que dá, por família, 3.500 euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E para o futuro?

O Orador: É este o caminho que queremos prosseguir. Neste momento, até determinados níveis de rendimento, todas as famílias açorianas têm uma redução de 30%, noutra nível de rendimento, 25% e, nos restantes, 20%. É o caminho que queremos prosseguir.

Mas a nossa prioridade, neste momento de conjuntura internacional é acontecer, nos Açores aquilo que não está a acontecer no resto do país e do mundo. Todos os dias abrimos os noticiários e vemos milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares de postos de trabalho perdidos. É esta a nossa prioridade, é para isso que devemos canalizar os nossos esforços, é para isso que devemos canalizar os nossos recursos em primeiro lugar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda não respondeu à pergunta.

O Orador: Porque, quando vencermos esta batalha, a batalha do emprego e da manutenção dos postos de trabalho, com certeza teremos capacidade reforçada para vencer novas batalhas, como fizemos no passado e como vamos fazer no futuro.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo.)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E não respondeu.

Deputado António Marinho (PSD): Isto não é para responder!

Presidente: Para interrogar o Governo, o Sr. Deputado José Cascalho tem três minutos. Faça o favor.

(* Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É uma pergunta simples ao Governo, neste contexto de crise e, como o Governo nos tem afirmado repetidamente que procura manter o emprego e já que falou na ajuda às famílias, não falou concretamente nos jovens, mas eu pergunto-lhe: que medidas concretas tem o Governo no combate ao trabalho precário?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Governo Regional tem vindo a desenvolver medidas para combater o trabalho precário. Naquilo que diz respeito a uma dessas medidas, que é o alargamento do Programa PROSA, exactamente para as mulheres com mais de 40 anos e para os homens com mais de 45 anos, enquadra-se esta medida exactamente a esse tipo de trabalhadores que existem na Região já que, neste momento, os projectos que temos não chegam, não temos resposta, não temos trabalhadores disponíveis para, exactamente, ocupar esses 38 projectos.

Nós, neste momento, estamos a trabalhar exactamente para que possamos alargar este projecto.

Relativamente às questões do trabalho sazonal, o que nós pretendemos é continuar a trabalhar no sentido de combater, exactamente, a sazonalidade. É isso que temos vindo a fazer ao longo destes anos e também é isso que continuaremos a fazer, com as medidas que foram aprovadas no último Conselho de Governo.

Exactamente, porquê? Porque este Programa, que foi aprovado, de valorização profissional, vem combater exactamente o trabalho sazonal, ou seja, todas as empresas que, até ao momento, e essas empresas circunscrevem-se mais ao sector do turismo, nós agora, com este plano que vamos implementar, as empresas têm a oportunidade, com um plano especial de formação, de ter algum alívio no pagamento dos seus salários.

Como é que isso se faz?

Apoiando a formação profissional desses trabalhadores, e são muitos, nós temos neste momento 113.121 trabalhadores, dos quais 54% têm um trabalho há menos de 10 anos. Daí o nosso grande desafio para que possamos dar a qualificação que, aliás, é uma medida que também se integra no PRÓ-EMPREGO.

Nós estamos muito apostados em avançar e, portanto, nós vamos assegurar o salário desses trabalhadores através do Fundo Regional de Emprego, exactamente os 30% que seriam as empresas a pagar.

Este programa é, no contexto nacional, muito inovador porque, a nível nacional, são as empresas que assumem esses 30% na globalidade e os restantes 70% é a Segurança Social.

Na Região Autónoma dos Açores, nos Açores, o Governo decidiu que essa percentagem seria assumida pelo Fundo Regional de Emprego, com a dupla finalidade de formar esses trabalhadores, de lhes dar mais qualificação e, por outro lado, também aliviar de certa forma as empresas e ajudar as empresas a prestar um melhor serviço ao cidadão. Porquê? Porque estamos a qualificar pessoas, estamos a permitir que essas pessoas possam prestar um melhor serviço a essas empresas.

É esta medida que, no contexto nacional, é extremamente inovadora e, para o efeito, abriremos dentro de pouco tempo uma candidatura extraordinária ao PRÓ-EMPREGO.

Muito obrigada.

Presidente: Não tenho, neste momento, mais inscrições.

Sr. Deputado José do Rego, tem a palavra.

(* Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, pelas suas características económicas e sociais, foi poupada ao efeito da crise internacional e nacional, durante um certo período de tempo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): 15 dias?

O Orador: Relativamente a essas características económicas, ao ser poupadas em termos temporais, nós podemos dizer que as empresas regionais estiveram expostas à crise externa de uma forma mais saudável no sentido em que, na Região, houve um

conjunto de medidas, como o controlo do preço dos combustíveis e combustíveis mais baixos para determinados sectores de actividade que, ao fim e ao cabo, fizeram com que as empresas suportassem a crise quando outros tinham já a crise à porta.

Os impostos mais baixos na Região também contribuíram para que a crise chegasse mais tarde à Região.

As variações que houve no consumo e a confiança dos consumidores que, na Região, não foi tão afectada, também foi importante para que a crise não chegasse à Região.

A manutenção do emprego e o investimento público que nós vimos ao longo dos últimos anos, bem como o sistema de incentivos, levaram a que a Região fosse poupada durante um largo período de tempo, quando muitos queriam que a crise chegasse à Região, quando muitos, desde que saíram do Governo e deixaram essa Região em crise, sempre acharam que a Região estava em crise.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade, está ensaiado!

O Orador: Mas nós entendemos que este Governo, com as medidas que tomou no último Conselho do Governo, bem ainda com os factores que têm acontecido na economia, quer nacional, quer internacional, desde a redução das taxas de juro, desde a redução do preço das matérias-primas, e também pelo aumento que o rendimento das famílias vai ter no próximo ano, não temos dúvidas que a Região está protegida, de modo a que saia mais rapidamente da crise.

Todavia, também não temos dúvidas que, não tivesse a Região uma boa classificação no *rating* para o crédito que não teria, hoje, condições para poder implementar linhas de crédito para dispor às empresas.

Todavia, gostaria de questionar o Governo: essas linhas de crédito...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Afinal vai fazer a pergunta.

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, inscreva-se no seu tempo, se o seu partido lhe deu tempo. Se não deu tempo, a culpa não é minha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a pergunta?

O Orador: Relativamente às linhas de crédito, os açorianos querem saber como é que elas vão ser desenvolvidas e quando, querem saber como e se essas linhas de crédito são ou não são mais favoráveis do que as linhas de crédito nacionais, porque o

Governo nacional lançou algumas linhas de crédito para as empresas. Em nosso entender elas são mais favoráveis, mas gostaríamos de ouvir da boca do Governo.

Ao mesmo tempo, as empresas querem saber até que ponto o Governo continuará a dominar essas linhas de crédito ou se essas linhas de crédito, depois, estarão na mão da banca. Portanto, qual será a interferência do Governo para além da sua aprovação? Para além dessas linhas de crédito, haverá outros financiamentos que as empresas poderão aproveitar, nas medidas agora aprovadas?

Presidente: Muito bem. Sr. Vice-Presidente do Governo, para responder, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José do Rego, em primeiro lugar, gostaria de agradecendo a sua pergunta, dar ênfase a uma matéria que colocou e que é fundamental para que o Governo possa ter respondido atempadamente, com eficiência e com capacidade a esta situação. Que é o *rating* que a Região tem.

Os Açores devem ser, neste momento, ao nível europeu e ao nível das economias em desenvolvimento, uma das poucas regiões onde o *rating* se manteve estável.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Face à situação e à conjuntura financeira mundial, todos os países e todas as regiões têm vindo a ter uma redução na sua classificação de *rating*. Ao contrário do que seria de supor pela conversa de alguns partidos da oposição, afinal a estabilidade financeira da Região é comprovada a nível internacional e certificada a nível mundial, mesmo num cenário de crise financeira internacional. Esse é o nosso principal património para podermos fazer face, de forma reforçada e com medidas superiores, mais intensas e de melhor qualidade do que no continente, ao apoio às empresas açorianas.

É neste contexto que surge a linha de crédito Açores Invest, que irá permitir reforçar o fundo de maneiio das empresas açorianas com mais 40 milhões de euros, em condições claramente mais benéficas do que o acesso que têm as empresas no continente. Mais benéficas porque a nossa bonificação, em termos de taxas de juro, é superior, logo, as empresas irão suportar menos encargos – e posso, por exemplo,

dizer que o Governo Regional, para as micro e pequenas empresas, irá assumir a totalidade do *spread* e ainda 25% do indexante e, para as restantes empresas, as médias, entre 50 a 70% do *spread* – isto é, irá permitir, num período que irá de 3 a 7 anos, as empresas açorianas terem um fundo de maneo, um reforço da sua liquidez, sem que daí resulte qualquer encargo adicional significativo.

Mas mais importante que a redução da estrutura de custo das empresas é a facilitação do acesso ao financiamento.

O Governo Regional, através da participação numa sociedade de garantia mútua, assegura e avaliza 75% do valor do empréstimo do financiamento para fundo de maneo ou reforço de capital permanente a todas as pequenas e micro-empresas e 50% do valor do financiamento para as médias empresas.

É um contributo fundamental para reforçar a liquidez, para incentivar o financiamento e a criação de condições financeiras para que as empresas açorianas tenham uma situação mais sólida e com maior capacidade de enfrentar os desafios futuros.

Mas, para além desta conjugação de factores, esta linha tem características muito importantes do ponto de vista da rapidez de análise dos processos. Podemos dizer para, por exemplo, as micro e pequenas empresas a atribuição da garantia ou o aval da sociedade de garantia mútua é automático, sem qualquer decisão se a empresa tiver uma posição líquida positiva e resultados positivos em dois dos últimos três anos, e se não tiver qualquer incidente em termos de mora com as instituições financeiras.

O processo – e isto é fundamental – é um processo rápido, simplificado, em que as empresas e os empresários solicitam directamente à banca, ao seu banco, o acesso a essa linha de crédito. O processo é analisado num curto espaço de tempo pelo banco, remetido à sociedade de garantia mútua que tem o prazo máximo de 5 dias para aprovar esse mesmo aval, depois remetido para o Governo, que tem apenas de decidir três coisas: verificar a legalidade do procedimento do banco e da sociedade de garantia, verificar se existe *plafond* dentro da linha de crédito e fazer o enquadramento dessa atribuição deste apoio das relações decorrentes com a aplicação dos regimes comunitários.

Apenas estas três coisas que terão de ser feitas no prazo máximo de 5 dias. É um processo extremamente rápido, eficaz, simplificado, onde não há qualquer intervenção de carácter subjectivo por parte do Governo Regional e que permitirá a que as empresas, o sistema bancário, a sociedade de garantia mútua da qual o Governo irá participar e a administração regional, possam colocar, muito rapidamente após a operacionalização, estes 40 milhões de euros na economia açoriana, que serão adicionados com o refinanciamento de 100 milhões de euros das empresas em relação à outra linha de crédito.

Por isso, a todas as empresas e empresários açorianos, o Governo Regional gostaria de deixar ficar esta mensagem clara: nós temos este financiamento porque temos um excelente *rating*, porque temos estabilidade e, essencialmente, porque conseguimos negociar também com a banca melhores condições do que aquelas que as empresas terão no continente, sendo por isso mesmo um reforço da capacidade de competitividade da economia açoriana e tendo, neste processo de aprovação, a garantia que o mesmo será rápido, simples e, conseqüentemente, objectivo, em termos de análise, de aprovação e de disponibilização dos recursos.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado interrogante, para esclarecimentos, tem a palavra.

(*) Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostei das respostas que o Sr. Vice-Presidente nos deu, mas gostaria de reforçar, ainda, a questão que lancei, relativamente a que outras operações de apoio ao financiamento das empresas poderá haver, a nível das medidas que foram agora aprovadas no Conselho de Governo de 16 de Janeiro.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, para responder, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta medida integra-se num plano vasto de medidas, que tem como objectivo a manutenção do emprego e o reforço da capacidade financeira das empresas açorianas. Como referi, para além da linha de crédito para reforçar o fundo de maneio das empresas, será disponibilizada também uma linha de crédito no sentido de

reestruturar o endividamento bancário, reduzindo os custos financeiros das empresas. Como foi ontem analisado e aprovado nesta casa e apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Economia, foi permitida através da reforma do SIDER uma antecipação dos pagamentos dos incentivos, gerando um factor adicional de liquidez e de apoio às empresas, o que será conjugado, também, com duas linhas específicas na área da agricultura.

Em conjugação com as medidas de apoio ao emprego, nós temos aqui uma estrutura e um conjunto de dez medidas que irão permitir às empresas e aos empresários açorianos, em contra-ciclo com aquilo que acontece a nível internacional, ter um reforço da sua liquidez, das suas condições para cumprir os pagamentos.

Essencialmente, também, contribui muito para esse factor adicional o facto de a Região pagar a tempo e horas aos seus fornecedores e ter a capacidade, também, de reforçar o investimento público e, assim, gerar a liquidez e os recursos necessários, dos quais nos orgulhamos, para as empresas açorianas verem minimizado o efeito da conjuntura internacional.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Aqui já foi, de certa forma, identificado o problema da crise que grassa a nível internacional e com repercussões aqui na Região Autónoma dos Açores.

As medidas entretanto tomadas pelo Governo Regional inserem-se, exactamente, no enquadramento daquelas que foram tomadas a nível nacional e, a nível europeu, por muitos dos governos da própria União Europeia. Portanto, aqui, nomeadamente na questão das linhas de crédito, não há uma novidade ou não há, digamos assim, uma iniciativa inédita do Governo Regional. Mas também pensamos que não poderia ser de outra forma, porque se a crise é financeira e a nível internacional, o combate à crise deve ser feito com medidas muito simples, concretas, directas e de apoio àqueles que estão com dificuldades.

Mas é preciso ver que, de facto, a nível empresarial, as dificuldades das empresas não têm só a ver com a crise financeira, as dificuldades das empresas açorianas também têm a ver com uma crise instituída a nível estrutural, da própria economia.

Portanto, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo afirmou que se ia prestar atenção a todas as empresas e ia-se identificar as empresas que tinham viabilidade antes da crise financeira e aquelas que deixaram de ter viabilidade depois da crise financeira, há aqui uma questão que temos de tomar em atenção, que temos de abranger mais o campo.

Quando afirmou que ia trabalhar empresa a empresa, registámos isso com algum agrado, mas depois também iremos acompanhar esse processo, porque é do interesse da Região, dos nossos empresários e das famílias açorianas.

Em relação às linhas de crédito que o Governo de facto propôs, é claro que isto irá aliviar e irá permitir reestruturar as empresas a nível dos seus créditos, a nível do balanceamento das suas responsabilidades e da sua estrutura financeira, só que isto continua depois a ter um encargo para as empresas. As empresas não deixam de pagar o juro à banca pelo facto de recorrerem às linhas de crédito e aos fundos de maneió para continuarem com a sua actividade.

Por isso, nós pensamos, CDS, que o Governo também poderia ir além. Porque nós, quando vivemos numa altura de dificuldades, temos todos de fazer um sacrifício. E este sacrifício passa, exactamente, também por beneficiar directamente e aliviar directamente as empresas naquilo que são os seus encargos a nível fiscal.

Assim sendo, a minha questão será muito simples e dentro dessa área:

O Governo, em primeiro lugar, na área dos benefícios fiscais em sede de IRC, tem alguma coisa prevista neste sentido?

Propõe ou não descer o imposto sobre os produtos petrolíferos, o ISP?

Sabemos nós que, na questão do ISP, o ISP faz parte da componente do preço e que, depois, sobre a componente do preço é aplicado o IVA ao produto final, ao combustível.

Portanto, há uma duplicação a nível fiscal que não é de agora, é aplicado cá e é aplicado a nível nacional, mas nós temos alguma margem e penso que o Governo, a nível do ISP, poderia fazer alguma coisa, era um sinal de que estaria a ajudar as empresas e de forma directa, ajudar as famílias, com um alívio no seu rendimento ao final do mês.

Muito obrigado.

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é importante que a ideia que fique é que estas linhas não são iguais às linhas que se aplicam no continente. As empresas do continente não têm acesso a uma linha de crédito para reestruturação da sua dívida bancária. Isso não existe a nível nacional e, portanto, é uma linha específica para a Região.

Em segundo lugar, a bonificação ou apoio aos encargos financeiros das empresas, ou seja, ao juro decorrente da linha de criação do fundo de maneio, é muito superior nos Açores em relação ao continente.

Em terceiro lugar, e mais importante, porquê esta intervenção ao nível do financiamento?

Os bancos, a nível internacional, estão sem recursos financeiros. Logo, o principal problema das empresas, devido à crise financeira internacional, é os bancos não lhes emprestarem dinheiro, porque têm dificuldade em ter recursos. Como é que pode um Governo intervir nesta matéria? É facilitando o acesso. Como é que facilita o acesso? É assegurando uma parte significativa do risco do empréstimo. Como é que se assegura o risco do empréstimo? É avalizando e garantindo, entre 75% para as micro e pequenas empresas, que têm menos capacidade de negociação com a banca, e 50% para as médias empresas, que têm mais capacidade de negociação com a banca. É esta a intervenção correcta, na leitura da situação conjuntural internacional.

Sobre a matéria fiscal de apoio às empresas, em sede de IRC, que fique muito claro, Sr. Deputado: na Região Autónoma dos Açores nós usámos as nossas competências até ao limite na redução dos encargos fiscais que as empresas açorianas têm. Isto é, tudo aquilo que é permitido em termos de legislação de enquadramento é benefício, neste momento, das empresas dos Açores. Isto é uma realidade que não havia nesta matéria, do ponto de vista de margem legislativa e da competência da Região para ir além daquilo que já foi, o que é muito, que é uma redução efectiva de 30% em relação à taxa de tributação nacional.

Última questão para esclarecer essa matéria: também, no âmbito do ISP, o Governo tem feito um esforço enorme para reduzir a carga fiscal. Só em 2008, entre aquilo que era a receita prevista de ISP e a receita efectiva, o Governo procedeu a uma redução do ISP num valor superior a 20 milhões de euros, ou seja, em 2008 houve uma redução efectiva de ISP num montante de 20 milhões de euros, para que os combustíveis tenham um valor significativamente inferior nos Açores ao que têm no continente.

Neste momento, neste preciso momento, os combustíveis são claramente mais baixos na Região do que são no continente: menos 8,5% nas gasolinas; menos 10% no gasóleo rodoviário; menos 31% no gasóleo de pescas e no gasóleo para os agricultores.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: E menos 40% no gás butano, que é aquele elemento dos combustíveis mais importante para as famílias açorianas, para as pessoas da classe média, para as pessoas com menos rendimentos, que têm essa necessidade fundamental e aí, o gás, nos Açores é menos 40% do que no continente.

É esta, efectivamente, uma demonstração clara da nossa preocupação em termos de usar os instrumentos de política fiscal para melhorar o rendimento das famílias e das empresas açorianas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aproximam-se as 13 horas e ainda não fizemos, pelo menos da parte da Mesa, nenhum intervalo. Eu proporia um intervalo de 15 minutos e entretanto reunia a Conferência de Líderes, por causa da nossa Agenda.

Muito obrigado.

(Eram 12 horas e 35 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

Portanto, ficou deliberado em Conferência de Líderes que prosseguiremos com a nossa agenda de trabalhos normal às 15 horas.

Entretanto, o Sr. Deputado António Marinho deseja fazer a sua pergunta ainda antes do intervalo para o almoço?

Atendendo a que falta menos de três minutos e o Sr. Deputado tem direito a interrogar durante três minutos, retomaremos então às 15 horas, com o ponto em que nos encontramos.

Até já, muito obrigado.

(Eram 12 horas e 56 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 05 minutos)

Estávamos nas perguntas orais ao Governo e, se bem me lembro, tinha a palavra para interrogar o Governo o Sr. Deputado António Marinho. Faça o favor.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois deste intervalo que fizemos e fazendo um pouco o ponto de situação relativamente àquilo que temos feito até este momento, penso que fica claro – no nosso entender pelo menos fica perfeitamente claro – que aquilo que conhecíamos através do Comunicado do Conselho do Governo era perfeitamente insuficiente e até, inclusivamente, as questões confusas que vêm no próprio Comunicado, intencionalmente ou não por parte de quem o escreveu, suscitam efectivamente a necessidade de esclarecimento.

Por isso, entendemos que isto implicaria outro tipo de abordagem, como fizemos referência há pouco. Uma abordagem mais séria do que aquela que pode ser feita, ou que está a ser feita neste momento, com o aproveitamento óbvio por parte do Governo e do Partido Socialista para tecer loas à actividade do Governo, para o auto-

elogio, e para falar, inclusivamente, no que está feito, em vez de falarem naquilo que têm de fazer.

Cabe aqui recordar um pouco aquilo que se passou em 1985, consultando o Diário das Sessões de 13 de Março de 1985, em que, perante de uma iniciativa de teor idêntico por parte do então Governo do PSD, dizia na altura o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que considerava que essa sessão seria “uma tentativa nova da maioria parlamentar para trazer o seu Governo da comodidade e do secretismo dos gabinetes”, estou a citar, “para o palco e a incomodidade do Parlamento”, e que seria “mais uma oportunidade oferecida pela maioria ao seu Governo para o exhibir em tema difícil na feira pública das perguntas genéricas e das respostas óbvias”.

Presidente: Sr. Deputado, exactamente porque há mais perguntas genéricas, eu lembro-lhe apenas que estamos no Objecto “Medidas de Estímulo à Liquidez das Empresas”.

O Orador: Como?

Presidente: O Objecto das perguntas é “Medidas de Estímulo à Liquidez das Empresas”.

O Orador: Claro, mas também já o era na intervenção do Sr. Presidente do Governo, na intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS e de todos nós.

Dizia só: “este Governo mostrou claramente que pretendeu transformar esta interpelação exactamente naquilo para que ela tendia desde o seu início: numa conversa em família, da família PSD no Parlamento com a família PSD no Governo”. Tire-se o D e leia-se PS na actualidade.

“Pois, se assim, é, interpelai-vos uns aos outros, familiarmente, fazei o vosso jogo. Quiseste-o só vós e só por vós. Ter-nos-eis como espectadores, mas não como cúmplices ou padrinhos.”

Portanto, não fizeram nenhuma questão, e não colocaram nenhuma questão.

Ao contrário daquilo que fez o Partido Socialista então, o PSD está aqui a colocar as suas questões, porque considera que esta matéria é uma matéria fundamental para esclarecimento e nós dizemos isso. Na altura os senhores disseram o contrário. Portanto, nós actuamos de forma completamente diferente do Partido Socialista.

Daí que eu deixe uma questão, já colocámos uma, estamos a colocar uma segunda, serão colocadas outras.

É uma pergunta simples para uma resposta simples, até para que não permita sequer qualquer tentativa de mistificar, qualquer tentativa de transferir a resposta para um discurso que vos será conveniente em termos propagandísticos.

Uma pergunta tão simples quanto isto, ainda em relação à medida relativamente à qual colocámos a questão, da criação de uma linha de crédito para apoio à redução dos encargos financeiros bancários das empresas, a questão é só esta, pergunta simples para uma resposta simples:

Uma vez que a evolução deste *spread* não parece propriamente ser algo que seja controlável por parte do Partido Socialista e como, provavelmente, o Governo terá feito as suas contas relativamente à implicação orçamental desta medida, queremos só conhecer, relativamente aos anos de 2009 e seguintes, qual será a implicação, em termos orçamentais, de uma medida deste género?
Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os encargos decorrentes da aplicação destas linhas de crédito serão devidamente expressos e quantificados aquando da discussão e consequente aprovação, nesta casa, do Orçamento e do Plano de Investimentos para 2009. Nessa altura terão oportunidade de ver a verificação desses valores.

Mas, em relação à linha de crédito que referiu, e apenas a essa, o montante total de dotação anual para as linhas de crédito – porque a linha de crédito de fundo de maneiio tem três componentes de encargos para a Região: encargos da bonificação de juros; o encargo directo de assumir a participação na sociedade de garantia mútua e, conseqüentemente, o encargo da avalização e garantia desses financiamentos; e o encargo do custo da própria garantia que é assumida pelo Governo e não pelas empresas – neste caso concreto a conta é simples: o encargo anual que o Governo Regional terá é a bonificação de 50% do *spread* até ao montante do total da

reestruturação do financiamento, que será de 100 milhões de euros. Portanto, é esse o encargo decorrente desta linha.

Presidente: Para mais uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com muita pena que esta bancada vê que a oposição, nomeadamente o Partido Social Democrata, não aproveita este momento para transmitir uma única ideia em relação a medidas que tenham, que não utiliza este momento para fazer perguntas que verdadeiramente interessem às famílias.

Voz da bancada do PS: *Muito bem!*

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabámos de fazer!

O Orador: Nós vivemos hoje uma crise internacional sem precedentes. Senão, vejamos: hoje, o Warren Buffet proclama que a economia americana enfrenta um grave dilema económico; a OCDE afirma ainda que não chegámos ao pior da crise; a Comissão Europeia prevê que o PIB da União Europeia regrida; o Banco Central – e isto, aqui para o Sr. Deputado Aníbal Pires – prevê que a melhor previsão que pode fazer é que as previsões saiam erradas.

Aliás, em relação a isso, posso dizer-lhe uma coisa. De facto, há um órgão vosso que acertou na crise económica e fá-lo, aliás, desde 1931, que é pelos vistos o jornal onde o senhor se baseia, que é o Jornal Avante.

Mas vamos àquilo que verdadeiramente interessa.

Há coisas aqui que têm de ser discutidas, porque esta discussão não é só para ficar em circuito fechado, Srs. Deputados, não é para ficar no âmbito, apenas, de uma Comissão. Isto é para esclarecer as pessoas, que estão em dificuldade e querem saber que medidas é que o Governo está a tomar para conseguir contingenciar a crise internacional.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Refiro-me às linhas de créditos bonificados e de apoio à redução de encargos financeiros bancários que, por aquilo que nos foi apresentado pelo Governo, é uma medida fundamental de apoio à reestruturação de empresas.

As famílias e as empresas querem saber:

Que tipo de empresas é que podem aceder a este sistema?

Se, por acaso, este é um sistema rápido, se é um sistema em que o Governo ou a entidade bancária pode dar uma resposta rápida aos pedidos que as empresas fizerem?

Se, por acaso, existe, a partir do momento em que esta linha é instalada, discricionariedade, ou seja, se é o Governo que escolhe qual é a empresa ou se, por acaso, isso não acontece?

Por último, que obrigações é que têm essas empresas para com os bancos e para com este sistema?

Disse.

Voz da bancada do PS: *Muito bem!*

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Tem 5 minutos.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta colocada eu gostaria de reafirmar a sua objectividade, ao contrário da intervenção anterior.

Em relação a esta matéria objectiva, todas as empresas que sejam enquadradas nas tipologias de classificação de actividade económica que permite, pelas regras da Comissão Europeia, aceder a apoios do Estado, e que estão devidamente identificadas e regulamentadas no âmbito da legislação que foi aprovada para esse efeito, podem concorrer.

E concorrem, não através dos serviços da administração regional, mas directamente junto da sua instituição financeira, ou seja, o processo é liderado e é processado junto da instituição financeira, que remete, depois da sua análise e da sua aprovação, para o Governo, para os efeitos apenas de verificação do enquadramento da operação, para verificação da existência de *plafond* para o financiamento e de verificação do enquadramento decorrente da aplicação do regime comunitário de apoio às empresas. Isto é um processo rápido, simples, célere e que não tem uma intervenção subjectiva por parte do Governo, assegurando às empresas açorianas e aos seus empresários uma

rápida decisão, decisão essa que é, na totalidade e dentro do enquadramento legislativo que foi aprovado, da responsabilidade das instituições bancárias.

Neste contexto, estas duas linhas terão, com certeza, uma rápida operacionalização e resultarão numa rápida injeção de muitos milhões de euros na economia açoriana e nas empresas açorianas, de forma a que, e como foi perguntado, as empresas possam também cumprir as obrigações decorrentes deste apoio.

Essas obrigações são muito claras, manter o nível líquido de emprego, ou seja, as empresas que beneficiarem destes apoios por parte do Governo Regional terão como responsabilidade e contrapartida manter o mesmo nível líquido de emprego, dando assim um contributo para a estabilidade do emprego dos açorianos e das empresas açorianas.

A conjugação destas duas componentes, maior liquidez, maior operacionalidade, maior capacidade e competitividade das empresas açorianas e dos seus empresários, com a manutenção dos níveis de emprego, resultará da aplicação rápida destas medidas na economia açoriana.

Presidente: O interrogante pode pedir esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta agora dirige-se noutra sentido, em relação ao impacto que as medidas do SIDER poderão ter na economia. Era essa a pergunta que eu fazia ao Governo: que impacto é que as medidas aprovadas no âmbito do SIDER poderão ter na economia?

Muito obrigado.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, aquilo que o Governo espera é que as alterações que foram introduzidas e aprovadas por esta câmara, a par das orientações que existem sobre a forma de tratar os projectos de investimento que se encontram em análise, mais o trabalho e o empenho de todos aqueles que, na administração regional e fora dela, estão a trabalhar para evitar que os efeitos desta situação sejam gravosos para as

famílias e empresas açorianas, permitam que até 31 de Março deste ano todos os projectos de investimento, cuja análise é da responsabilidade do Governo Regional e que deram entrada até 31 de Dezembro de 2008, tenham a sua decisão tomada. Estamos a falar concretamente de 296 projectos de investimento, sendo da responsabilidade de análise do Governo 189 projectos, que significam mais de 240 milhões de investimento privado.

Para além disso, Sr. Deputado Francisco César, gostava de lhe dizer também que aquilo que o Governo espera deste impacto resume-se em duas palavras: agir já.

Deputados Catarina Furtado e Berto Messias (PS): *Muito bem!*

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já deviam ter agido antes!

O Orador: Isso é o fundamental para o Governo.

Daí que estejam a ser mobilizados todos os esforços no sentido de agir já.

Em relação às empresas, em relação às famílias açorianas, porque não é como alguns aqui querem ver, as questões não estão separadas, as questões estão juntas. Uma empresa saudável significa postos de trabalho, significa rendimento para as famílias açorianas.

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Há uma diferença fundamental que importa também tornar claro aqui. Nós não estamos a discutir duas perspectivas políticas com modos diferentes de chegar ao mesmo objectivo. Nós estamos a falar de duas perspectivas políticas completamente diferentes, para alcançar o objectivo de reagir contra a presente situação. Há aqueles que entendem...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Espero bem que sim, Sr. Secretário!

O Orador: ... que se deve aguardar, que as empresas devem aproveitar este tempo para preparar os seus licenciamentos, que devem aproveitar este tempo para trabalhar nos seus projectos para, quando a crise passar, então poderem investir.

Sabem de quem é esta posição? É da líder do Partido Social Democrata, Dra. Berta Cabral, que a expressou enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, na recepção de Ano Novo.

Isso é inadmissível. É a mesma esperteza saloia aquando das eleições legislativas de dizer, “os senhores empresários que peçam os vossos incentivos, o voto é secreto, recebem o dinheiro, votam no PSD e os socialistas não hão-de saber”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): *Muito bem!*

O Orador: É o mesmo tipo de esperteza saloia. Aqui está a diferença: é que o Partido Socialista e este Governo agem já, o PSD e a sua líder enfiam a cabeça na areia e esperam que a crise passe. Nós não aceitamos isso e sabem porquê? Porque nós não desistimos. Quantas mais forem as dificuldades, mais estaremos aqui.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Temos líder! Já está encontrado o sucessor!

O Orador: Para criar a forma, para criar os mecanismos, para, com mais empenho e mais determinação, podermos reagir contra uma situação que tem as suas dificuldades.

Isso faz-se para quê?

Quando se fala em mais de 240 milhões de euros de investimento privado, fala-se de quê? Fala-se de empresas, sim senhor. Mas volto a afirmar, porque esta é uma preocupação constante do Governo Regional: fala-se de emprego, fala-se de remuneração para as famílias, fala-se de segurança de rendimento para as famílias, é disto que nós estamos a falar e são essas as respostas que o Governo apresenta já, para a economia dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Depois de 12 anos!

O Orador: Não são estas as respostas que o PSD apresenta para a economia dos Açores.

Deputado António Marinho (*PSD*): Isto é uma sessão de perguntas ao PSD?

O Orador: É sim senhor.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Concluindo, o Governo do Partido Socialista apresenta respostas e apresenta propostas, porque acredita que este espírito açoriano de arregaçar as mangas e ir à luta vai ultrapassar esta situação. O PSD e a sua líder têm dúvidas se realmente vale a pena nós lutarmos contra essas dificuldades. Preferem enfiar a cabeça na areia. Isso nós não fazemos, nós não desistimos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para interrogar o Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo tem seguido atentamente a conjuntura de enorme volatilidade que a agricultura tem atravessado, respondendo prontamente com as soluções que se revelam necessárias.

Em defesa da segurança e da consistência do sector agrícola e dos agricultores, o Governo tem centrado as suas actuações em objectivas e concretizadas actuações na protecção dos rendimentos e da capacidade financeira dos nossos agricultores.

Os agricultores sabem que o Governo fez um excelente trabalho, aumentando o seu rendimento com o reforço de 20 milhões de euros nas verbas do POSEIMA, de que já beneficiaram em 2008.

Também sabem que, face aos elevados custos das rações e dos combustíveis que tiveram de enfrentar, o Governo respondeu adicionando 2 milhões de euros às verbas do POSEIMA, para baixar os custos com a alimentação animal e, no caso dos combustíveis, durante a alta de preços, manteve o seu preço cerca de 50% mais barato que no continente.

Todavia, após um período em que enfrentaram altas taxas de juro e de custos de produção, vêem os produtores agrícolas, neste momento, o preço das suas produções enfrentar baixas nos mercados, baixas que nem sempre são compensadas em simultâneo por reduções da mesma dimensão nos custos que suportam, o que pode gerar, em consequência, oscilações na estabilidade financeira corrente das suas explorações.

Por isso, é bem recebido pelos produtores agrícolas o anúncio deste incentivo adicional do Governo de estímulo à sua confiança, que todos sabemos ser uma das

chaves mais importantes no momento actual que o mundo atravessa, onde a incerteza, o ambiente macroeconómico desfavorável, a pressão concorrencial e a recessão se generalizam.

Portanto, as perguntas que os nossos agricultores desejam ver respondidas pelo Governo, e que aqui vos formulamos, são:

Quais as medidas com que podem contar para protecção da sua tesouraria?

Quais as condições de que podem beneficiar?

Como poderão aceder a essas medidas e a partir de quando o poderão fazer?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Tem 5 minutos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo tem adoptado, ao longo dos últimos anos, um conjunto de medidas em execução de estratégias previamente concebidas, para que se reforcem os níveis de apoio ao rendimento dos produtores e para que, perante qualquer adversidade que o mercado sempre nos coloca, poder agir em conformidade com as necessidades, pontualmente, sempre que a conjuntura lhes seja desfavorável.

No caso concreto das medidas ora anunciadas, o Governo entendeu criar uma linha de compensação de crédito para os produtores, com o objectivo de reduzir os impactos negativos que, nas explorações agrícolas e na estrutura de custos de produção, se repercutiram com a subida da taxa de juro e que, por isso, tiveram alguma influência negativa no rendimento e na rentabilidade das actividades agrícolas.

Esta linha de compensação tem um âmbito de aplicação que se resume ao investimento realizado nas explorações agrícolas, ou seja, investimento na exploração para a produção agrícola.

O período a que diz respeito, como também acontece nas medidas para outras actividades económicas, é de Janeiro de 2006 a Outubro de 2008, período em que se registou uma subida anormal das taxas de juro.

O objectivo fundamental disso repercute-se, nomeadamente, no que diz respeito à estabilidade dos investimentos dos agricultores que, durante esse período, viram ser agravadas as suas condições.

O montante de apoio a conceder aos produtores para compensar essa alta da taxa de juro corresponde a 30% dos custos com o serviço da dívida.

O que daqui releva em termos de procedimentos é que a apresentação do pedido por parte dos agricultores será feita nas próprias instituições de crédito, tendo de juntar e apresentar ao Serviço de Desenvolvimento Agrário de Ilha apenas os documentos relativos à aplicação do capital e ao serviço da dívida que foi suportada.

Entendeu também o Governo, para além de uma linha de compensação para reduzir os impactos negativos do aumento das taxas de juro nas explorações agrícolas, acrescentar uma linha de crédito que visa reforçar o desenvolvimento das explorações agrícolas, para melhorar as suas condições orgânicas, as suas condições funcionais e, assim, ter maior sucesso a sua actividade agrícola.

No âmbito destes investimentos, está prevista a criação de um fundo de maneiio cuja aplicação de capital se destine à estrutura produtiva, com o objectivo, nomeadamente, de se reduzirem os passivos comerciais, com taxas de juro normalmente mais elevadas do que aquelas que estão aqui previstas.

O período de vigência desta linha de crédito desenvolver-se-á pelo prazo de 5 anos; os empréstimos que a ela dizem respeito deverão decorrer por períodos de 2 anos; 2 anos iniciais renováveis por mais 2 anos, essa renovação na segura convicção de que são cumpridos, pelo menos, 50% dos encargos e do serviço da dívida nos primeiros 2 anos; e o montante de apoio, aqui também em termos de comparticipação nas taxas de juro, será de 30% do serviço da dívida, impondo-se naturalmente aos bancos, nessas operações, um *spread* máximo de 3%.

Os procedimentos para beneficiarem desta linha de crédito são exactamente idênticos aos da linha de compensação: os produtores irão junto das instituições de crédito que os financiam e apresentarão um pedido nos Serviços de Desenvolvimento Agrário, expresso relativamente à aplicação do capital mutuado e ao serviço da dívida contratado, para que os serviços processem e paguem os respectivos apoios previstos.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Luís Paulo Alves, para pedir esclarecimentos, tem a palavra.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, talvez por falta de atenção, eu não consegui perceber qual é o montante que essa linha terá, ou a que os produtores terão acesso nessa linha de financiamento.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O montante global do crédito abrangido por essas linhas de compensação e linhas de crédito é de 80 milhões de euros.

Presidente: Muito bem.

Relativamente ao primeiro Objecto, resta apenas uma pergunta ao Partido Socialista, para o que o Sr. Deputado José do Rego quer usar da palavra. Faça o favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria fazer um pequeno comentário em relação ao PSD, que assume esta sessão de perguntas como uma brincadeira e um gozo perante o Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Uma desobriga!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Quando diz que o comunicado do Governo não é claro isto é uma oportunidade que não usa, não goza dessa oportunidade e é com um certo desprante que alguns Deputados vêm perante o Governo aqui na sessão de perguntas, gozando, atirando algumas questões, que não foram respondidas.

Nós entendemos que os açorianos querem uma resposta deste Governo para os problemas dos Açores. São estas questões que nós aqui estamos colocando. Se o PSD não as quer colocar, se quer andar à margem, pois que continue a andar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a pergunta é?

O Orador: Nós andamos empenhados no desenvolvimento dos Açores.

Por isso, ao Governo Regional, em termos de medidas de estímulo à liquidez das empresas, importa referir aqui que já foram traçadas algumas medidas para diversos sectores, como o turismo e a agricultura, mas eu gostaria de saber, no mercado habitacional, uma questão que é importante para todos os açorianos: o que é que vai acontecer no próximo futuro?

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça o favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo...

(Apartes inaudíveis de deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Caros Srs. Deputados, agradeça que deixassem o Sr. Vice-Presidente falar.

O Orador: Respondendo à questão extremamente pertinente e actual do Sr. Deputado José do Rego, gostaria de dizer que o sector da habitação é também, quer do ponto de vista de estrutura económica, quer do ponto de vista de rendimento das famílias, um dos sectores efectivamente mais condicionados e influenciados pela conjuntura financeira internacional adversa.

Neste contexto, a falta de liquidez das instituições financeiras internacionais dificultou, de forma significativa, a possibilidade de os bancos e das instituições financeiras permitirem que as famílias acedam ao crédito bancário para aquisição de habitações.

Por outro lado, durante o período de Janeiro de 2006 a Outubro de 2008, o aumento das taxas de juro teve como correspondência um aumento dos encargos das famílias

que já tinham adquirido habitação no pagamento das suas prestações, fazendo com que o peso relativo da habitação tenha subido de forma muito significativa no contexto do orçamento familiar.

Em terceiro lugar, a falta de liquidez do mercado financeiro interbancário faz com que a taxa de esforço que era exigida, como padrão normal de aprovação de financiamentos à aquisição de habitação, tenha subido para níveis que têm tido como consequência uma grande dificuldade, por parte das famílias açorianas, de aceder à aquisição de habitação.

Este problema é actual, é real e, por isso mesmo, necessita para a sua resolução de uma intervenção imediata do Governo Regional.

Neste sentido, no âmbito das medidas que foram aprovadas, elegemos a habitação como um sector estruturante dessa mesma intervenção, uma intervenção estruturante para apoiar o rendimento das famílias, para permitir que as famílias continuem a ter acesso a novas habitações, mas também para permitir que as habitações que estão a ser construídas tenham a sua venda e, conseqüentemente, a retribuição às empresas que investiram neste sector, para manter este sector fundamental na criação de emprego e na construção da estrutura produtiva regional.

No entanto, intervir num sector sensível como a habitação não pode ser de uma forma irresponsável ou demagógica porque, como sabem – e como qualquer aprendiz de economista e qualquer economista de “vão de escada” sabe – o sector da habitação não tem a mesma elasticidade do lado da procura e da oferta, ou seja, é um sector onde a oferta não é elástica. Qualquer variação apenas da procura terá como consequência imediata e única o aumento do preço das habitações e o aumento do custo, para as famílias, de aquisição de habitação.

Portanto, quando vejo algumas pessoas a sugerir apenas propostas de estímulo da procura, isso teria como consequência, não facilitar a vida das famílias, mas aumentar o custo das habitações e só haverá, no meio disto, alguém a tirar um benefício, que serão, eventualmente, os intermediários que vendem habitações. E não é isso que queremos, queremos facilitar o acesso à habitação das famílias açorianas.

Neste contexto, temos que agir de um lado, estimulando a procura, dando mais condições às famílias para adquirirem casas, para acederem ao mercado do

arrendamento urbano ou para poderem baixar o nível da prestação das casas que já adquiriram; mas, por outro lado, temos de intervir do lado da oferta, de forma a que essa criação de condições para aumentar a procura não tenha como consequência o aumento do preço das habitações, mas sim, fixar o preço a valores compatíveis, que permitam uma nova dinâmica de acesso, por parte das famílias, às habitações.

Neste sentido, através da criação ou participação num fundo imobiliário de intervenção no mercado, vamos salvaguardar a conjugação destes interesses: mais liquidez na economia, mais apoio ao investimento privado mas, essencialmente, melhores condições e maior facilidade de acesso das famílias à habitação.

Para que isso se possa constituir num curto espaço de tempo, gostaria aqui de dizer que o Governo Regional irá, de imediato, realizar um processo de aquisição de habitações, através de uma operação pública de aquisição, que permitirá salvaguardar o preço de venda das habitações e irá facilitar o acesso das famílias a novas habitações, fazendo uma coisa muito objectiva: tendo em conta que os bancos não têm capacidade de apoiar as famílias nesta intervenção; tendo em conta que as famílias não têm capacidade, individualmente de, junto da banca, obterem financiamentos para a aquisição de habitação ou para estimular o mercado de arrendamento, o Governo Regional irá, em nome destas famílias, criar condições operacionais para facilitar esta interacção e para devolver o financiamento ao mercado da habitação, intervindo o Governo tanto quanto o necessário e assumindo os custos necessários para que, nos Açores, as famílias açorianas possam voltar a ter habitação mais barata, facilidade de acesso ao crédito e, essencialmente, para que se reduzam, de forma significativa, os encargos familiares na prestação que é paga pela aquisição de habitação.

Será essa a nossa intervenção, de imediato, que irá introduzir liquidez na economia, que irá permitir às empresas um estímulo no sector da construção, mas que irá essencialmente fazer com que, num muito curto espaço de tempo, os açorianos tenham direito à habitação a preços dignos, justos, e que o crédito à habitação seja facilitado; mas, particularmente, também, que se crie condições para um efectivo funcionamento normal do mercado da habitação a preços muito mais baixos do que os dos últimos anos.

Presidente: Há pouco tinha-me esquecido do Sr. Deputado António Ventura, que já estava inscrito. Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma medida para propor e tenho uma questão, para não dizerem que não há nenhuma medidas. Eu tenho uma, efectivamente e vou começar pela medida nesse sector.

A medida é que o Governo faça aquilo que não fez até agora para este sector. Que faça aquilo que não fez até agora. Desde logo vou indicar duas áreas que têm levado a atrasos na liquidez das famílias que vivem deste sector, de forma directa ou de forma complementar: os apoios comunitários, que são parte do rendimento dos agricultores, já que os agricultores não trabalham a tempo inteiro, chegam atrasados, a más horas, sem qualquer comunicação; ainda ameaçam os agricultores, ora pagam mais, ora pagam menos e nunca se sabe quando é que vão receber.

Ora só na ilha Terceira houve 14 agricultores que tinham feito a sua candidatura e os serviços oficiais disseram “é mentira, não fez a sua candidatura”, e eles fizeram a sua candidatura. Continua a confusão.

Projectos de investimento. O Quadro Comunitário de Apoio abriu a 1 de Janeiro de 2007, foi feito o acordo, com a Comunidade Europeia, em Junho de 2007 e só em Outubro de 2008 é que abriram as candidaturas para os projectos de investimento. Atrasos, atrás de atrasos.

Portanto, os senhores são responsáveis também pela situação que está criada no sector agrícola. Porque há falta de confiança nas instituições públicas, relativamente a essas duas matérias tão importantes para criar a liquidez das famílias.

A questão é muito simples, porque isto, por si só, ajuda a superar grande parte da crise: se é agora que vai haver antecipação, competência, responsabilidade, eficiência e operância relativamente a essas duas medidas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas para responder.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Ventura – aliás, como o PSD – tem-se especializado na arte de agitar.

Deputado António Ventura (PSD): E os senhores estão parados!

O Orador: Agitam com os atrasos nos pagamentos. Agitam com um processo que não foi pago por qualquer irregularidade de candidatura.

Deputado António Ventura (PSD): Isso acontece tantas vezes. Acontece todos os anos.

O Orador: Agitam com os processos que não foram pagos porque foram seleccionados para controlo. Agitam, agitam e tornam a agitar e, afinal, acabei por não ver proposta nenhuma.

Deputado António Ventura (PSD): Está aí: o Governo que faça o que não fez.

O Orador: Agitam e dizem: “o que o Governo deve fazer é o que não faz”. Ora, grande proposta, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo, neste tirocínio que os senhores fazem da agitação, já se habituou. Os senhores até têm a companhia de alguns órgãos de comunicação social que, sem exercício do contraditório, se limitam a transcrever essa agitação constante com que andam, que até se manifesta no gesto e na palavra do Sr. Deputado António Ventura.

Vou explicar-lhe, de uma vez por todas e muito simplesmente, o que é que se passa com os pagamentos, porque o senhor continua a dizer que estão atrasados e eu vou-lhe explicar.

Deputado António Ventura (PSD): Não é a mim que tem de explicar, é aos agricultores. O dia, o mês...

O Orador: O ano passado – o Sr. Deputado oiça, para ver se depois não diz, outra vez, mais agitação – nesta altura do ano e para a campanha de 2007/2008, estavam pagos aos produtores 29.889 mil euros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais milhões.

Deputado António Ventura (PSD): Um número não resolve as situações.

O Orador: Sr. Deputado, este ano, para as mesmas medidas, na mesma altura do ano, estão pagos 40.027 mil euros. Sr. Deputado, se isso representa atrasos nos pagamentos aos produtores, tiro-lhe o chapéu, porque o senhor nem percebe como é que evoluem os números.

Deputado António Ventura (PSD): Quero saber se no dia 17 de Outubro de 2009 vão ser pagos os subsídios aos agricultores.

O Orador: Estamos a falar de uma forma muito simples, é que não houve aumentos dos subsídios este ano, já tinha havido o ano passado. Portanto, com os mesmos critérios, com as mesmas medidas, com os mesmos valores a atribuir, nós este ano quase que duplicámos, já, os pagamentos aos produtores. O senhor chama a isso atraso – tiro-lhe o chapéu.

Presidente: Terminámos o Objecto n.º 1, vamos passar para o Objecto n.º 2, Medidas de Promoção do Emprego.

O número de perguntas distribuídas em Conferência de Líderes ficou assim determinado: 3 para o Partido Socialista, 2 para o Partido Social Democrata, 1 para o Partido Popular, bem como para os restantes Grupos e Representações Parlamentares, que terão, cada um, uma pergunta.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos complicados no mundo, tempos de uma crise cada vez mais depressiva e com características muito particulares. Senão, vejamos: o crescimento nominal é o pior desde 1932, descontando o efeito da inflação; as economias avançadas estão ao nível da Segunda Guerra Mundial, diz o FMI; o número de desempregados a nível mundial vai atingir, em 2009, o valor mais elevado de, há pelo menos, dez anos; e, caso se verifique o cenário mais pessimista, a crise financeira terá destruído 51 milhões de postos de trabalho entre o final de 2007 e o fim deste ano. Nesta altura, estarão no desemprego 140 milhões de pessoas.

A inflação em Portugal atingiu, no mês de Dezembro, o valor mais baixo desde que o Instituto Nacional de Estatística começou a compilar os dados: 0.8%, menos seis pontos percentuais do que em Novembro, e que representam a quinta queda

consecutiva dos preços. Portugal já é, de acordo com a Eurostat, o país da Zona Euro com a segunda taxa de inflação mais baixa.

A manutenção do nível de emprego é, pois, fundamental para sustentar os efeitos da crise internacional na vida dos açorianos.

Para isso, temos de ter políticas activas, para manter a competitividade das micro e das pequenas e médias empresas, e para assegurar o emprego.

Esta bancada saúda desde já este Governo, pela criação do Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial e da subsequente Bolsa Regional de Consultores, que poderá ser um instrumento essencial de identificação, para as empresas, das suas oportunidades e ameaças, forças e fraquezas.

É ao nível do emprego que quero dedicar a minha atenção. Eu quero dedicar a minha atenção à manutenção dos postos de trabalho.

Há empresas que foram afectadas pela crise internacional e que têm dificuldade em conseguir manter e pagar os salários aos seus funcionários. O Governo lançou um programa de apoio à manutenção de postos de trabalho e é sobre isto que eu gostava de ter alguns esclarecimentos, sobretudo:

A quem se destinam estes apoios?

Quais as condições de quem beneficia deste programa?

Qual o montante e a forma como estes apoios são atribuídos?

Como será feita a fiscalização destes mesmos apoios?

São estas perguntas que eu acho que são fundamentais para as empresas que, neste momento, estão aflitas, e para aquelas que poderão vir a estar aflitas.

Muito obrigado.

Presidente: Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este programa de apoio à manutenção dos postos de trabalho tem como objectivos principais: a garantia do pagamento dos salários a trabalhadores que se encontram em

empresas com dificuldade de assumir tal compromisso; colaborar na manutenção do nível de emprego das empresas com sede na Região; combater os riscos de aumento do desemprego, motivado também pelo aumento dos custos de produtividade e eventuais despedimentos a eles associados; prevenir, ainda, a ocorrência de repercussões negativas no mercado de trabalho, geradas por vários factores.

Tem como principal estratégia proceder a um empréstimo reembolsável, sem juro, que permita pagar salários a trabalhadores. Este programa permite que se possa fazer esse empréstimo reembolsável por um período de 6 anos e com uma carência de 1 ano.

Queria ainda dizer que o público-alvo são, naturalmente, as empresas em dificuldade para pagar os salários aos trabalhadores, para que se consiga manter o emprego estável.

Relativamente à última questão que o Sr. Deputado Francisco César colocou, queria informar que nós temos este programa aberto imediatamente, após a publicação da Resolução.

Portanto a candidatura estará aberta mal o diploma entre em vigor. Queria também dizer que será a Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, bem como a Inspeção Regional do Trabalho, a fazer toda a fiscalização do programa, que tem disponível 1 milhão de euros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixo aqui uma nota muito breve em relação à questão da primeira medida, não vou aqui entrar de facto em discussão, porque não me é permitido fazer tais considerações, mas gostaria de deixar aqui esta nota que, de facto, estamos em desacordo em relação às questões dos benefícios fiscais e mesmo, também, em relação à questão do ISP, sobre o qual depois teremos oportunidade de discutir o porquê das nossas divergências em relação a essa matéria.

Em relação às medidas de promoção do emprego, o Governo instituiu um plano de formação para determinados sectores de actividade, nomeadamente aqueles sectores de actividade sazonais, nos quais classificou as áreas do turismo e as áreas da

restauração. É uma forma de compensar as épocas baixas, as épocas mortas, dando formação a esses funcionários e é uma forma de manutenção do emprego. É claro que esta é uma medida bem-vinda, porque, de facto, em momento de crise e com más perspectivas a nível do turismo e com repercussões também a nível da restauração, porque tem a ver, de facto com o consumo, achamos que é uma medida bem aplicada. Porque não está explícito nessas medidas o alargamento deste plano de formação a outro tipo de actividades, eu faria a pergunta: o Governo pensa que o comércio tradicional merece, ou não merece, também ser apoiado neste plano de formação? Em moldes diferentes, com certeza, mas também ser apoiado.

O comércio tradicional, como sabemos, ao longo dos anos tem sido muito prejudicado com as novas contingências do próprio mercado, com a evolução, com as tecnologias de informação, com o aparecimento de novos produtos, de novos conceitos de negócio e tem tido alguma dificuldade em acompanhar esse progresso, devido ao facto, também, de não ter a tal capacidade de se reestruturar.

Penso que agora é uma boa oportunidade, aproveitando um tempo de crise, um tempo de muita dificuldade, do Governo, em articulação com as câmaras de comércio, promover esta formação também na área do comércio tradicional.

Em relação ao Estagiar L e T, nas Ilhas de Coesão ele está instituído para vigorar durante um período de 2 anos; fora das Ilhas de Coesão ele vigora por 6 meses. Aqui a questão é saber se o Governo pensa alargar esse período de 6 meses para, pelo menos, o período de 1 ano, no estágio dentro das áreas L e T.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É evidente que este programa foi parametrizado para responder à sazonalidade das actividades turísticas e afins, é evidente que entram restaurantes, entram empresas que têm actividades lúdicas ou recreativas, mas o Governo admite, eventualmente, a

empresas que tenham esse problema, alargá-lo a esses casos que poderão vir a ser diagnosticados.

Relativamente à questão que colocou do Estagiar L e Estagiar T, eu não percebi a pergunta, porque falou muito baixo, podia repetir?

Presidente: Sr. Deputado, lembro que só tem direito a colocar uma pergunta.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha questão é muito simples.

Em relação ao Estagiar L e T, o que está em vigor é que fora das Ilhas de Coesão, ele está instituído por um prazo de 6 meses, nas Ilhas de Coesão ele prolonga-se até 2 anos.

Aqui a minha questão é: se, fora das Ilhas de Coesão, este prazo poderá ser alargado, ou se o Governo pensa que poderá alargar esse prazo, pelo menos para um ano – devido às dificuldades, de facto, porque a crise não é só nas Ilhas de Coesão, é nos Açores, no arquipélago todo – ou se pensa manter o actual sistema?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, faça o favor.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nós não estamos a prever fazer esse alargamento, até porque, dando-lhe uns dados que aqui tenho, posso dizer-lhe, por exemplo, que nós temos nos Açores, por cada mil activos, 1 desempregado licenciado.

Portanto, fizemos esse programa nas Ilhas de Coesão, que penso está a correr muito bem e estimamos que muitos postos de trabalho possam vir a ser construídos, exactamente decorrendo dessa situação.

Outra situação que temos, que não esta, mas que tem corrido muito bem e que já empregou mais de mil mulheres – no sentido de agir, fomentando até a igualdade de oportunidades para públicos mais fragilizados – é o Berço de Emprego, programa que

temos há alguns anos. Das 2 mil mulheres colocadas em substituição nalgumas empresas, mil ficaram a trabalhar nas mesmas, porque os empregadores gostaram do trabalho e, portanto, é também um incentivo à criação de emprego.

Nos licenciados nós não temos os mesmos números que, por exemplo, se vivem, infelizmente a nível nacional. Estimamos que isso possa não acontecer mas, se vier a acontecer, a postura do Governo tem sido sempre face a um diagnóstico, agir imediatamente. Não se esqueça o Sr. Deputado que, na Região Autónoma dos Açores, contrariamente àquilo que acontece no resto do país e no estrangeiro, nós temos um sistema de indicadores de alerta que nos dão o diagnóstico antecipado de todas as questões que aparecem. Ainda no ano passado, cerca de 92% das empresas responderam aos indicadores de alerta e, com uma antecipação de 2 ou 3 anos, nós podemos prever quais são as profissões e os empregos que podem vir a ocorrer mais tarde.

Portanto, se isso for diagnosticado, cá estará o Governo para reavaliar e implementar as políticas de emprego que possam colmatar essa situação.

Muito obrigada.

Presidente: Segue-se o Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não querendo aqui falar nem discutir a bondade das medidas entretanto anunciadas pelo Governo, porque algumas são, de facto, positivas, a minha pergunta tem a ver com isto: boa parte das empresas geradoras de emprego têm problemas com a Segurança Social e com as Finanças. Ora, estando os apoios, nomeadamente a linha de crédito de apoio ao fundo de maneio, bem como à reestruturação da dívida, sujeitos às regras bancárias e à regularização dessas situações, pergunto o seguinte:

Como vão garantir o emprego as empresas que tenham a sua capacidade de endividamento esgotada?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão da exigência da situação regularizada com a Segurança Social e da situação tributária regularizada é uma questão de legalidade. Legalidade no enquadramento legislativo nacional e legalidade das regras comunitárias. Portanto, não há, sobre esta matéria, nada que se possa fazer. É uma questão de enquadramento e de exigência legal que, aliás, é enquadrada em tudo aquilo que sejam apoios públicos, essa exigência, não só de acordo com regras nacionais mas, particularmente, é uma exigência determinante da própria Comissão Europeia, em termos de apoios ao sector privado, para evitar situações de concorrência desleal.

Portanto, é uma matéria que tem um enquadramento legislativo claro e igual em toda a Europa.

Neste contexto, com estas medidas de apoio, quer por via do emprego, quer por via da liquidez das empresas, se forem devidamente conjugadas, evidentemente que as empresas vão ter, através da reestruturação do seu endividamento, uma redução da sua necessidade financeira, de amortizar o seu endividamento, e vão libertar, necessariamente, recursos adicionais para poderem regularizar essa situação que, devidamente contratualizada de forma prévia com as instituições financeiras, poderá permitir que as instituições financeiras adiantem os recursos necessários à regularização da situação tributária e na Segurança Social e, assim, regularizada essa situação, aceder a esse mecanismo.

Portanto, há aqui uma conjugação possível que cabe às empresas e às instituições financeiras organizar; que permite, penso eu, com o devido equilíbrio e a devida ponderação, a todas as empresas beneficiarem do apoio à liquidez, ainda contribuindo para regularizar a sua situação de dívidas ao fisco e dívidas à Segurança Social e, também, com essa situação regularizada, aceder aos sistemas de incentivos e a todos estes apoios de promoção do emprego.

Portanto, acho que há aqui um papel de conjugação e, com criatividade, objectividade e competência, as empresas açorianas conseguirão ultrapassar essa dificuldade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para reafirmar, mais uma vez, nesta casa que, realmente, a nossa taxa de desemprego é uma taxa artificialmente baixa. Ao contrário do que aqui tem sido dito, o Eurostat não a considera e não a publica porque, pelo pequeno tamanho da sua amostra, não considera que seja fiável. Nunca é demais fazer esta ressalva, porque tem sido apanágio do Governo Regional a questão da taxa de desemprego mas, realmente, ela é artificialmente baixa e, sabem isso tão bem ou melhor do que eu, os erros de amostragem são muitos elevados face aos considerados aceitáveis para que essa mesma taxa seja credível.

Uma vez que aqui já tem sido muito falada a questão da manutenção do emprego ou dos postos de trabalho e de liquidez das empresas, a minha pergunta vai no sentido de que há um sector constituído essencialmente por microempresas e que representa um sector específico e bastante frágil, que tem a ver com o nosso comércio tradicional local, em cada uma das nossas ilhas onde, por vezes, se sentem grandes dificuldades face à retracção do consumo.

Pensou o Governo Regional em alguma medida específica para este sector? Ou pensa que, realmente, o aumento do endividamento é que irá fazer com que sejam mantidos esses postos de trabalho?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra, para responder, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social,

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, se os dados do INE não são fiáveis, que dados então serão fiáveis?

Ainda na apresentação do Programa do Governo, se a bancada do PSD bem se lembra, o Sr. Deputado António Marinho punha em causa os dados, exactamente, do Governo, contrariando essa postura com os dados do INE. Agora vem a Sra. Deputada virar as coisas e, exactamente, dizer o contrário.

Deputada Carla Bretão (PSD): Disse exactamente o mesmo.

A Oradora: Não, não disse, e a verdade tem de ser dita, não vale a pena vir com essa sua tranquilidade enganadora, porque a mim não me engana e eu tenho uma memória muito boa, lembro-me perfeitamente do que a Sra. Deputada disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Não falou verdade e, portanto, a verdade tem de ser dita, para que os açorianos percebam como os senhores têm dois pesos e duas medidas.

Deputada Carla Bretão (PSD): A senhora nem sabe qual é a actual taxa de desemprego, mas está aí a mostrar que tem boa memória.

A Oradora: Desculpe, a senhora e o PSD têm dois pesos e duas medidas.

Deputada Carla Bretão (PSD): O erro da amostra é muito superior ao considerado. O Eurostat diz isso mesmo.

A Oradora: Todas as medidas que foram aqui anunciadas são aquelas medidas que já tivemos oportunidade de apresentar.

Portanto, a questão das pequenas e médias empresas, a Sra. Deputada sabe, porque é economista, 82% das nossas empresas têm menos de 9 trabalhadores. E se têm menos de 9 trabalhadores, estas medidas que o Governo acabou de anunciar têm aplicabilidade a todas as empresas açorianas. Portanto, não percebo qual é a questão que quer aqui colocar.

Parece-me que é uma questão para tentar desviar a atenção.

Deputada Carla Bretão (PSD): A senhora não conhece a diferença entre os vários sectores de actividade!

A Oradora: Não, conheço sim senhora. Se não conhecesse, não estava aqui a falar. Portanto, é o que eu tenho para dizer.

Deputada Carla Bretão (PSD): A senhora desconhece a realidade.

Vozes de deputados da bancada do PSD: E não responde!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(Apartes inaudíveis de deputados das bancadas do PS e do PSD)

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma questão que será, certamente, mais fácil de responder. Quando os Srs. Deputados me permitirem fazê-la...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Cascalho está no uso da palavra.

O Orador: ...será mais fácil de responder do que a anterior, sobre o trabalho precário dos jovens – espero eu.

É muito simples.

O Governo apoiou, ao longo dos últimos anos, o projecto Interfruta, ao abrigo do programa INTERREG, que trouxe resultados muito interessantes e que, no nosso entender, urge capitalizar. O BE Açores entende que é tempo de avançar com investimento sério na fruticultura e na horticultura nos Açores, entendendo que essa aposta trará, certamente, mais empregos e mais fixação das populações, para além de incentivar os jovens a dedicar-se à agricultura.

Para quando o investimento na fruticultura e na horticultura nos Açores?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se houver a intenção de acompanhar o que se tem feito na área da agricultura dos Açores, bem se verifica que, nos últimos anos, não só o projecto que o Sr. Deputado referiu, o Interfruta, que foi desenvolvido em parceria com os Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Terceira, a Fruter e a Universidade, não só esse projecto foi desenvolvido, com bons resultados para os agricultores da Ilha Terceira e disponíveis para todos os agricultores da Região, mas também foi desenvolvido um

conjunto de outras iniciativas que potenciaram a diversificação da nossa base produtiva.

Refiro-lhe, por exemplo, o processo de requalificação e desenvolvimento estratégico da cultura da meloa de Santa Maria; refiro-lhe, por exemplo, o projecto estratégico para a meloa e para o alho da Graciosa; e refiro-lhe, por exemplo, um projecto já apresentado que irá ser desenvolvido rapidamente, no que diz respeito à fruticultura da Ilha do Pico.

Queria também dizer-lhe, Sr. Deputado que, por exemplo, nessas áreas da diversificação, o volume de comercialização de produtos hortícolas na Ilha Terceira duplicou nos últimos 3 anos.

Gostaria também de referir que todos esses projectos são desenvolvidos associando, agregando os produtores, agregando e associando as suas produções, para se ganhar dimensão de escala em cadeias de valor que são mais pequenas e precisam dessa associação, dessa dimensão organizativa, para terem mais sucesso do ponto de vista do mercado.

Gostaria de lhe dizer que, associados a estes projectos estão também apoios estimulantes no que diz respeito ao transporte desses produtos entre as ilhas e das ilhas para o continente, e estão também disponíveis financiamentos para as acções de melhoria das condições de acesso ao mercado, nomeadamente para financiar rótulos e embalagens, fidelizando as marcas, criando novas marcas e dando-lhes uma linha comum de intervenção no mercado, identificando essas marcas com os Açores.

Por outro lado, também, posso dizer-lhe que, para além desses apoios, que atingem 70% a fundo perdido nessas acções de melhoria das condições de acesso ao mercado, também com idêntico valor, 70% a fundo perdido, existe, já legislado, publicado e usado por muitas organizações de produtores, um sistema de apoio às acções de promoção, de vulgarização, de informação aos mercados e de valorização dos produtos nos mercados.

Portanto, Sr. Deputado, a pergunta tem essa resposta, e essa resposta demonstra que nós, nos Açores, estamos a fazer tudo para reanimar as culturas tradicionais e alternativas à cultura agro-pecuária.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota: eu fiquei surpreendido, talvez por desconhecimento meu, mas, mesmo assim, nada satisfeito em saber que na população activa, em cada mil, há *apenas* um licenciado desempregado.

Deputado Berto Messias (PS): Queria mais, Sr. Deputado?

O Orador: Não, não queria, mas é que, de facto, a realidade não é essa.

Aliás, a questão do emprego e da taxa de desemprego na Região é, de facto, uma coisa que precisa de ser esclarecida, porque é como a Deputada Carla Bretão há pouco referenciou, mas não é só. É porque, para se conseguir o estatuto de desempregado, é preciso reunir um conjunto de requisitos que, fariam inveja a qualquer currículo para obter emprego.

É verdade, Sra. Secretária. O problema, se calhar, reside aí.

Vou dizer-lhe mais: reside também no facto de que muita população não está contabilizada como inactiva, porque vive longe – de Ponta Delgada, nomeadamente. Verifique isso, Sra. Secretária.

Passada esta nota prévia, porque a discussão, sendo de emprego, não é de desemprego, o Objecto é para o emprego, não é para o desemprego.

Queria dizer que estamos de acordo que o investimento público pode ser um meio capaz de contribuir para a criação de emprego, e melhor emprego, na Região, sem dúvida, estou de acordo, ao lado do Partido Socialista, nesta questão – assim como noutras, eventualmente, e estarei contra em tantas outras, com certeza.

A existência de um sector empresarial regional forte e dinâmico, por um lado, e a realização de infra-estruturas significativas, por outro, podem contribuir para minorar os gravíssimos impactos sociais do desemprego, que se têm vindo a agravar, não só resultantes do actual contexto de crise. Não deixa também de ser interessante que, hoje, assistimos ao aparecimento de grandes paladinos de defesa do emprego. Folgo muito em que, aí, acompanhem o PCP.

Pensamos também que deve ser avaliada a qualidade do emprego que estamos a criar. O Governo Regional tem, com certeza, um papel moralizador a exercer nesta área. Em particular, seria urgente consensualizar medidas que contribuíssem para inverter a actual tendência, muitas vezes estimulada pelo próprio Governo, para o aumento da precariedade laboral.

Por outro lado, revela-se importante, na opinião do PCP, um reforço em meios financeiros e recursos humanos na Inspeção Regional de Trabalho, de forma a combater situações que são públicas, toda a gente as conhece, de continuado incumprimento por parte de algumas empresas, nomeadamente no ramo da construção civil. Situações que vão desde o não cumprimento das leis sobre a formação profissional, à subtracção de remunerações e ao trabalho informal puro e simples. Estas empresas devem ser excluídas dos concursos públicos e dos regimes de incentivos, até que tenham, efectivamente, as suas situações regularizadas.

O que necessitamos de criar nos Açores não é mais precariedade, é, efectivamente, mais e melhor emprego, emprego com direitos. Assim sendo, questiono o Governo:

Que medidas prevê o Governo para garantir a criação de relações laborais mais justas e regulares na Região e nas obras públicas?

Prevê efectuar o necessário reforço de meios para a Inspeção Regional de Trabalho? Disse.

Presidente: Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a nossa Inspeção Regional de Trabalho é, porventura, das Inspeções melhor preparadas do Governo, com quadros técnicos superiores, com um trabalho extraordinariamente positivo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não ponho isso em causa.

A Oradora: Eu posso dar-lhe alguns dados: nós levantamos cerca de 20 autos diários às empresas açorianas; fazemos mediação, onde está sempre presente a Inspeção

Regional de Trabalho e temos tido um trabalho imenso relativamente ao acompanhamento das empresas.

Queria dizer-lhe que é um dos objectivos do Programa do Governo para esta Legislatura dar tolerância zero; foi essa a expressão que eu utilizei naquela tribuna há pouco tempo, dar tolerância zero à precariedade laboral. É esse o desafio que temos e é esse o compromisso que vamos honrar.

Todos os dias chegam, aos Centros de Atendimento do Emprego nas várias ilhas dos Açores, dezenas de trabalhadores para reclamarem os seus direitos. Todas essas pessoas – eu posso dizer que, por exemplo, em Ponta Delgada nós recebemos diariamente uma média de 500 pessoas – vão fazer variadíssimas consultas.

Não contentes com esta situação e porque queremos ir ao encontro dos trabalhadores açorianos, vamos descentralizar estes serviços, criando equipas multidisciplinares que vão fazer atendimento, se calhar, na rede da RIAC, ou nos serviços tutelados pelo Governo Regional nas variadíssimas freguesias, por exemplo; podíamos fazê-lo e temos a intenção de o fazer ao nível da rede da Segurança Social.

Portanto, não nos faltam projectos e esses projectos vão ser implementados, porque estamos convictos de que temos em que melhorar mais.

Se não fosse isso, não estávamos aqui tão determinados a cumprir o nosso Programa de Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às medidas para a promoção do emprego na Região Autónoma dos Açores, e relativamente ao que tem acontecido no mercado de emprego na Região Autónoma dos Açores, eu queria fazer dois pontos de ordem, no sentido das duas situações que foram apresentadas aqui nesta câmara.

Relativamente ao relatório do INE e à taxa de desemprego, a taxa de desemprego dos Açores quando sobe neste relatório, ou neste inquérito, para alguns partidos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não introduza essa questão, pois sabe que eu estou limitado, não posso responder.

O Orador: ...o relatório do INE, o tal que diz que a taxa de desemprego dos Açores é de 5.2%, que é a taxa mais baixa dos Açores, diz-nos que houve um aumento acentuado da população empregada e, ao mesmo tempo, uma diminuição da taxa de desemprego e, simultaneamente, um aumento da taxa de actividade. Isto para dizer que, aqui na Região Autónoma dos Açores, como o PSD há bocado dizia que estaríamos aqui para tecer loas ao Governo, não estamos a tecer loas ao Governo, estamos a caracterizar a realidade açoriana.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Longe de nós tal ideia!

O Orador: O que aconteceu nesta Região foi que o número de pessoas empregadas tem crescido de uma forma exponencial, ano a ano, e a Região tem tido cada vez mais pessoas empregadas.

Relativamente à taxa posta em causa por algumas pessoas, essa taxa serve, em determinadas épocas, mas quando ela é a melhor do país já põem dúvidas na dimensão da amostra. Nós conhecemos a dimensão da amostra, sabemos que os erros tanto podem ser para cima como podem ser para baixo. Até poderá ser que a taxa da Região Autónoma dos Açores seja inferior aos 5.2%, por a amostra ser pequena.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Até pode ser que não haja desemprego.

O Orador: Todavia queria dizer que o PS está consciente que teve ao longo deste tempo um conjunto de medidas para a promoção do emprego, como foi visto ao longo das estatísticas. O PS está consciente da situação que está a acontecer a nível do desemprego a nível mundial.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a pergunta é?

O Orador: É ver todos os dias o que acontece na maioria dos países a nível do desemprego e aqui nos Açores. Com esta preocupação, o Governo apresentou mais medidas para manter o emprego e para combater o desemprego.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Isto é que é verdade!

O Orador: Dentro dessas medidas que o Governo apresentou, a Sra. Secretária hoje já apresentou uma e já falou sobre ela, sobre a valorização dos trabalhadores.

Relativamente a medidas que já existem e que precisam de ser reformuladas, eu gostaria que o Governo dissesse porque é que vai alterar o Programa PROSA, programa este que tem servido nos Açores para muitas pessoas serem integradas no

mercado de trabalho. Muitas das pessoas desta casa já viram como, para muitas pessoas que estavam fora ou que não chegavam a ser empregadas nos Açores, esta foi uma porta aberta para entrarem no mercado de trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O objectivo principal desta medida é, no fundo, minimizar os impactos sociais do desemprego em públicos fragilizados. Porque o PROSA, ao contrário do MEF – os senhores devem lembrar-se – prevê o alargamento destes públicos-alvo, colocando no mercado do emprego social e de actividades de interesse colectivo desempregados de frágil empregabilidade. Efectivamente, o público-alvo desta medida é, essencialmente, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, desempregados portadores de deficiência, ex-reclusos, deportados e desempregados de longa duração.

Na realidade, o que nos levou a alterar esta medida, do ponto de vista de passar para os 40 anos as mulheres e para os 45 anos os homens é porque nós temos pedidos das várias instituições, das autarquias locais, das instituições particulares de solidariedade social, das Misericórdias, e não temos tido a capacidade de colocar esses desempregados, essas pessoas, nesses projectos que neste momento são 38. Nós temos cerca de 370 pessoas colocadas no PROSA.

Portanto, este é um novo desafio que temos, porque queremos que as nossas medidas, que promovem a igualdade de oportunidades para situações de cidadãos excluídos socialmente, possam ser alargadas. Este é que é o desafio desta medida.

É evidente que nós temos uma média, neste programa, de 18 meses mas, há muitos anos, há 10 anos, as pessoas passavam 4 e 5 anos e mais neste programa e não havia 370, havia 2 mil. Também nessa altura essas pessoas não tinham regalias, enquanto que hoje têm a Segurança Social.

São estas medidas que nós queremos implementar, essencialmente para combater os efeitos negativos do desemprego nestes públicos, que estão mais fragilizados.

Queria também dizer-vos que, dentro de pouco tempo, implementaremos, relativamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, uma visita domiciliária, exactamente para averiguar as condições desses agregados familiares, para que possamos dar mais dignidade a essas famílias, mais dignidade aos filhos dessas famílias.

É por isso que esta Secretaria, na sua estrutura orgânica, tem todos estes serviços que estão virados para a promoção das pessoas: Segurança Social, Habitação e Emprego. Norteia-nos uma vontade imensa de trabalhar na promoção das pessoas e o emprego é uma condição fundamental da dignidade humana. É para isso que cá estamos, é para isso que este Governo está permanentemente atento a estas questões sociais.

Muito obrigada.

Presidente: Não há neste momento mais ninguém inscrito, embora o PS ainda tenha direito a uma pergunta, o Partido Popular a uma pergunta e o Partido Popular Monárquico a uma pergunta.

Não havendo perguntas, passamos para o Objecto 3, em que o PS tem 2 perguntas e todos os restantes Grupos e Representações Parlamentares têm direito a 1 pergunta. O Objecto 3 tem a ver com “Rendimento disponível da família e consumo privado”.

Dava a palavra ao PS para interrogar o Governo.

Sr. Deputado José do Rego, tem a palavra.

(* Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Num momento de crise, o rendimento disponível das famílias e o consumo privado são temas que preocupam qualquer Governo. Portanto, o nosso Governo, o Governo dos Açores, tem de estar atento às medidas a tomar para melhorar o rendimento disponível das famílias e para promover o consumo privado nos Açores.

Sobre esta questão nós sabemos que foram tomadas várias medidas ao longo do ano passado.

Eu gostaria de questionar o Governo sobre o seguinte: considerando as medidas aprovadas o ano passado e as medidas que foram apontadas no último Conselho de

Governo, como é que as famílias irão ver o seu rendimento disponível crescer nos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O rendimento das famílias açorianas sofreu, efectivamente, ao longo do período de 2006 e até ao final do 3º trimestre de 2008, uma degradação efectiva. Tendo em conta o aumento das taxas de juro, o aumento dos preços dos combustíveis, o aumento dos preços das matérias-primas, a inflação a um nível superior ao aumento dos rendimentos do seu trabalho, esta foi, conseqüentemente, uma conjuntura adversa ao aumento do rendimento disponível das famílias.

A verdade é, também, que a actual conjuntura internacional tem tido, a esse nível, conseqüências positivas para as famílias açorianas, desde que consigam manter o seu emprego.

É esta, efectivamente, a nossa realidade actual: o preço dos combustíveis é significativamente inferior àquele que era no ano anterior; as taxas de juro são significativamente mais baixas do que eram entre 2006 e 2008; o preço dos produtos alimentares, das matérias-primas, está também a níveis inferiores ao ano passado; a inflação regista os seus valores mais baixos dos últimos anos e as perspectivas para 2009 são ainda de uma redução mais substantiva da própria inflação; e, pela primeira vez em alguns anos, há um aumento nos salários dos funcionários públicos, que é claramente superior àquilo que se perspectiva para a inflação.

A conjugação de todos estes factores faz com que, se conseguirmos manter os níveis de emprego na Região, conseguiremos que 2009 seja um ano de recuperação do rendimento das famílias, de aumento da sua capacidade de consumo, de aumento da sua capacidade de aquisição de bens e serviços em termos reais e, por isso, um efectivo contributo para a melhoria da sua qualidade de vida e para o seu nível de rendimento.

Neste contexto, o que é importante e prioritário para que isso aconteça ao nível das famílias açorianas é a manutenção dos postos de trabalho e do emprego – o que não

tem acontecido nas principais economias europeias, onde é diariamente posto em causa em todo o mundo e também no continente português e na Madeira –, é que essa realidade de redução do nível de emprego líquido não chegue aos Açores.

Para isso, a prioridade de afectação de recursos à economia, ao investimento e ao apoio às empresas e às medidas de apoio ao emprego, porque, temos a certeza, se conseguirmos manter os níveis de emprego nos padrões actuais, 2009 será um bom ano para as famílias açorianas e representará um aumento efectivo do rendimento das famílias.

Neste contexto, importa também criar medidas. Para além de todas aquelas que já foram faladas, gostaria de introduzir uma nova medida, para os funcionários públicos da administração pública regional que terão, em 2009, um aumento efectivo do seu rendimento líquido, para que possam também ter incorporado um conjunto de apoios complementares que, por exemplo, foram aprovados para os funcionários públicos do continente.

Neste pacote de medidas, o Governo Regional também aprovou uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que será remetida para debate e eventual aprovação na Assembleia Legislativa, que criará um complemento de apoios aos funcionários públicos em situações adversas de rendimento, que será exactamente igual – e aqui assumimos que é exactamente igual – ao que foi aprovado a nível nacional. Isto porque, nesta matéria, não queremos que os funcionários públicos dos Açores sejam discriminados e tenham menos benefícios que os nacionais, tendo, efectivamente, um conjunto adicional de benefícios, por via da menor carga fiscal, por via de pagarem menos IRS, por via de pagarem menos IVA, por via de pagarem menos num conjunto de outros impostos, e de terem uma remuneração complementar adicional, que é exclusiva dos funcionários da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho, faça o favor.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há medidas simples que, indirectamente, aumentam os rendimentos das famílias. É o caso de medidas concretas para aumentar a utilização dos transportes públicos, mas é

preciso uma rede de transportes colectivos melhorada e expandida, é preciso que os horários e os trajectos sejam discutidos com as populações e, sobretudo, é necessário preços de bilhetes mais reduzidos.

Nós propomos a introdução dos passes sociais.

Vejamos os preços: na Terceira, quem mora nos Biscoitos e tenha de se deslocar a Angra para trabalhar gasta, por mês, à volta de 103€ e estou a considerar apenas 20 dias; em São Miguel, um passe mensal Ribeira Grande/Ponta Delgada, para 52 viagens, custa 80 euros; como comparação, o passe social que cobre as zonas, no continente, de Lisboa/Montijo/Alcochete, custa apenas 68 euros e 20 cêntimos por mês.

Para quando, pergunto eu, a implementação de passes sociais na Região?

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós, na apresentação do Programa do Governo, dissemos que em matéria de transportes colectivos de passageiros esta Legislatura iria ter grandes alterações, ao nível de itinerários, tarifários e horários.

Também dissemos que os transportes colectivos de passageiros nos Açores são oito subsistemas e cada um com as suas situações de dificuldade e complexidade, numa Região em que há pouca população, em algumas ilhas, a utilizar esses transportes e mesmo assim as empresas têm de os manter.

O Governo fez um grande esforço ao longo das duas últimas Legislaturas, desde 2001 concretamente, no apoio à renovação da frota dos transportes colectivos de passageiros. Já foram mais de 13 milhões de euros investidos pelas empresas, com apoio através do Programa SIRIART, naturalmente para promover esse tipo de transporte em matéria de segurança, mas também até em matéria de atracção a esse tipo de transporte colectivo de passageiros.

Foi também subsidiado e apoiado o novo sistema de bilhetes que está sendo utilizado nesses transportes.

Avançámos para o transporte nocturno, nomeadamente na ilha de São Miguel, para dar maiores condições à população empregada em grandes superfícies comerciais e em outras zonas que careciam já desse tipo de transporte, para que o emprego ficasse também mais barato, porque antes era difícil a pessoas que viviam, por exemplo, na Lagoa, nas Capelas, na Ribeira Grande poderem ter esse tipo de mobilidade. Alargámos também o transporte aos fins-de-semana em algumas ilhas como em São Miguel, na Terceira, até na Graciosa e no Faial e fizemo-lo na óptica de, progressivamente, podermos apoiar as empresas de transportes colectivos – que são empresas privadas – no âmbito da sua actividade, para que se pudesse ter, também, nos Açores, um transporte colectivo com maior qualidade e maior capacidade de oferta dessas transportadoras.

O Programa do Governo reconhece, efectivamente, que é preciso, nesta Legislatura, dar agora um novo passo em matéria de itinerários, de tarifários e de horários para adaptação de novas exigências que se põem nos Açores; mas é preciso também nunca esquecer que nós estamos a falar de oito subsistemas, cada um com a sua complexidade, e estamos a falar da lei da oferta e da procura, porque estamos dentro de uma actividade privada que, naturalmente, tem também critérios de mercado, que se rege por critérios de mercado.

Ao Governo Regional cabe-lhe este papel de regulação dentro das suas atribuições e competências, para que esse transporte colectivo de passageiros nos Açores seja cada vez mais ajustado às necessidades de conforto, de segurança e também à necessidade da própria redução dos níveis de emissão de CO₂ para a atmosfera. Nesse ponto, faço só notar que a nova frota de transporte colectivo de passageiros nos Açores correspondeu a uma diminuição de monóxido de carbono para a atmosfera dos Açores em 7 vezes relativamente àquilo que acontecia, sob o ponto de vista dessa redução para a atmosfera em termos de taxa de emissão de monóxido de carbono.

Nós temos aqui um sistema complexo que, por um lado, está preocupado com o melhor serviço, mas tem preocupações também de eficiência energética e ambiental e isso, efectivamente, tem sido conseguido, para além da questão da factura energética

da Região ganhar porque, com autocarros que gastam menos combustível, a factura energética da Região e também as próprias empresas acabam por ter uma poupança. Por isso, este é o sistema que o Governo Regional tem estruturado, havendo essa noção de, sabendo-se o que é que havia, melhorou-se, numa primeira fase, a questão da frota e está-se avançando, agora, para uma nova promoção desse transporte colectivo de passageiros com novos itinerários, novos tarifários e novos horários. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós já estamos na parte final daquilo que podemos apelidar de “Alto da Barca do Purgatório”, onde Vs. Exas. se arrastaram desde o início deste debate.

Deputado António Gonçalves (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A credibilidade das vossas palavras, com as promessas que aqui fizeram hoje, é idêntica à credibilidade das palavras do Sr. Presidente do Governo quando, em Outubro, disse que a crise passava ao lado dos Açores graças ao Governo do Partido Socialista.

O que é certo é que, passados 15 dias, e depois do PSD dizer que a crise estava aí, afinal havia uma crisezinha; depois havia uma crise que era maior e a que era preciso acudir; e depois já era preciso reunir com as câmaras de comércio, para encontrar as medidas de combate à crise; hoje, estamos aqui a discutir as medidas de combate à crise deste Governo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): *E hoje temos as medidas certas.*

O Orador: Mas a vossa credibilidade relativamente ao passado de “não haver crise, de haver uma crisezinha e agora sim, haver crise”, a vossa credibilidade junto dos açorianos e das empresas dos Açores é rigorosamente nenhuma.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado.

O Orador: Os açorianos dispensavam perfeitamente esse teatro, o teatro ensaiado há dois dias, para o qual nós também fomos convocados mas, depois, rapidamente desconvocados. O que é certo é que, dispensando perfeitamente esse teatro, os

açorianos preferiam muito mais ter o seu rendimento, o rendimento das famílias, do que estarmos nós aqui, e Vs. Exas. a fazerem essas perguntas ensaiadas.

Os açorianos preferiam muito mais que o rendimento que, por via dos impostos não fica nas famílias, ficasse nas famílias. Que, em vez de engordar os bolsos do Governo, ficasse para a manutenção do rendimento das famílias.

Deputado José San-Bento (PS): *O que está a dizer é uma barbaridade.*

O Orador: O que é certo é que quando as empresas não têm clientes, quando as empresas não vendem, quando as empresas têm dificuldades porque os seus clientes não têm o rendimento disponível, Vs. Exas. não introduzem medidas que até seriam fáceis e estavam ao vosso alcance, de aumentar o rendimento disponível das famílias, mas dizem “não, as empresas endividem-se mais um pouco. Têm dificuldades? Vão à banca e endividem-se mais um pouco”. O problema das empresas e dos empresários é terem clientes e clientes com bom rendimento disponível, para que o consumo possa aumentar. Vs. Exas. não perceberam isso.

Presidente: Agradecia que concluísse, o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, termino já.

Cinjo-me simplesmente a duas perguntas.

A primeira é se Vs. Exas. acreditam naquilo que dizem.

A segunda é: porque não utilizam a prerrogativa da Lei das Finanças Regionais, no sentido de aumentar a redução do IRS para as famílias, dos actuais 20% para 30%, que é aquilo que a Lei das Finanças Regionais permite?

Dessa maneira, é que se aumenta o rendimento das famílias. Dessa maneira, é que, em vez de se engordar os bolsos do Governo, se mantém o dinheiro nos bolsos das famílias, que tanto precisam. Os empresários precisam também de famílias com maior rendimento.

Essa, sim, seria uma excelente medida de combate à crise.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Ninguém defende isso, nem os Estados Unidos da América defendem isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o conteúdo da pergunta, ou a falta de conteúdo e de matéria, também não permite, por maior que seja a criatividade, uma resposta que não seja muito rápida.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa não foi ensaiada.

O Orador: Sr. Deputado, V.^a Ex.^a está a solicitar que o Governo Regional tivesse a capacidade de previsão que o governo dos Estados Unidos não teve, que nenhum governo da Europa teve; mas pronto, os governos ainda são governos; mas que o Banco Mundial não teve, nenhuma reserva federal e internacional teve, que nenhum economista no mundo teve, e que a líder do seu partido também não teve.

Deputado António Marinho (PSD): Aí é que se engana!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estava o Sr. Presidente do Governo em Santa Maria a dizer que não havia crise e nós em Ponta Delgada a dizermos que havia crise.

O Orador: Eu vou citar apenas – e o Sr. Deputado António Marinho é testemunha, porque estava presente, ainda a semana passada na reunião que o Governo teve sobre a elaboração do Plano com o vosso partido – a actual líder do seu partido, que disse efectivamente isto: “há poucos meses”, estou a citá-la, “ninguém diria que as coisas estavam como hoje”.

Portanto, V.^a Ex.^a o que está a exigir vem contrariar, exactamente, aquilo que a líder do seu partido disse ainda na semana passada.

Deputado António Marinho (PSD): Não é nada disso. Quero é que haja medidas.

O Orador: E mais do que isso: como volto a referir, tirando as previsões da Coreia do Norte, não há nenhum país no mundo ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estou a falar em Outubro. Já toda a gente via a crise através da televisão.

O Orador: ...não há nenhuma instituição financeira internacional, não há ninguém neste globo que, há quatro ou cinco meses, tenha previsto a situação internacional que hoje acontece.

O que V.^a Ex.^a está a criticar e a exigir ao Governo é aquilo que ninguém no planeta Terra – nos outros planetas não sei, mas no planeta Terra – conseguiu prever. Se é

esse o seu nível de exigência, estamos falados. Se é essa a sua credibilidade, estamos conversados.

Por isso mesmo, a resposta à sua pergunta deve terminar por aqui, porque não significa mais nada.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

O rendimento das famílias e o consumo privado é, de facto, uma das metas que deve ser preocupação não só do Governo, mas também de todos os partidos com responsabilidades na Região Autónoma dos Açores, de forma a que, de uma forma eficaz, de uma forma directa e de uma forma imediata, se consiga combater também aquilo que preocupa mais as famílias, que é a situação precária em que hoje em dia se encontram, devido à tal conjuntura internacional e nacional, para que, de facto, possa de certa forma ser aliviado o seu rendimento, estando elas já tão sufocadas no seu dia-a-dia, com tantos acréscimos de responsabilidades e com tanto acréscimo de despesa.

Nós sabemos que já vigoram há algum tempo medidas estruturais, como por exemplo a redução do IRS. Aqui, o CDS/PP congratula-se com os reajustamentos que foram feitos nas taxas de retenção a nível nacional; aqui nós dizemos que, nitidamente, isso é património do CDS/PP; ficamos portanto contentes que finalmente o Governo do Partido Socialista tenha tomado essa decisão de rever as taxas de retenção do IRS. Aqui a nível Açores também essas taxas foram reduzidas dentro daquilo que é permitido pela Lei de Finanças Regionais, até ao limite de 30% em alguns escalões. Em 2000, claro que o CDS propôs a redução em todos os escalões, mas pelo menos fez-se alguma coisa em relação a esta situação.

Em relação ao IVA também há já aqui uma medida estrutural, de diferenciação e de diminuição, acompanhando aquilo que se passou a nível nacional.

Chamo a atenção que a nível de complementos de pensão e de rendimento, também já estão no terreno medidas, para as quais o CDS deu um forte contributo na altura.

Só que, nesta situação de crise e degradação do rendimento das famílias ocorre, também por via inflacionária que, como nós sabemos, é composta pelo aumento dos custos dos bens e serviços, e por via do congelamento ou redução real dos rendimentos, a redução do poder de compra.

A questão que aqui se põe é: que medidas temporárias ou permanentes irá o Governo Regional implementar, para evitar ou inverter a degradação do poder de compra das famílias?

A nível fiscal fez alguma coisa, a nível social penso que poderá fazer um bocado mais.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, para responder, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, e correspondendo à sua preocupação, Sr. Deputado, de assumir aqui uma coisa com toda a clareza e objectividade, e repito aquilo que já dissemos durante este debate. Que fique muito claro: o nosso desafio, o grande desafio de 2009 para os Açores, é manter o nível de emprego; é que a crise de centenas e centenas de milhares de despedimentos que, quase diariamente, acontecem no mundo inteiro não cheguem aos Açores.

É para isso que devemos canalizar a nossa energia, é para isso que devemos centrar a nossa estratégia, é isso que vamos definir como prioridade.

Porque, conseguindo vencer este enorme desafio, asseguro-lhe uma coisa com toda a plenitude – e estaremos aqui daqui a um ano, para o provar –, o rendimento disponível das famílias açorianas, o seu poder de compra, o seu rendimento efectivo, a sua capacidade de consumo, se nós conseguirmos vencer o desafio do emprego, irá crescer e de forma significativa, em 2009.

É essa a nossa garantia, é esse o nosso objectivo, é essa a nossa estratégia e, por isso, estaremos aqui para comprovar que vencemos este enorme e difícil desafio.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

É evidente que, do ponto de vista daquela que é a conjuntura macroeconómica, com a diminuição das taxas de juro, diminuição do preço dos combustíveis e, também, uma certa regulação da inflação, nós temos uma conjuntura que irá permitir a manutenção do rendimento disponível das famílias *per se*.

A questão que eu coloco, o que me preocupa, é que nos últimos dois anos observámos uma tensão muito forte em relação ao rendimento das famílias. Essa tensão, essa situação crítica em relação ao rendimento das famílias, obrigou as famílias a reagir de uma forma que penso que todos nós, aqui neste hemiciclo, podemos comprovar: foi através do aumento do endividamento.

A questão que lhe coloco é uma questão muito específica: o que pensa o Governo fazer em relação ao combate ao endividamento das famílias? Que medidas concretas pensa tomar em relação às famílias que estão excessivamente endividadas?

Sem esperar que a melhoria da conjuntura resolva o problema por si só, porque a melhoria da conjuntura irá resolver o problema de forma marginal, na medida em que o aumento do rendimento disponível será marginal.

O que eu lhe peço é que focalize a atenção nessas famílias que estão excessivamente endividadas e me diga: o que pensa o Governo fazer para inverter essa situação?

Portanto, a questão é muito precisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito clara, Sr. Deputado, o rendimento disponível das famílias açorianas, de acordo com os dados publicados pelo Eurostat, convergiu para a média nacional e cresceu de forma efectiva ao longo dos últimos anos. Portanto, as famílias açorianas tiveram o seu rendimento com um nível de crescimento superior, de acordo com todas as formas de contabilização, àquilo que aconteceu no resto do país. É,

efectivamente, um património do desenvolvimento recente da economia e da coesão social da Região, o efectivo aumento do rendimento disponível das famílias.

Efectivamente, como referimos e dissemos já ao longo deste debate, entre 2006 e 2008 o aumento das taxas de juro representou um aumento dos encargos para quem tinha uma situação de empréstimos bancários.

Mas, da mesma maneira que isso foi uma realidade no passado, neste momento é uma oportunidade de aumentar, de forma significativa, o rendimento dessas famílias que foram penalizadas no passado porque, como sabe, a taxa de juro está a baixar de forma muito significativa. Nomeadamente nos empréstimos à habitação, que são contratualizados a médio/longo prazo, não há variação do *spread*, ou seja, a baixa do indexante, que está a menos de metade do que era por exemplo há 4 meses, é total benefício das famílias.

Em contas tão simples quanto estas, que são publicadas diariamente, as famílias estão a ter um rendimento líquido mensal, com a estrutura média do empréstimo bancário, na ordem de mais 150, 170 ou 200 euros por mês. Ou seja, uma família que tenha tido um empréstimo para habitação, quando houver esta revisão – que poderá ser trimestral ou semestral, consoante a contratualização da taxa ou do período de amortização do empréstimo – terá um aumento mensal do seu rendimento líquido da ordem dos 150 ou 200 euros por mês.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso já sabemos!

O Orador: Muito bem, sabemos. E o que queremos dizer é que não é só isto. O Governo Regional, para além do conjunto de medidas de apoio ao rendimento que foram aqui identificadas de redução fiscal, operacionalizou em 2008 uma equipa interdepartamental que, com excelentes resultados, está a apoiar individualmente cada família que tem problemas de excesso de endividamento bancário.

Apoiando na negociação com as instituições financeiras para a reestruturação do seu endividamento, criando condições para que as prestações correspondam a uma taxa de esforço compatível com o cumprimento dessas obrigações. Isso tem dado resultados excelentes.

Mas, mais do que isso, efectivamente houve aqui este período – que foi intenso – de crescimento das taxas, que penalizou particularmente algumas famílias que durante

este período se colocaram em situação de incumprimento dos seus compromissos bancários, particularmente quanto à aquisição de habitação. Nesse contexto, nós, através desta política activa que vamos fazer na área da habitação, vamos criar condições para que essas famílias, que demonstrem que não têm ou não tiveram no passado condições, face ao seu rendimento, para pagar e cumprir integralmente o seu nível de prestações e compromissos com a banca, o possam fazer de uma forma mais suave, ajustando a sua taxa de esforço ao seu nível de rendimento. Quer promovendo a renegociação e apoiando por essa via, quer criando condições de incrementar o mercado do arrendamento urbano, de forma periódica e conjuntural, para que as famílias possam restabelecer o seu equilíbrio financeiro, voltem a cumprir os seus compromissos com a banca e voltem a executar os seus planos de aquisição de habitação.

É uma preocupação que nós temos, faz parte da nossa estratégia de intervenção no mercado de habitação e iremos, com certeza, de acordo também com a sua preocupação, corresponder a essa necessidade e também por essa via reforçar, em 2009, o rendimento disponível das famílias açorianas.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por reafirmar – já o disse hoje, mas penso que não deixa de ser importante – que demos a nossa concordância relativamente à globalidade das medidas apresentadas pelo Governo, apesar de afirmarmos que elas são insuficientes e pecam por tardias.

A questão de outro dia tem a ver com o seguinte: digamos que as previsões do Banco Mundial merecem tanto respeito e tanta credibilidade como as do Governador do Banco de Portugal, ou melhor: nenhuma (quanto ao Governador do Banco de Portugal, enfim, ainda não percebi muito bem, sequer, o que é ele continua a fazer naquele cargo).

A questão é esta: competia, nomeadamente aos governos, saber ler os sinais. Porque nesta coisa da recessão há sinais, não é porque um dia chega o Governador do Banco de Portugal ao espaço público e diz: “entrámos em recessão”, que esses sinais não

deviam ter sido lidos. Aliás, toda a gente sabia que estávamos em recessão menos o Governador do Banco de Portugal e o Sr. Eng.º Pinto de Sousa que, pelos vistos, também não sabia.

Mas sim senhor, as medidas são globalmente positivas e, relativamente à questão do rendimento das famílias e do consumo privado, gostaria de dizer o seguinte: é claro que, por via da descida das taxas de juro e até da estabilização dos preços dos combustíveis, veio um conjunto de factores – que não dependem de medidas quer do Governo da República quer do Governo Regional, dependem das condições macroeconómicas – que aumenta o rendimento disponível das famílias, é evidente.

Importa, no entanto, saber quais são as medidas que o Governo Regional tenciona implementar, para além das questões ligadas à habitação. Quanto a estas eu tenho algumas dúvidas, se beneficiarão mais o mercado imobiliário do que propriamente as famílias; os açorianos dirão, a mim dá-me ideia que beneficiam mais o mercado imobiliário do que propriamente as famílias.

Eu gostaria de dizer o seguinte: em termos das políticas salariais, no conjunto do país mas aqui na Região também, são aquilo que são, a economia regional tem-se baseado muito em políticas salariais baixas e de trabalho indiferenciado – aliás, basta olhar para o perfil da população activa.

Importava aqui saber, da parte do Governo Regional, se de facto há alguma disponibilidade para alterar estas políticas salariais mas, também, as da fiscalidade.

Assim, gostaria de saber: que medidas pretende o Governo pôr activamente em prática no sentido da melhoria directa e imediata do rendimento disponível, do combate ao sobreendividamento e de estímulo ao consumo por parte das famílias? Nomeadamente: pensa aumentar, para além do já anunciado, a remuneração complementar, o complemento de pensão e baixar a taxa do IRS?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para responder o Sr. Vice-Presidente, faça o favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu tenho muita consideração pelas questões que colocou, agora, percebo que esteja a ler uma pergunta que tenha sido previamente formulada a este

debate. Mas a verdade é que nós já respondemos integralmente a essas questões, Sr. Deputado. Já respondemos ponto por ponto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se vamos por aí... O Sr. Vice-Presidente respondeu, relativamente à pergunta de outro Deputado, mas não fique integralmente esclarecido.

(Apartes inaudíveis de deputados das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Vice-Presidente responder.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu depois não posso falar.

Presidente: Não, não pode, já falou.

O Orador: Sr. Deputado, nós já respondemos integralmente às suas perguntas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não respondeu, porque se tivesse respondido eu não tinha reformulado a pergunta.

O Orador: Eu percebo que tenha feito uma pergunta por escrito, antes deste debate, mas como compreende e por respeito por esta casa, todas as perguntas que colocou de forma escrita já foram devidamente respondidas e debatidas aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foram. Mas eu não posso falar.

Presidente: Não havendo mais nenhuma pergunta do Partido Socialista relativamente ao Objecto 3, passamos para o Objecto 4, Medidas de Estímulo à Despesa Pública de Investimento.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra,

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que, infelizmente, alguns Deputados não tiveram tempo para se preparar para isto, por aquilo que percebi, ou não se prepararam mesmo.

Porque o que foi afirmado atrás em relação à questão da diminuição de impostos é reconhecido pela maior parte dos países do mundo como um erro. Aliás, se tivessem lido uma carta de um economista reputado chamado Paul Krugman ao actual Presidente dos Estados Unidos, tinham percebido o que é que ele diz sobre a redução de impostos. E o que diz é que a redução de impostos é um erro. Porque o que

potencia é a poupança, o que potencia é o abatimento de dívidas e o que não potencia é o investimento, nem em termo reprodutivo nem no consumo. Outra coisa que diz é que baixar os impostos, para além de ter esses efeitos nas famílias, desfalca e fragiliza as finanças públicas do país. E essas finanças públicas, que já por si só têm grandes dificuldades devido à redução normal da receita que existe, fruto de diminuição da actividade económica, têm grande dificuldade em conseguir acudir àquilo que verdadeiramente é necessário.

Aí chegamos à necessidade que temos de aumentar a despesa de investimento, aumentar o investimento público reprodutivo. Este investimento público reprodutivo cria emprego. Este investimento público reprodutivo tem externalidades positivas que criam emprego e criam riqueza.

Portanto, eu queria saudar o Governo Regional dos Açores pelo facto de ter anunciado que iria aumentar em cerca de 10% o seu investimento público e interrogar – e esta é uma questão sobre a qual nós todos temos de nos interrogar – como é possível, apesar das contingências que nós temos, conseguir aumentar em 10% o investimento público reprodutivo?

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, para responder, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, Sr. Deputado, é uma boa notícia, na actual conjuntura internacional, onde a generalidade dos países tem uma redução efectiva da sua capacidade de investimento público, onde todos os países da Zona Euro reviram, em baixa, as suas contas públicas, onde todos os países da Zona Euro tiveram necessariamente de reduzir as suas projecções de crescimento económico, entrando praticamente todos numa situação de estagnação ou de recessão, nos Açores nós termos a capacidade de conjugar o equilíbrio e a estabilidade das finanças públicas regionais com o aumento do investimento público em 10%.

A solução para esta questão, e respondendo à sua pergunta, tem duas palavras: estabilidade e sustentabilidade da estrutura de financiamento da Região.

Nós conseguimos, quer por via da Lei de Finanças das Regiões Autónomas dos Açores, quer por via da negociação do actual Quadro Comunitário de Apoio, quer por via de uma capacidade de obtenção de receitas próprias significativas, que tiveram nos últimos anos um crescimento muito significativo, apresentar em 2009 – quando todos os países da Europa se vêm obrigados a rever em baixa as suas contas públicas, a aumentar os seus défices e a reduzir as suas projecções de crescimento – nos Açores um aumento do investimento público de 10%. Com grande rigor mas porque, como disse a princípio e para concluir, a estrutura financeira da Região e a situação financeira da Região, conforme foi recentemente comprovado por agências internacionais de notação, que mantiveram estável, ao contrário do resto da Europa, a classificação da estrutura financeira da Região, como disse, nós conseguimos, ao longo destes anos de governação socialista e ao contrário do que nos deixou a governação do PSD, constituir como património da Região duas palavras: sustentabilidade e equilíbrio das finanças públicas regionais.

Sobre este equilíbrio que, no passado, era para alguns senhores desta bancada motivo para nos criticar e até para nos gozar, aqui está a resposta: é esta sustentabilidade e este equilíbrio que nos permitem ter condições financeiras boas para enfrentarmos com uma capacidade superior ao resto do país esta crise internacional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Por isso ela chegou mais tarde aos Açores, por isso ela irá sair muito mais cedo dos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não sei se o Sr. Deputado Francisco César quer pedir esclarecimentos. Não querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No quarto ponto, nas Medidas de Estímulo à Despesa Pública Regional, o Governo deliberou autorizar a adjudicação e a abertura de concurso de uma série de obras pelas várias ilhas dos Açores.

Nalgumas ilhas, de facto, vai dar-se início a obras importantes e com capacidade real de relançar a economia nessas ilhas e de potenciar, de forma positiva obviamente, e alavancar essas economias que, nesta altura e nesta conjuntura, estão muito fragilizadas.

Presumimos que o objectivo seja, de facto, esse: injectar investimento nestas pequenas economias, que dele bem necessitadas estão.

No caso da Ilha do Pico, infelizmente, poder-se-ia ter ido muito mais longe. Há, de facto, aqui elencadas três ou quatro obras, mas são obras de pouca monta, de pouca importância e, estou convencido, não vão ter os resultados almejados por este Governo. Há aqui uma referência a alguns troços de caminhos, há uma referência ao Laboratório Regional Enologia, há uma referência à segunda fase do Quartel dos Bombeiros de São Roque do Pico.

E a pergunta é esta, não sei exactamente dirigida a quem:

Porque não aproveitar este programa e, de facto, adjudicar obras com real impacto na economia do Pico? Por exemplo, aquelas que estão em carteira já desde a anterior legislatura, como são o porto de São Roque, o porto da Madalena, eventualmente o Centro de Saúde da Madalena e, porque não, a Escola Preparatória e Secundária das Lajes do Pico, essas sim, obras com verdadeiro impacto na economia daquela ilha, ao contrário desta pobre lista que apresentam para o Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, V.^a Ex.^a confundiu completamente os conceitos de que estamos a falar. A sua intervenção faria todo o sentido se estivéssemos aqui a debater o Plano de Investimentos para 2009, se estivéssemos a debater o Orçamento para 2009. O senhor está a falar de um Comunicado do Conselho de Governo onde se decidiu adjudicar um conjunto muito significativo de investimentos, no valor de centenas de milhões de euros, que estavam disponíveis do ponto de vista processual para serem adjudicados a 16 de Janeiro.

O senhor não pode avaliar o investimento público em 2009 pelos investimentos que era possível começar a fazer a 16 de Janeiro.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Segunda-feira teremos a resposta às suas questões, aquando da entrega do Plano no Conselho Regional de Concertação e Estratégia; em Março teremos aqui o debate sobre todos os outros investimentos que, para além daqueles, vamos fazer em 2009 e, com certeza, no final de 2009, com a sua execução, teremos também respostas às suas perguntas.

Por isso, por favor, não confunda aquilo que são obras disponíveis para executar 15 dias depois do ano começar com o plano de investimentos de um ano, do qual ainda faltam mais de 330 dias de execução e de decisões de adjudicação.

Presidente: Tem a palavra, para colocar uma pergunta, o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos como positiva esta medida do aumento de 10% que o Governo anuncia no investimento da despesa pública.

Agora os Açores, sendo uma região arquipelágica, apresentam um desafio adicional ao investimento público para além, obviamente, da racionalidade que exigem. E, naturalmente, os efeitos multiplicadores normais não se fazem sentir, ou sentem-se apenas de uma forma residual, entre ilhas, e as repercussões de investimentos numa ilha não têm impacto significativo noutra ilha a curto e a médio prazo.

Além disso e por estarmos em época de crise, julgamos não ser a altura de avançar com investimentos que possam gerar alguma dúvida. E como o Sr. Vice-Presidente disse, é necessário garantir maior adequabilidade, utilidade, sustentabilidade e rigor – para usar as suas palavras – nos investimentos a propor.

Nessa medida, o que pretende o Governo Regional fazer, de forma a poder ter investimentos de impacto significativo em todas as ilhas, porque aí é que se pode garantir a sustentabilidade, como o Sr. Vice-Presidente também referiu na sua intervenção?

Nessa matéria, queria perguntar-lhe muito directamente, Sr. Vice-Presidente, se entre os investimentos previstos e aqueles que querem aumentar, o Governo irá reformular

investimentos maiores e obviamente mais dispendiosos numa ilha para reconverter os investimentos mais pequenos em várias ilhas, de forma a que o impacto desse investimento possa ser maior nessas ilhas mais pequenas?

Julgo que fui claro na minha questão.

Muito directamente, pergunto ao Sr. Vice-Presidente se o rigor e essa reformulação dos investimentos estão a ser considerados pelo Governo, de modo a, nas economias mais pequenas, se sentir mais o investimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, nós, efectivamente e num trabalho conjunto com as três Câmaras do Comércio e Indústria dos Açores, estamos a elaborar um trabalho e articulámos um conjunto de mecanismos que, do ponto de vista procedimental, irá assegurar a participação efectiva de todas as empresas de dimensão regional, todas as empresas regionais, nesta partilha de esforço de investimento, e podem participar na concretização destes investimentos.

Isto é, com certeza, a partir de segunda-feira e com a apresentação, no Conselho Regional de Concertação Estratégia como referi, do Plano de Investimentos para 2009 e das Orientações a Médio Prazo, terá condições de identificar precisamente esta conjugação de esforços, que fizemos de forma articulada com as Câmaras do Comércio dos Açores, no sentido de proteger as empresas açorianas, de reforçar a sua capacidade operativa e a sua competitividade de participar na execução do investimento público e, por essa via também, a sua solidez e a sua capacidade de intervenção na estrutura produtiva regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu falo do investimento, no seguimento do que aqui foi dito agora mesmo, sobre a questão da participação no investimento público de empresas privadas.

Deixem-me falar de um caso em que o investimento é o PIR, portanto um projecto de investimento regional, que é uma forma rápida, eficaz e simplificada que o Governo tem de promover o investimento. O exemplo é o mais recente hotel, o Hotel Marina Angra, de 5 estrelas, que vai ser construído proximamente, ou que já está a ser construído, que tem uma centena de quartos e 28 residências. Este é um investimento polémico, pelo local onde é construído e, sobretudo, pelo modelo de desenvolvimento subjacente.

Não seria desejável que o Governo apoiasse, fizesse investimento no turismo rural?

Eu pergunto também se este tipo de investimento não vai criar dificuldades na construção de pequenas unidades hoteleiras ou no desenvolvimento do turismo rural, que poderiam ser apoiados com o investimento que este hotel vai receber do Governo?

Quantas não serão feitas por causa deste investimento?

A minha pergunta também é esta: afinal, qual é o modelo de desenvolvimento para o turismo em que o Governo aposta? Será este apenas um investimento necessário para combater a crise?

Tenho dito. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Cascalho, em relação à sua pergunta, nós não temos, nos Açores, um sistema de intervenção na economia para uma análise casuística do mérito ou demérito dos projectos, nós temos um sistema de incentivos aprovado, nós temos regras que foram definidas por esta Assembleia, regras que foram definidas pelo Governo Regional, para a análise do mérito de cada um desses projectos. São regras objectivas que se prendem com juízos técnicos de viabilidade económica e de áreas de intervenção. E é de acordo com esses critérios, e não mediante uma decisão política, que esses projectos são analisados e são aprovados ou reprovados.

Em segundo lugar, eu devo dizer que compreendo a sua preocupação em relação ao turismo rural. Mas o turismo em espaço rural é um turismo que se situa nesse nicho e que tem tido, nos Açores, um crescimento extremamente significativo. Aliás, tivemos ainda, na última edição da bolsa de Turismo de Lisboa, exactamente consciência disso. E deve-se, segundo é reconhecido pelos próprios responsáveis das associações representativas dessa área, não só mas também ao quadro de incentivos que o Governo tem definido para esta matéria.

E, portanto, considerando ambas as suas preocupações e tendo em conta aquilo que é o quadro de funcionamento do sistema de incentivos, eu penso que a resposta está efectivamente dada.

Nós pretendemos manter o apoio ao turismo em espaço rural, pretendemos, da mesma forma que já está definida, não pôr em causa investimentos que se afigurem essenciais para o desenvolvimento das nossas ilhas, entre os quais este se, por estar de acordo e cumprir as regras e critérios que estão definidos, for efectivamente considerado como passível de apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em relação ao aumento da despesa pública de investimento que está prevista, que é cerca de 10%, eu considero que, vivendo-se na actual conjuntura económica, este esforço em relação ao aumento da despesa pública teria de ser evidentemente realizado.

O que me preocupa é a qualidade do investimento público.

Eu não vou precisar, não é o momento, mas considero que, em relação à qualidade do investimento público, todos temos de melhorar muito, quer o Governo Regional quer as autarquias.

Evidentemente, considero que a decisão política também faz parte do investimento público, obviamente que são critérios políticos que acabam por estar por detrás de alguns investimentos públicos, pelo que é necessário que estes critérios políticos tenham equidade e que sejam de facto absolutamente transparentes.

Mas eu quero fazer-lhe uma pergunta muito específica sobre esta preocupação: que mecanismos prevê o Governo melhorar ou criar para avaliar com rigor o investimento público que pensa realizar nesta fase expansiva?

É uma pergunta concreta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo muito objectivamente à sua pergunta, que também é objectiva, duas palavras para definir a nossa política de investimento público: sustentabilidade, no sentido em que um investimento que é feito não irá nunca criar encargos, no futuro, que não sejam compatíveis com a estrutura de despesa e de investimento do presente; e convergência, com as médias de produção e de rendimento nacionais e da União Europeia, ou seja, a efectiva reprodutividade, como alguns gostam de dizer, o efeito multiplicador desse investimento sobre a vida das pessoas e das empresas.

São estes os dois critérios para a nossa política de investimento: sustentabilidade do futuro e convergência com os rendimentos e a produção da Europa e do país como objectivo de resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a avaliação? Não fazem avaliação da despesa pública no Governo?

Presidente: Tem a palavra, para uma pergunta, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

É evidente que eu trago perguntas escritas e, em função das respostas que foram dadas ou não foram dadas – porque elas são ou não são dadas conforme a conveniência – procura-se fazer uma reformulação. Sobretudo, procura-se que algumas das questões que ficaram menos claras sejam clarificadas pelo Governo, aliás, o Governo se está aqui é exactamente para isso.

Mas estamos, enfim, a falar, não é de nenhum Plano, é apenas de uma Resolução do Conselho de Governo.

Gostava de dizer o seguinte: depois de anos a apregoar e a impor a ditadura liberal do mercado livre, do não-intervencionismo e da contenção da despesa pública, aliás roubando à velha Direita liberal a consigna do “menos Estado, melhor Estado”...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Essa não é de *sullrey*, é cassette.

O Orador: ...ficamos satisfeitos que agora venha dar, finalmente, razão ao PCP e a todos os que afirmaram – porque não é só o PCP, há mais – a irracionalidade e a falta de sustentabilidade desse modelo, aliás como se verificou recentemente com a falência dele.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E ainda se perfila, por exemplo na Coreia do Norte.

O Orador: Por isso, o anúncio público do aumento de 10% na despesa pública parece-nos um sinal positivo.

Deputado José San-Bento (*PS*): Tinha-se esquecido dessa parte!

O Orador: Não, estava era guardado para aqui.

No entanto, é preciso que esse esforço de investimento seja bem dirigido. Porque os milhões e milhões de investimentos públicos nos Açores nas últimas décadas, nomeadamente já sob tutela do Governo do Partido Socialista, têm-se esvaído. Ou melhor, eles não se esvaem, porque nós vemo-los por aí, não foram suficientes para criar almofadas à crise. E, afinal de contas, a crise não chegou.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Almofadas?

O Orador: É verdade, Sr. Secretário. Umas almofadinhas.

Portanto, é bom que este investimento público seja, de facto, bem direccionado, tenha efeito reprodutivo e previna a dependência externa e dos contextos internacionais.

Do que necessitamos é de um investimento que seja factor de real desenvolvimento da capacidade produtiva da Região e não apenas – e a minha dúvida subsiste – da melhoria da liquidez das instituições financeiras.

Importava, perante a volatilidade do sector do turismo, perante a crise internacional, reequacionar a desproporção de meios e investimentos que lhe são atribuídos e priorizar os sectores produtivos tradicionais, cujo peso na economia regional é significativo, quer queiramos quer não, e que importa valorizar, diferenciar, porque

só assim é que é possível. Não é pela dimensão, não é pela escala, será sempre pela diferenciação.

Assim julgo que seria importante que estes 10% de investimento público fossem, de facto, bem utilizados.

Perguntas não faço, porque posso correr o risco de não me responderem porque não convém, ou, então, de me remeterem para a discussão do Plano a Médio Prazo.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não se iniba, Sr. Deputado.

O Orador: É coisa que não tenho, é inibições.

(Risos da Câmara)

Presidente: Além disso, já terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminou o tempo? Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Fica o desabafo. De qualquer maneira, parece que querem responder e, portanto, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(* Presidente do Governo (*Carlos César*): Sr. Deputado, eu não desejo, em circunstância nenhuma, que o Sr. Deputado do PCP fique sem uma manifestação de consideração por parte do Governo Regional e não quero que saia molestando deste debate, ou prisioneiro das suas perguntas.

Assim, vou tentar dizer alguma coisa que seja também útil a todos e aos que nos ouvem em particular, aqui nesta casa mas também fora.

Desde logo o seguinte: evidentemente e como aqui foi salientado, a preocupação do Governo é centrar os seus recursos financeiros em investimentos que sejam reprodutivos, reprodutivos no plano económico, mas também reprodutivos no plano social e no plano cultural. A reprodutividade não é uma noção que se deva tornar exclusiva de considerações sobre a economia empresarial.

E, portanto, a construção de uma biblioteca em Angra é um investimento reprodutivo no plano cultural; a construção de uma escola é um investimento reprodutivo no plano formativo e de capacitação dos nossos recursos humanos; o apoio a uma empresa também o é, sobretudo se essa empresa tiver um papel fundamental no sistema e na nossa economia; a construção de uma infra-estrutura também o é.

Mas, então, nós temos de nos entender. Pelos vistos é quase tudo reprodutivo. Porque, quando nós chegamos às discussões do Plano e do Orçamento, o Sr. Deputado quer um porto, outro Sr. Deputado quer um caminho, outro Sr. Deputado quer uma escola, outro Sr. Deputado quer um polivalente, todos os Srs. Deputados apresentam propostas – e veremos que propostas, por exemplo, o Sr. Deputado do PPM apresentará para o Corvo – propostas que avaliam como sendo reprodutivas e enquadráveis na escassez ou na dimensão dos nossos recursos financeiros.

Portanto, nós temos a nossa visão daquilo que é prioritário fazer, daquilo que corresponde a uma utilização racional e adequada dos nossos recursos financeiros.

Sabemos que há coisas que é preciso fazer nos Açores que não podemos fazer já.

Sabemos que há coisas que talvez pudéssemos antecipar mas que agora não é conveniente, para acautelarmos essa situação intercalar de dificuldade e termos recursos, bolsas, capacidades disponíveis para acudir a qualquer agravamento imprevisto que surja, neste contexto que agora vivemos em termos internacionais e também nos Açores.

Aquilo que desejo que todos percebam é que o Governo tem um rumo, entende como indispensável que os nossos recursos financeiros sejam o melhor aplicados possível, procede a uma avaliação sistemática dos seus investimentos – aliás os documentos constam, a avaliação *ex-ante* dos investimentos do Governo, basta ler os nossos documentos.

É evidente que há investimentos que nós fizemos que não tiveram a reprodutividade adequada, outros que tiveram melhor desempenho, até, do que aquele que nós estimávamos, a vida política é assim, as opções que se vão tomando também são essas.

E, em boa verdade, quanto às propostas que vão sendo apresentadas à nossa consideração e que por vezes nós não votamos, algumas delas também não votamos porque achamos, justamente, que elas não têm essa prioridade em termos de reprodutividade e de consolidação do nosso desenvolvimento em termos sustentáveis. Sras. e Srs. Deputados, aquilo que eu gostava também de vos dizer é que o Governo deve fazer coisas que ainda não fez. Dizem às vezes “mas então, o Governo vai fazer

isto porque não fez”. Evidentemente. Porque é que o Governo havia de estar a fazer aquilo que já fez? É uma observação sem sentido por parte da oposição.

Além disso, se já estivesse tudo feito para que é que era preciso ter Governo? Nós temos justamente Governo porque a realidade suscita-nos novos desafios, desafia-nos com novos problemas e nós devemos ter a capacidade de dar novas respostas, de conceber novas medidas, de ter criatividade, de ter inovação, de revogar medidas que já tomámos, de rectificar percursos que estamos a assumir.

E, portanto, nada devemos estranhar no comportamento de um Governo que é capaz de se corrigir a si próprio.

O que seria terrível era se tivéssemos um Governo que considerasse que nada mais tinha a fazer do que o que já tinha feito, e que nada tinha para corrigir daquilo que já tinha feito nos Açores.

O que se evidencia hoje é que nós, perante uma situação de dificuldade, reagimos; perante uma situação de dificuldade, apontamos medidas.

Aquilo que se verifica hoje, também, é que alguns sectores da oposição, particularmente o PSD, acabam por ser uma reedição infeliz daquilo que mais penalizou o meu partido no passado. Nós, em 1985, quando dizíamos aquilo, se não tivéssemos dito aquilo não tínhamos levado mais 11 anos para chegar ao Governo, que é o tempo que o PSD provavelmente vai levar a chegar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo.)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, esgotámos o tempo global que tínhamos para as perguntas orais ao Governo, são igualmente 17 horas e 35 minutos, vamos fazer um intervalo de trinta minutos, regressamos às 18 horas e 5 minutos. Até já.

(Eram 17 horas e 35 minutos.)

Agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 05 minutos.)

Vamos iniciar os nossos trabalhos, vamos analisar o **Requerimento de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução para a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho proceder à Audição do Director da RTP-A**. Rege o artigo 146º, eu pedia ao apresentante, ou ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para justificar este Requerimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Conforme proposta feita por esta Assembleia em 2007, acabou sendo integrado no Estatuto da RTP S.A. o direito de audição das Assembleias Legislativas Regionais ao Director do Centro Regional daquela empresa. Direito esse que, mais recentemente, veio a ser consagrado como um direito de acompanhamento no nosso Estatuto Político-Administrativo, recentemente publicado.

A primeira audição efectuada por esta casa e que foi feita pela Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, ocorreu no dia 14 de Fevereiro de 2008, há sensivelmente um ano.

Por estarmos próximos de fazer um ano sobre essa última audição, pela importância e natureza da matéria em causa e também por recentes notícias vindas a público e por toda a actualidade das diligências que são propostas, entende o Partido Socialista que esta matéria – e até porque resulta de um acompanhamento vasto que tem sido feito ao longo dos últimos meses por esta casa – que este Parlamento está em condições de apreciar esta iniciativa e deliberar sobre ela na presente reunião.

Presidente: Muito bem. Estão abertas as inscrições para o Pedido de Urgência. Não havendo, creio que podemos pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao projecto de Resolução propriamente dito e eu pedia também ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o apresentar. Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Em finais de 2002, concretamente no mês de Dezembro desse ano, foram aprovadas as então designadas “Novas Opções para o Audiovisual”.

Mais tarde, a Proposta de Lei n.º 66/10 mereceu parecer negativo desta casa, em Julho de 2003, atendendo a um modelo de reestruturação do Serviço Público de Rádio e Televisão que aí se preconizava.

Ainda mais tarde, em 2006/2007, esta casa emitiu pareceres sobre o actual Regime do Audiovisual e, concretamente, sobre a actual Lei de Televisão e o Regime do Serviço Público de Rádio e Televisão no país, donde resultou, com a aplicação da Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, conforme já foi referenciado há pouco na apresentação do Pedido de Urgência, a consagração do direito de audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP S.A., por esta casa.

Esse direito de audição foi executado pela primeira vez em Fevereiro passado. Deste exercício e do relatório apresentado em plenário foi aprovada, em 21 de Fevereiro de 2008, a Resolução n.º 5/2008, com algumas recomendações relativamente a medidas a adoptar pela RTP S.A. e, mais tarde, em Maio de 2008, nova Resolução foi aprovada nesta casa, encarregando a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de verificar as condições do exercício das obrigações de Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores.

Do exercício desse mandato resultou um relatório apreciado também no plenário desta Assembleia e que data de 10 de Setembro de 2008.

Entretanto e conforme também referi há pouco, o Estatuto Político-Administrativo consagrou este direito de audição como um dos direitos de acompanhamento desta Assembleia.

Mais recentemente, como também referi há pouco de forma sintética, algumas notícias que têm vindo a público justificam não só o exercício deste direito de audição do Director Regional mas, no nosso entendimento, também a audição dos representantes dos trabalhadores daquele Centro Regional da RTP S.A.

Também outras notícias das quais temos conhecimento, relativamente ao modelo de financiamento do Serviço Público de Rádio e Televisão nesta Região, nos devem

preocupar, porque parece-nos que aqueles projectos que fizeram parte das propostas de 2002 há pouco referenciadas, nas “Novas Opções para o Audiovisual”, que pretendiam criar uma empresa regional para gerir a RTP nas Regiões Autónomas e concretamente na Região Autónoma dos Açores, poderão estar a ser ressuscitados, voltando o PSD atrás, a 2003, e invertendo uma posição que entretanto havia afirmado nos pareceres de 2007 e 2008.

Por tudo isto e no exercício do acompanhamento que esta casa tem vindo a efectuar da actividade do Centro Regional dos Açores da RTP S.A. são, na nossa perspectiva, importantes estas diligências com vista a se apurar o grau de concretização das medidas e das recomendações entretanto efectuadas e, para além disso, o grau de execução das obrigações de Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Veremos se este espírito se mantém por outras oportunidades.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma intervenção.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge, no ano de 2008 foram tomadas algumas iniciativas, a primeira logo em Janeiro na audição do Sr. Director da RTP Açores, na CAPAT; depois foi aprovada nesta casa uma Resolução do Partido Socialista e depois, em Maio, uma Resolução do CDS/PP em que, já na altura, mostrávamos as preocupações que tínhamos com a qualidade do serviço da RTP e da RDP, agora em relação à empresa nos Açores.

E o que se verifica, infelizmente, é que passado um ano estamos na mesma. Passado um ano sobre a audição do Sr. Director e sobre aquilo que ele disse, em resposta ao Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, logo no ponto 1: “É urgente a reestruturação do Centro Regional e a resolução do problema dos correspondentes de ilha”. Passado um ano, continua a coisa mais ou menos na mesma.

Dizia até que a Ilha do Pico passaria, em Setembro do ano passado, a ter um segundo repórter residente. Hoje não tem nenhum. Ou seja: em relação ao ano passado, a situação piorou.

Hoje temos, na Terceira, na rádio por exemplo, apenas um jornalista no quadro – apenas um jornalista para a Ilha Terceira no quadro. Se queremos dar uma conferência de imprensa à tarde, não temos jornalista, não temos rádio.

Outro problema que nós levantámos e que também está aqui referenciado foi a fusão das duas redacções, perdendo-se obviamente o critério e a independência editorial de cada uma delas. Hoje em dia o que acontece? Continuamos na mesma ou pior.

Portanto, dois em um, ou três em um, eu conheço uns sabões, assim umas coisas que são dois em um, uns champôs que são três em um, agora jornalistas dois em um e três em um, eu julgo que não é benéfico – o quatro em um eu ainda não conheço, mas hei-de fazer um esforço – não é benéfico para a pluralidade da informação, para a diversidade da informação, haver critérios editoriais iguais e perder-se a independência editorial quer da RDP quer da RTP.

Falámos também nas instalações da Rádio e da Televisão dos Açores. Na altura, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Dr. Guilherme Costa, dizia à nossa Comissão, quando fomos a Lisboa, que a primeira das preocupações eram os repórteres de ilha. Portanto, o Conselho de Administração em Lisboa também sabe disto. A segunda das preocupações era sobre as instalações, que ele próprio reconhecia como não sendo dignas e adequadas para os profissionais e, obviamente, para a dignidade da casa.

Mas o Sr. Dr. Guilherme Costa também se mostrou surpreendido por aquilo que nós lhe dissemos e por desconhecer as informações que nós lhe levámos. Ao fim de um ano, o Sr. Dr. Guilherme Costa naturalmente tem conhecimento daquilo que nós lhe dissemos ou, então, comeu muito queijo – talvez do Pico, porque o Pico este ano continua sem repórter nenhum.

Portanto, ele dizia que não se tinha de esperar seis meses para resolver qualquer desses assuntos e que, se fosse preciso, o Conselho de Administração tomaria em suas mãos esses desideratos.

Passamos por aí fora e o Sr. Dr. dizia também que teria de se avaliar e que seria executado, durante o orçamento de 2009 – que acho que já foi aprovado – se se faria uma grande sede nos Açores em Ponta Delgada, se se faria melhoramentos na Terceira, melhoramentos no Faial, e por aí fora.

Também assinalámos – de forma enfática, aliás – a deficiente cobertura do Parlamento. Eu pergunto: o que é que mudou passado um ano? Estamos melhor do que há um ano ou não estamos?

Portanto, justifica-se plenamente esta nova audição do Sr. Director, para podermos enfim fazer o saldo entre o dever e o haver e entre aquilo que eram as intenções do Sr. Director – eu já nem vou falar na grelha de programas da RTP e da RDP.

Preocupa-me a situação da informação; os repórteres de ilha – porque a situação, que eu saiba, de alguns contratados continua na mesma, não se deu um único passo, ou seja, regrediu-se nessa matéria. E, portanto, esta casa, no exercício dos seus deveres, faz bem e deve, num primeiro passo, ouvir novamente o Sr. Director e até nem digo que se esgote aí.

A nossa conclusão de há um ano, a conclusão da CAPAT, era que se considerava insatisfatória a forma como estão a ser exercidas as obrigações do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores. Portanto, nota insuficiente para isso.

Mas o Sr. Director da RTP e RDP Açores o ano passado falava da falta de pessoal. Em 28 de Janeiro quais eram os problemas do Sr. Director referia? Enfim, diz que tem uma equipa de trabalho espalhada pelas nove ilhas dos Açores. Não conheço. E diz o Sr. Director que são reconhecidas limitações de meios, que estão a ser progressivamente ultrapassadas – o progressivo, aqui, para o Sr. Director deve ter um significado de lento ou nulo – e que dificultam a execução de um projecto de melhorização da Rádio e Televisão públicas na Região. Temos falta de recursos humanos, limitações técnicas e financeiras. Era o que ele dizia há exactamente um ano.

Eu esperava que esta audição que nós, naturalmente, iríamos fazer, fosse para satisfação de todos nós, para satisfação dos açorianos, para satisfação do Sr. Director, que tivéssemos evoluído alguma coisa naquilo que eram as deficiências de há um ano. Infelizmente involuímos – ou seja, estamos pior do que estávamos há um ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para uma intervenção.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A audição em causa decorre da lei, como foi de resto aqui referido. Por outro lado também, em termos de tempo estamos, como é público, a viver um período conturbado da Rádio e Televisão dos Açores, quer em termos do financiamento, conforme vem sendo conhecido ao longo dos últimos tempos; quer em termos do conjunto de convulsões internas que este serviço público tem sofrido nos últimos tempos, conforme tem sido público; quer em termos, também, das próprias condições precárias em que vem sendo exercido, quer em termos humanos, quer em termos de equipamentos, quer em termos das próprias instalações.

Obviamente que todas estas dificuldades prejudicam um serviço público com a importância da Rádio e da Televisão na nossa Região. É uma importância histórica mas, sobretudo, é uma importância social, tendo em conta o impacto que tem nas nossas populações.

Considerando, assim, por um lado, a importância deste serviço público e, por outro lado, as dificuldades, obviamente que o PSD irá votar a favor, entendendo também que é claramente despropositada a referência negativa que foi feita ao PSD por parte do Partido Socialista, que não nos parece, sequer, que faça qualquer sentido neste âmbito. Mas já estamos a ficar habituados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo não conseguem abrir a boca, uma vez que seja, sem ser para falar do PSD assumindo assim, claramente, o seu estatuto de oposição permanente ao PSD – isto é, antecipando o tempo que sentem que há-de vir.

Por tudo isto, o PSD, e também porque decorre da lei, conforme referi, irá votar a favor, esperando que esta audição seja ela própria mais um contributo para que este Parlamento, respeitando de resto as suas competências, também promova um melhor serviço público de Rádio e Televisão do que aquele que, nos últimos tempos, tem sido prestado aos açorianos.

Presidente: Muito bem.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, o Bloco de Esquerda considera que este Requerimento de Urgência, no sentido de esta casa fazer uma audição ao Director e também aos representantes dos trabalhadores do Centro Regional dos Açores da RTP S.A., não poderia ter maior oportunidade. Atrevemo-nos mesmo a dizer que, mais do que urgente, ele configura-se-nos urgentíssimo. E urgentíssimo, para nós, por duas ordens de razões, umas há muito tempo conhecidas, outras mais recentes mas, do nosso ponto de vista, não menos graves; quer umas quer outras, as mais antigas e as mais recentes, geradoras de uma profunda instabilidade e de uma legítima apreensão dos seus profissionais e sendo, sobretudo, factores descredibilizadores do serviço público que esta empresa tem de prestar, porque é exactamente a sua razão de ser, é esse serviço público. E que lançam, finalmente, uma suspeita generalizada sobre um serviço que deveria ser exemplo de isenção, de pluralismo e de qualidade.

Estamos a falar de circunstâncias ou de factores que todos conhecemos sobejamente. Falamos, por exemplo, de um centralismo paralisante do Conselho de Administração, que agora até, enfim, adjectiva o Centro Regional dos Açores como uma estrutura periférica; estamos a falar do desrespeito da tutela; estamos a falar da indiferença pelas especificidades deste Centro Regional que decorrem das especificidades desta Região, da Região Autónoma dos Açores; estamos a falar da criação de um gabinete de apoio às operações regionais que são, no fundo, a prova de uma desconfiança e de uma falta de eficácia da actual Direcção da RTP; estamos a falar de demissões de várias chefias; duma falta de recursos técnicos, tecnológicos e humanos que é indigna de um serviço público como aquele que a RTP presta, pela importância que tem do ponto de vista social, económico, cultural e político nesta Região; e estamos a falar, também, das públicas constatações de que poucas pessoas neste momento se entendem naquela casa.

A tudo isto se juntam as faltas de instalações condignas da RTP Açores; a falta de condições de trabalho dos seus profissionais; a cada vez mais evidente falta de pluralidade e de contraditório que deveria pautar o serviço público de Rádio e de Televisão nesta e em qualquer outra Região; as sucessivas e alargadas no tempo chamadas de atenção do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações às situações anómalas vividas naquela casa e que, cito, “se arrastam há vários anos”; às

discriminações dos profissionais nos Açores relativamente ao resto da empresa, nos horários de trabalho, nas carreiras, nas diferenciações salariais, etc.; e de tudo isto tem havido um pouco e um muito. Agora, juntamos a todo este cenário um “diz que disse” que gera um ruído preocupante e que acaba por dividir o conjunto dos trabalhadores daquela casa.

Sobre todas estas situações, o silêncio do Governo Regional, pelo menos até agora, tem objectivamente sido cúmplice do tal centralismo que, neste caso concreto, parece não dar jeito discutir ou rejeitar.

A verdade é que só grandes profissionais, empenhados, abnegados e dedicados – e, sim, Srs. Deputados, eu gosto dos adjectivos – suportariam esta situação anos a fio, garantindo as emissões da RTP Açores diariamente.

Venha, portanto, a audição proposta e empenhemo-nos todos, nesta casa, para darmos um contributo válido no sentido da resolução de todas estas questões.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está, hoje, muito parecido com um agrupamento de bombeiros. E digo-lhes porquê. Cada vez que surge um problema, o Partido Socialista, agora, responde com uma Resolução. Imediatamente. Para quê? Para circunscrever o incêndio. Porque há aqui algo de descontrolado, há aqui algo que os senhores querem controlar.

Por outro lado, o Sr. Presidente do Governo Regional está aqui muito preocupado, desde há um mês, com um *sprint* com a Dra. Berta Cabral. A Dra. Berta Cabral fala de um assunto, o Presidente do Governo Regional tem de correr mais de dez metros à frente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Apartes inaudíveis de Deputados da bancada do PS)

O Orador: É verdade, é verdade, está nesse *sprint* particular. E, portanto, temos aqui – os senhores deixem-me acabar.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que não sabe onde se há-de sentar.

O Orador: Eu sento-me aqui no lugar do PPM.

Sr. Presidente, quando eu puder terminar...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Por favor, desconte-me estes minutos, estes segundos que me foram retirados por causa destas intervenções.

Continuando, em relação a esta questão, já disse, os senhores são bombeiros e quanto ao Sr. Presidente do Governo Regional, é o *sprint* que está a fazer que está na prova com a Dra. Berta Cabral.

(Apartes inaudíveis de Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois vamos ver quem ganha, por mim o senhor não ganha.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Isso é coligação para as autárquicas.

O Orador: Em relação à questão que nos traz aqui, gostava de dizer o seguinte: eu acho que a RTP Açores está muitíssimo vulnerável.

Está vulnerável em relação à sua linha editorial, porque está muito pressionada politicamente.

Aqui também quero dizer que discordo das afirmações do Sr. Presidente do Governo Regional. O Sr. Presidente do Governo Regional acha que pode agir como os políticos – que eu já tenho verificado – dos Emirados Árabes Unidos, e outros países, ou seja, acha que pode dar a sua opinião sobre a Comunicação Social e pressioná-la num determinado sentido. Não pode, Sr. Presidente do Governo, como Presidente do Governo Regional não pode. Ou melhor: pode, mas não deve.

E a RTP Açores está muito vulnerável, vulnerabilidade que é procurada pelos senhores, porque não resolveram o problema, nem na República nem aqui nos Açores, não resolveram o problema da sua vulnerabilidade. Porquê? É vulnerável,

porque assim é mais facilmente controlável. É por isso que está nesta situação. E eu posso testemunhar.

Por exemplo: as instalações da Rádio, aqui no Faial, mais parecem as instalações de uma Rádio pirata. São, de facto, instalações péssimas, as condições de trabalho destes profissionais são muito más e tudo isto é alimentado pelos senhores.

Esta questão agora não surge por acaso, porque este império da decadência, os senhores trouxeram para a Comunicação Social pública, este império da decadência está a derrubar-se e os senhores querem controlar os danos. E por isso é que vem esta Resolução.

Mas eu digo-vos: vou dar-vos uma ajuda e vou votar a favor desta tomada de posição, porque eu também estou interessado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à necessidade, à urgência de ouvirmos não só o Sr. Director do Centro Regional da RTP Açores mas também a sua Subcomissão de Trabalhadores, penso que estaremos todos de acordo e, claramente, o nosso voto vai no sentido de aprovar esta Resolução.

No entanto, gostaria de tecer aqui uma ou duas considerações sobre o Serviço Público de Televisão e Rádio nos Açores e, sobretudo, aquilo que está por fazer. Que está por fazer e que serve, efectivamente, para que se mantenha algum domínio. Porque se criam dependências...

(Apartes inaudíveis de membros da bancada do Governo)

O Orador: Sr. Presidente do Governo Regional, nada disso.

Mas eu não quero ir por aí. Aliás...

Presidente do Governo (Carlos César): Vai, vai. Pensava que dizia uma coisa e depois fugia? Agora vai até ao fim!

O Orador: Ah, vamos? Mas com certeza! Nisso então não tenha dúvidas. Aliás, e até porque sou membro da CAPAT, estou satisfeítíssimo com esta Resolução e vamos com certeza até ao fim.

E vamos, sobretudo, para resolver o problema da Rádio e Televisão nos Açores. Porque, quando o problema da Rádio e Televisão nos Açores for resolvido, é evidente que os modelos de fusão de sinergias foram ultrapassados e as pressões, as pressões que vão com certeza existir sempre, sairão menos efeito.

Agora, não tenhamos dúvidas que interessa que se mantenha esta situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade.

O Orador: Por parte do PCP estamos perfeitamente disponíveis para resolver o problema da Rádio e da Televisão pública nos Açores e para encontrar o melhor modelo para o Serviço Público de Televisão nos Açores, quer ao nível do funcionamento quer ao nível da gestão, com certeza.

Deputado Berto Messias (PS): O modelo comunista?

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, já conversamos daqui a pouco, está bem? Já ultrapassou o seu trauma com a Coreia do Norte e agora já foi para as Caraíbas?

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que não entrasse em diálogo.

O Orador: Muito bem. Eu já agora aconselho-o a ler um livrinho que se chama “A Palavra Manipulada” e vai ver que, afinal de contas, é em sociedades como a nossa que a Comunicação Social é mais manipulada.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Ela é menos manipulada na Coreia do Norte.

O Orador: Percebeu, Sr. Deputado? Aconselho a leitura, é de um investigador francês. Leia, informe-se e depois veja, e nem sequer lhe apresento honorários pelo conselho, aliás dou isso de bom grado.

Quanto à questão do irmos até ao fim, vamos com certeza até ao fim.

Há uma coisa que eu garanto aqui, e não o fiz na altura, não o faço agora e não o farei – sabem porquê? É porque eu não sou delator. Aliás, e vou recorrer então à história, os comunistas portugueses sofreram anos e anos, lutaram pela liberdade como ninguém, mas não foram delatores.

Percebeu? Portanto, respeite essa história. Percebeu, Sr. Deputado? Não é só para si, mas também é para si.

Esse legado histórico é nosso, percebeu?

Deputado Berto Messias (PS): Esse legado não é só seu!

O Orador: Bom, se quiser ir por aí...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Homessa!

O Orador: Não é homessa! É assim mesmo, Sr. Secretário, não é homessa.

Mas vamos até ao fim, com certeza.

E não vale a pena andarem a ameaçar-me com processos de difamação, porque não difamei ninguém e se há uma coisa que, então, tenham santa paciência, eu não tenho, é medo nem preço e, portanto, vamos até ao fim.

E depois veremos se, de facto, se comprova a actuação que foi denunciada sobre o exercício de pressão, por parte do Governo Regional, sobre aquele órgão de Comunicação Social público. E veremos isso, então, no fim. Mas é no sítio certo.

Agora, desta parte não há nenhuma delação, não sou delator, e mais, como lhe disse e como vos disse, não tenho nem medo nem preço.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, por meu intermédio, vai tentar trazer alguma serenidade e alguma seriedade a este debate, porque a questão merece, porque consideramos tratar-se de uma questão sensível, importante, significativa para a Autonomia açoriana, como aqui tivemos oportunidade de afirmar e de explicar aquando da apresentação do Programa do X Governo Regional.

O Governo Regional dos Açores considera o serviço público de Rádio e Televisão nos Açores um esteio da Autonomia, um esteio da coesão territorial e da coesão entre açorianos e, portanto, nessa medida e no âmbito das suas atribuições e competências,

zela para que possa ser um elemento de apoio no desenvolvimento desse serviço público, quer através do fornecimento – e isso é público, notório e conhecido – de apoio para aquisição de meios técnicos, quer através de disponibilização de verbas para formação dos seus profissionais, quer através, pontualmente e sempre que necessário, disponibilizando-se para poder ser um auxílio nos projectos que a RTP Açores pretende desenvolver.

Portanto, sobre esse aspecto, que não restem dúvidas, porque é para isso que nós cá estamos, é com essa preocupação que agiremos como, aliás, já agimos no passado.

Outra questão diferente e que, de alguma maneira, aqui nesta casa foi aflorada com menor incidência mas que em conferências de imprensa o Sr. Deputado Aníbal Pires aflora de outra maneira, sobre essa questão eu gostava também de deixar muito claro que o Governo Regional não tem intenção de – nunca o fez, não o faz nem o fará – imiscuir-se na administração da RTP Açores, de definir critérios de gestão da RTP Açores. O Governo Regional nunca o fez e não o fará. Aliás, estão aqui muitos que aconselharam e que defenderam, no passado, teses de que devia ser o Governo Regional a assumir a estratégia de gestão, de organização e os encargos da RTP Açores e que, agora, são os mesmos que nos acusam de tentarmos imiscuir-nos na RTP Açores.

Outra coisa diferente, e que isso também fique muito claro, é que o Governo Regional, como qualquer instituição nos Açores, como qualquer Deputado desta casa, como qualquer cidadão, tem direito a, quando achar, quando na sua análise verificar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem.

O Orador: Tem, sim senhor, tem direito de protestar, junto da RTP Açores, de pedir esclarecimentos pela forma como é tratado pela RTP Açores ou por qualquer outro órgão de informação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não deve.

O Orador: E se em democracia pudermos, devemos fazer isso, estamos aqui para fazê-lo sempre que for necessário. E a isso não se chama ingerência, a isso não se chama... As coisas que o Sr. Deputado Aníbal Pires lhe pretende chamar.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Creio que é importante apreciarmos a iniciativa que temos entre mãos, que é o Projecto do Partido Socialista relativo à Audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP S.A. e dos representantes dos trabalhadores desse mesmo Centro da RTP.

Qualquer Sr. Deputado tem, naturalmente, legitimidade para responder a um jornalista, a um cidadão qualquer, mas creio que a sede não será neste debate, que é sobre a iniciativa do Partido Socialista.

E, pegando na história e nos lugares, Srs. Deputados Aníbal Pires e Paulo Estêvão, recordo-lhes que o Partido Socialista, relativamente ao Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, tem uma história recente da qual se orgulha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Conheço bem a história, sofri-a na pele.

O Orador: Em Julho de 2003 e na sequência das tentativas do Ministro Morais Sarmiento de alterar o quadro do Audiovisual nas Regiões Autónomas, este Parlamento emitiu, com os votos do Partido Socialista e com os votos contra do PSD, do CDS/PP e a ausência do PCP, um parecer negativo à Lei da Televisão então proposta, porque considerava que a mesma punha em questão o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores.

E porquê? Porque o Partido Socialista defendia, como hoje defende, que deve ser o Estado a assegurar a existência e o funcionamento do Serviço Público Regional de Televisão e de Rádio, compreendendo a emissão de um canal de cobertura regional.

Era a posição que nós defendíamos em 2003. Foi a posição que defendemos em 2007, quando, sob proposta nossa, passou a constar dos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal S.A. este direito de audição. É a posição que hoje continuamos a defender.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é só vossa!

O Orador: E este projecto que hoje aqui apresentamos não é nenhum acto de bombaria, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não é mais do que o cumprimento da conclusão 16.^a do Relatório que há pouco o Sr. Deputado Artur Lima referiu. Ele leu a 15.^a, eu vou ler a 16.^a: “A Comissão entende ainda que a Assembleia Legislativa, em cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, deve prosseguir com o acompanhamento do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, dando continuidade ao processo encetado com a audição do Director do Centro da RTP S.A.”.

É continuidade a este processo de acompanhamento que nós queremos dar, com a iniciativa que aqui apresentámos.

Quaisquer questões pessoais, quaisquer questões imediatistas que os senhores pretendam ver esclarecidas, não é obviamente neste momento e neste local que devem ser abordadas.

Vozes de deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem também a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de repudiar as palavras iniciais do Sr. Secretário Regional, quando referiu que iria trazer seriedade a este debate.

Eu gostaria de reafirmar que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda deu o seu contributo para a discussão deste momento da Agenda com seriedade e faça-me o favor de o reconhecer e, portanto, de não englobar nessa chamada de atenção a totalidade desta casa.

Muito obrigada.

Presidente: Segue-se o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu gostaria que me fosse dada uma explicação sobre se, ao abrigo do artigo 83.º, não há a possibilidade de fazer a defesa da honra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quando a honra é ofendida.

O Orador: Ah, e a honra não foi ofendida? Então vamos ver quando é que a honra é ofendida.

Relativamente à seriedade que o Sr. Secretário Regional da Presidência trouxe ao debate, lamento dizê-lo, mas o senhor não foi sério e mentiu.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Menti, eu?

O Orador: Sim, porque eu não disse nada aqui, hoje, que não tivesse dito noutros locais sobre esta matéria. Portanto, o senhor é que tem de ser sério. E, de facto, a sua intervenção trouxe pouca seriedade a este debate e a este Parlamento.

Sr. Secretário Regional da Presidência, aconselho-o a medir as palavras e a não fazer nem interpretações abusivas daquilo que eu digo, nem a colocar na minha boca palavras que não foram ditas. Aliás, isso é especialidade da agência governamental de informação, vulgo GaCS, que faz uma interpretação abusiva daquilo que é dito e põe palavras, na minha boca, que não foram ditas. É evidente que a agência de informação, enfim, tem a tutela que tem.

Portanto não venha falar em seriedade e em colocar seriedade no debate, porque se aqui alguém não foi sério foi o Sr. Secretário da Presidência.

Disse.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer o seguinte, Sr. Secretário, o senhor não tem qualquer tipo de moral para falar da independência da RTP.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não apoiado!

O Orador: O senhor não tem qualquer tipo de moral para falar nesta questão do ponto de vista da independência que deve ter a RTP em relação aos assuntos políticos.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Não apoiado!

O Orador: O senhor escreveu o que escreveu.

O senhor escreveu, enquanto membro do Partido Socialista, o senhor escreveu como Secretário do Governo do Partido Socialista.

E vou dizer-lhe o seguinte: nesta questão, eu já dei provas, no passado, que não me deixo intimidar. E, de facto, os senhores tentam pressionar a RTP Açores e mantêm-

na na situação financeira em que está, uma situação administrativa e financeira vulnerável, propositadamente.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: E não é por acaso. Existe uma coisa que é o direito à indignação e eu quero testemunhá-lo aqui hoje.

Quero dizer: este Projecto de Resolução surge neste contexto.

E quero dizer uma coisa ao Sr. Presidente do Governo Regional: não há nenhum Governo democrático que eu conheça que tenha a sua opinião e considere que pode recomendar e pressionar publicamente a Televisão pública.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Disparate é a ignorância!

O Orador: Nenhum governo democrático faz isso. Eu não conheço nenhum. O senhor faz.

Muito obrigado.

Presidente do Governo (*Carlos César*): Nós não pressionamos.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi para fazer uma nova intervenção, muito breve, só para por um lado dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que não vou discutir seriedade consigo nem vou medir a minha seriedade com a sua, e o que eu disse e vou voltar a dizer é que o Sr. Deputado fez uma conferência de imprensa onde aleivou sobre uma matéria que em democracia é uma matéria sensível...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E pelo facto de ser sensível eu não a ponho no debate regional.

O Orador: ... que colocou um estigma – ou teria colocado, se o senhor tivesse credibilidade – sobre o Governo Regional, sem que o senhor o fundamentasse, sem que desse uma prova, sem que demonstrasse um caso e fê-lo por duas vezes. E isso que fez, do meu ponto de vista, não é politicamente sério.

Era, portanto, essa a minha acusação e continua a ser essa a minha opinião.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lhe disse que sim, são relatos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou é político ou é jornalista, não é as duas coisas!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostava de lhe explicar, porque pelos vistos não sabe, por um lado que as funções, atribuições e competências que o Governo Regional tem em relação à RTP Açores não são aquelas que o senhor presume que são, quando diz que nós controlamos o financiamento. Portanto, está mal informado, tem de ler a lei e a moldura legal onde se desenvolve a actividade da RTP Açores e depois, então, poderá participar num debate destes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário da Presidência é que vai dizer sobre o que é que eu vou intervir?

O Orador: Segunda questão: eu sou um cidadão livre, escrevo; quando escrevo publico, edito, estão lá as minhas opiniões, são minhas, responsabilizam-me a mim. Quando concordar com elas, concorda; quando não concordar, discorda, isso chama-se democracia e é precisamente o que eu estou a defender nesta casa desde que começou este debate.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exactamente e na democracia existe pluralismo e independência!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não pensei que fosse possível ir tão longe. O senhor quer fazer a minha agenda política?

Ou o facto de as matérias serem sensíveis inibe-nos de falar, conversar e discutir sobre elas?

O senhor queria era outra coisa, mas eu não lhe vou dar, essa eu não lhe vou dar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá lá, diga lá.

O Orador: Não digo. Essa eu não lhe vou dar. Já há pouco eu disse que não sou delator.

(Apartes inaudíveis de deputados e de membros das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mas tão incomodadas que Vs. Ex.^{as} estão. Eu adoro sentir-vos assim.

Sr. Secretário Regional da Presidência, quero dizer-lhe que vivemos em democracia e em liberdade e que pode fazer todas as tentativas que quiser, junto das pessoas, das organizações, das empresas, mas junto do PCP não faz – não nos marca a agenda política, não nos inibe de falarmos sobre aquilo quisermos.

Agora, que o senhor queira asfixiar a sociedade açoriana, isso é outra coisa. Agora, ao PCP não, tenham santa paciência.

Eu estarei de acordo convosco quando tiver de estar. Quando não estiver, por amor de Deus, Sr. Secretário Regional, iniba-se o senhor de tentar, sequer, calendarizar a minha agenda política ou a agenda política do PCP, está bem?

Agradeço-lhe por isso, Sr. Secretário.

Presidente: Não há mais inscrições, creio que podemos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos. Temos aqui um pedido para que o Sr. Deputado Regional Carlos Alberto Medeiros Mendonça, na qualidade de Arguido, possa prestar depoimento em Tribunal. Temos também um Relatório da CAPAT e a anuência, nos termos constantes do Relatório, do referido Sr. Deputado. O Relatório foi distribuído e eu poria à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer constante do Relatório, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um pedido semelhante, temos um pedido de autorização para, na qualidade de testemunha, prestar depoimento em Tribunal o Sr. Deputado Regional António Maria Silva Gonçalves. Temos o parecer da CAPAT e a anuência do respectivo Sr. Deputado e o parecer é nesse sentido.

Quem concorda com o Relatório, faça favor de se manter como está.

Secretário: O Relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte, **Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação.** Trata-se de uma proposta do Partido Socialista que vem acompanhada dos requisitos formais, designadamente a declaração de aceitação da pessoa a eleger. Dou a palavra ao apresentante, o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Dr. José Lourenço e o Dr. Vítor Rui Dores vêm representando a Região Autónoma dos Açores respectivamente no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal e no Conselho Nacional de Educação, desde há cerca de dois anos. Vêm desenvolvendo um bom trabalho em representação da Região nos Conselhos respectivos, aí defendendo os interesses regionais e afirmando condignamente a Região.

Trata-se de individualidades conhecidas e também reconhecidas pelos seus respectivos méritos e manifestaram, ambos, o seu interesse em se recandidatarem a estas representações.

Face ao exposto, propomos o Dr. José Lourenço para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão Portuguesa e o Dr. Vítor Rui Dores para o Conselho Nacional de Educação.

Obrigado.

Presidente: Efectivamente também há, do Partido Socialista, a proposta com os respectivos requisitos formais para a Eleição do Representante da Região no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão Portuguesa S.A.

Trata-se de eleições nominais, devem ser secretas, por isso eu pedia aos Srs. Funcionários o favor de distribuírem já os dois boletins.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados, para votação)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar a primeira votação, para o Conselho Nacional de Educação.

O Dr. Vítor Rui Dores foi eleito com 37 votos a favor, 9 contra, 3 abstenções e 2 votos em branco.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados, para votação)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar o resultado da segunda votação, para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A., em que foi eleito o Dr. José Manuel Monteiro Lourenço com 32 votos a favor, 13 contra, 5 abstenções e 1 voto nulo.

Eu, de seguida, passaria a ler a seguinte Proposta de Deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite, até Fevereiro.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Diana Rosa Ávila Valadão

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Diários

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários n.ºs 89 e 90 da VIII Legislatura e os n.ºs 1, 2, 3 e 4, bem como a Separata n.º 51 da IX Legislatura.

Pela redactora: Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa